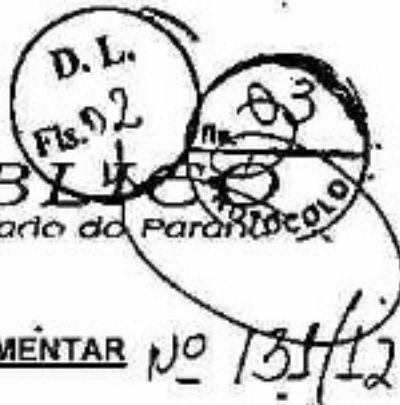




MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Nº 131/12

SÚMULA: Acrescenta e altera dispositivos, que especifica, da Lei Complementar nº 85/99 – Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná, com vistas a viabilizar a instituição do regime extraordinário de serviço, e dá outras providências.

Art. 1º. Os Incisos XVI e-XXXIII, do art. 19, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999, passam a vigorar com a seguinte redação:

"XVI - promover a distribuição cumulativa dos encargos dos membros do Ministério Público nas comarcas, na seção judiciária ou na região metropolitana, visando atender os interesses prementes do serviço, preservada a atribuição originária e observadas as regras de proporcionalidade, volume e espécie dos feitos, ouvida a Corregedoria-Geral, ressalvada a hipótese do parágrafo único do art. 51;"

"XXXIII - representar pela instauração do processo disciplinar e instituição do regime extraordinário de serviço;"

Art. 2º. Acrescenta inciso ao art. 23, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999, com a seguinte redação, renumerando-se sequencialmente o atual inciso IX e seguintes:

"IX - aprovar a instituição, por prazo determinado, de regime extraordinário de serviço nas Procuradorias de Justiça e nomear comissão formada pelos coordenadores ou representantes de cada Procuradoria de Justiça, a ser presidida pelo membro mais antigo, para os fins previstos no parágrafo único, do art. 41, desta Lei".

Art. 3º. O § 5º, do art. 27, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 5º. O disposto neste artigo não se aplica às hipóteses previstas no art. 23, incisos I, II, III, IV, V, VI, VII e XVII, desta Lei, bem assim aquelas em que a lei exija deliberação por todos os membros do Colégio, salvo a prevista no art. 48, § 3º".

9



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Art. 4º. Acrescenta inciso e parágrafo ao art. 32, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999, com a seguinte redação:

"XXIII - aprovar a instituição, por prazo determinado, de regime extraordinário de serviço em Promotoria de Justiça, ouvida a Corregedoria-Geral, sugerindo ao Procurador-Geral de Justiça a designação de tantos membros do Ministério Público quantos forem necessários à normalização do serviço e comunicando à Corregedoria-Geral para efeito de instauração de procedimento destinado a apurar as causas do acúmulo".

"§ 4º. O Procurador-Geral de Justiça levará ao conhecimento do Conselho Superior do Ministério Público, na primeira sessão subsequente à instituição do regime extraordinário, as medidas adotadas para atender às necessidades do serviço".

Art. 5º. Acrescenta Incisos e parágrafo ao art. 36, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999:

"XVII - representar ao Conselho Superior do Ministério Público pela instituição de regime extraordinário em Promotoria de Justiça, em face do excessivo acúmulo de serviço;"

"XVIII - encaminhar ao Procurador-Geral de Justiça, ao Conselho Superior do Ministério Público e ao Colégio de Procuradores de Justiça, cópia dos levantamentos efetuados durante a instituição do regime extraordinário, com a indicação dos motivos do acúmulo do serviço, medidas adotadas no âmbito da Corregedoria-Geral e recomendações visando assegurar meios que garantam a celeridade na tramitação dos feitos".

"§ 4º. O relatório da Corregedoria-Geral de que trata o inciso XVIII, deste artigo, será recebido pelo Colégio de Procuradores de Justiça como proposta de redistribuição do serviço quando houver recomendação neste sentido, colhendo-se manifestação da Procuradoria-Geral de Justiça a respeito".

Art. 6º. Acrescenta inciso e parágrafo ao art. 41, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999:

"IV - representar ao Colégio de Procuradores de Justiça pela instituição de regime extraordinário de serviço, após deliberação tomada em reunião da maioria absoluta de seus integrantes, em face de provocação de qualquer um destes, da Procuradoria-Geral ou da Corregedoria-Geral,"

"Parágrafo único. A aprovação do regime extraordinário implica na nomeação, pelo Colégio de Procuradores de Justiça, de comissão

9



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

formada pelos coordenadores ou representantes de cada Procuradoria de Justiça, presidida pelo mais antigo, objetivando apurar as causas do acúmulo de serviço e propor medidas para solucioná-lo, sugerindo ao Procurador-Geral de Justiça, se for o caso, a convocação de outros membros do Ministério Público para atender às necessidades prementes do serviço".

Art. 7º. Acrescenta parágrafos ao art. 46, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999, renumerando e alterando a redação do parágrafo único:

"§ 1º. A divisão a que se refere este artigo será imediatamente revista quando, sob regime extraordinário, a comissão instituída pelo Colégio de Procuradores concluir que a regra da distribuição equitativa foi afetada por fator permanente, sobrecarregando de forma desproporcional, segundo volume e espécie dos feitos, os serviços afetos à Procuradoria".

"§ 2º. As conclusões da comissão quanto à necessidade de revisão das regras de distribuição de serviço ou da necessidade de alteração das atribuições deverão ser submetidas à avaliação e aprovação, por maioria absoluta, dos membros do Colégio de Procuradores".

"§ 3º. A divisão e a revisão dos serviços poderão ser definidas de forma consensual pelos Procuradores de Justiça, conforme critérios próprios, observadas as regras da distribuição equitativa dos processos ou, na hipótese de regime extraordinário, mediante proposta compatível com as conclusões da comissão instituída pelo Colégio de Procuradores de Justiça para apurar as causas do acúmulo do serviço".

Art. 8º. Acrescenta inciso ao art. 50, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999:

"X – em caso de excessivo acúmulo ou volume de serviços, representar ao Conselho Superior do Ministério Público pela instituição de regime extraordinário, sem prejuízo de representação direta por parte da Promotoria interessada".

Art. 9º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão a conta da dotação orçamentária do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 10º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

9



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

JUSTIFICATIVA



O presente Anteprojeto propõe acréscimo e alteração de dispositivos da Lei Complementar nº 85/99 – Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná -, relativos às atribuições do Procurador-Geral de Justiça (art. 19), do Colégio de Procuradores de Justiça (arts. 23 e 27), do Conselho Superior do Ministério Público (art. 32), do Corregedor-Geral do Ministério Público (art. 36), das Procuradorias de Justiça (art. 41 e 46) e do Coordenador das Promotorias de Justiça (art. 50), tudo com vistas a viabilizar a instituição do *regime extraordinário* nos órgãos ministeriais nas hipóteses de excessivo acúmulo de serviço, apuração de suas causas, adoção das medidas necessárias à sua efetiva solução e, evidenciada a existência de responsabilidade funcional, instauração de processo disciplinar.

Essencial à função jurisdicional do Estado o Ministério Público, com esta proposta, objetiva criar no âmbito institucional instrumento apto a resguardar a celeridade dos processos, judiciais e administrativos, bem como a sua duração razoável, garantias fundamentais introduzidas pela Emenda Constitucional nº 45, de 30.12.2004, por meio do inciso LXXVIII, do art. 5º.

Como enfatiza o Prof. José Afonso da Silva ao tratar das garantias agora explicitadas no Texto Constitucional¹, *"o que se tem não é uma garantia abstrata da celeridade, mas o dever de preordenar meios para ser alcançada"*². É o que ora pretende o Ministério Público do Paraná.

Consoante consignado na exposição de motivos do anteprojeto convertido na Lei nº 15.913/2008, *"por atribuição constitucional cumpre ao Ministério Público defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, objetivando construir uma*

¹ Uma vez que já se encontravam implícitas no inciso LV, do art. 5º (devido processo legal) e no art. 37, caput (princípio da eficiência), além de integrarem o denominado *"bloco de constitucionalidade"* (art. 5º, §§ 2º e 3º, CF), por força da ratificação pelo Brasil, em 25 de setembro de 1992 (Decreto Legislativo nº 27), da *Convenção Americana sobre Direitos Humanos*, assinada em 22.04.1969, também conhecida como *Pacto de San José da Costa Rica*, aqui promulgada pelo Decreto Presidencial nº 678, de 06.11.1992, que as consagra nos arts. 8º, § 1º e 25, § 1º.

² In *"Comentário Contextual à Constituição"*, Malheiros, 3ª ed., 2007, pág. 176).

5



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



sociedade livre, justa e solidária. As múltiplas contingências do cotidiano social têm maximizado a demanda pela intervenção institucional. O despertar da cidadania canaliza para o Ministério Público, especialmente, a justa aspiração das camadas da população mais dependentes da tutela estatal. Dar-lhes respostas céleres e efetivas, em sincronia com seus acalentados anseios, implica uma constante mutação estrutural, uma prospecção por novas metodologias, a intensificação e a diversificação das áreas de atuação". Por igual, a previsão legal da instituição do regime extraordinário representa eficaz instrumento para a equação do indesejável acúmulo de serviço, um dos principais obstáculos à razoável duração dos processos.

Pela sistemática adotada cabe ao Colégio de Procuradores de Justiça (art. 2º) a averiguação do acúmulo de serviço e, sendo o caso, a aprovação da instituição do regime extraordinário no âmbito das Procuradorias de Justiça, às quais estão afetos os feitos que tramitam em segundo grau de jurisdição. Já no âmbito das Promotorias de Justiça, responsáveis pelos processos que tramitam em primeiro grau, igual atribuição incumbe ao Conselho Superior do Ministério Público (art. 4º). Procurou-se, desta forma, compatibilizar a agilidade das deliberações com a natureza, complexidade e relevância dos processos objeto do regime extraordinário.

Com esta fundamentação a proposta, originária do Conselho Superior do Ministério Público, foi submetida e aprovada pelo Colégio de Procuradores de Justiça, em sessão realizada no dia 14 de setembro de 2010, em consonância com o disposto no art. 23, Inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 85/99 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná).

Convém salientar, por fim, que as modificações ora propostas não implicam em aumento da despesa com pessoal, porquanto restritas à previsão legal da instituição de regime extraordinário nas hipóteses de excessivo acúmulo de serviço no âmbito das Procuradorias e Promotorias de Justiça, bem como às atribuições dos órgãos de administração do Ministério Público, sendo que os eventuais gastos resultantes da sua implementação serão

9



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

suportados por dotação orçamentária própria - despesas correntes, observadas
as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

9

D.L.
Fls. 07





MINISTÉRIO PÚBLICO

Oficio n° 320/2012-GAB

Curitiba, 05 de março de 2012

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.

Em, 02 Aug

1º Secretário

1 - À DAP para leitura do expediente

li - A DL para presidencias.

Em. 27/03/80

President

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, honra-me submeter à apreciação dessa Augusta Casa de Leis, por intermédio de Vossa Excelência, o incluso anteprojeto de Lei Complementar que acrescenta e altera dispositivos da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná), com vistas a viabilizar a instituição do regime extraordinário de serviço.

Faço-o com base no disposto no artigo 127, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o estatuto nos artigos 65 e 114, § 2º, da Constituição Estadual, e no artigo 19, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº. 85, de 27.12.99.

Na certeza de que a proposição merecerá dessa egrégia Assembleia Legislativa o necessário apoio e a consequente aprovação, revela-se oportuno o ensejo para reiterar a Vossa Excelência a garantia de minha especial consideração e respeito.

Olympio de Sá Sotto Maior Neto
Procurador-Geral de Justiça



Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado Estadual VALDIR ROSSONI
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

14-001-0204/2012 03/17/2012 00:00:00



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 131/12

Projeto de Lei nº131/12

Autor: Procuradoria Geral de Justiça.

Súmula: Acrescenta e altera dispositivos, que especifica, da Lei Complementar n.º. 85/99 – Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná – com vistas a viabilizar a instituição do regime extraordinário de serviço e dá outras providências.

EMENTA: ALTERAÇÃO E ACRÉSCIMO DE DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N.º. 85/99. LEI ORGÂNICA E ESTATUTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGO 3º DA LEI FEDERAL 8.625/93. ARTIGO 127 DA CF. ARTIGOS 65, 114, 116 e 118 DA CE. LC 101/00. LC 95/98. LEGAL. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, encaminhado a presente Casa de Leis, através de ofício n.º. 320/2012, visa acrescentar e alterar dispositivos da Lei Complementar n.º. 85/99 – Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

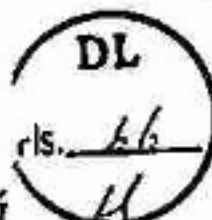
I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, cumpre salientar que a Constituição do Estado do Paraná determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Procurador Geral de Justiça, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos nossos).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corroborar deste entendimento o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifos nossos).

A Constituição do Estado cita que a chefia do Ministério Público é exercida pelo Procurador Geral de Justiça, dando legitimidade para a propositura do presente Projeto de Lei complementar, senão vejamos:

Art. 116. O Ministério Público tem por chefe o Procurador-Geral da Justiça, nomeado pelo Governador do Estado, após a aprovação da Assembleia Legislativa, dentre os integrantes da carreira, indicados em lista tripla elaborada, na forma da lei, por todos os seus membros, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, em que se observará o mesmo processo.
(vide ADIN-2319)

Ainda, acerca da competência para a propositura do presente projeto. A Constituição do Estado do Paraná, no artigo 114 determina:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 114. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira. (grifos nossos)

Ainda, no artigo 118 da Carta Constitucional Estadual, temos a autonomia do Procurador Geral de Justiça para propor Lei Complementar a respeito da organização e estatuto do Ministério Público, senão vejamos:

Art. 118. Lei complementar, cuja iniciativa é facultada ao Procurador-Geral de Justiça, estabelecerá a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público, observadas, quanto a seus membros:

No mesmo sentido, o artigo 127, da Constituição Federal assim dispõe:

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento. (grifos nossos)

Além disso, a Lei Federal 8.625 de 12 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, aduz que:

Art. 3º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente:

II - praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo, da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios;

Desta forma, fica clara a competência de que o Procurador Geral de Justiça detém para propor o presente projeto de lei.

Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 69
21

da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, tendo em vista que o Procurador Geral de Justiça declarou que o mesmo não importará em aumento de despesa, pois haverá rigorosa simetria entre os subsídios atribuídos aos cargos ora transformados.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE opinamos pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, 23 de Abril de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

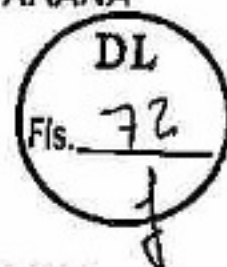
PRESIDENTE

DEPUTADO NEREU MOURA

RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 131/12

O presente Projeto de Lei Complementar Nº 131/12, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça – Ofício nº 320/12, que acrescenta e altera dispositivos, que especifica, da Lei Complementar nº 85/99 – Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná – com vistas a viabilizar a instituição do regime extraordinário de serviço, e dá outras providências.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Nereu Moura, exarou o competente parecer favorável.

Na vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, cumprindo as determinações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a observar que com a instituição do regime extraordinário, objetiva criar no âmbito institucional instrumento apto a resguardar a celeridade dos processos, judiciais e administrativos.

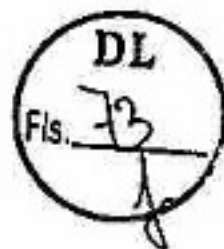
É salutar observar que a proposta, conforme informações do próprio autor, não implicam em aumento da despesa com pessoal, porquanto, sendo que eventuais gastos resultantes da sua implementação serão suportados por dotação orçamentária própria, observadas as exigências da Lei Complementar Federal nº 101/00. (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Sendo assim, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

[Handwritten signature]




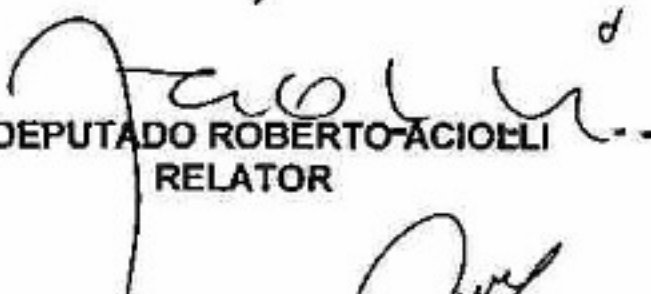
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



É o parecer.

Sala das Comissões, 03/07/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


- DEPUTADO ROBERTO ACIOLI
RELATOR









Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gab. Deputado Elio Rusch



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 18 ABR 2012


1º Secretário

PROJETO DE LEI nº


174/12

SÚMULA: CONCEDE O TÍTULO DE
CIDADÃO BENEMÉRITO DO PARANÁ AO
SENHOR IBRAHIM FAIAD.

Art. 1º. Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao senhor IBRAHIM FAIAD.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 2012.


ELIO LINO RUSCH
DEPUTADO ESTADUAL

16127 18/04/2012 08:22:58 DT: 63301118 UICIN:0122 NO 171598



JUSTIFICATIVA

A presente proposição visa homenagear um paranaense ilustre:
Ibrahim Faiad.


Homem honrado, que dignificou com sua trajetória de vida o nome deste Estado que o viu nascer em Wenceslau Braz, no Norte Pioneiro, região pela qual uma das vertentes do notável progresso deste nosso Paraná – a conquista do Norte – aconteceu.

O seu currículo, iniciado naquela cidade aos 16 anos, ingressando numa das Instituições que mais dignificaram este Estado, o Banco Mercantil e Industrial do Paraná – o saudoso Bamerindus, fundado na região pelo notável Avelino Vieira, no qual construiu toda a sua vida até tempos recentes; a continuidade de sua contribuição após aposentar-se daquela Instituição, em níveis municipal, regional, estadual e nacional, o faz merecedor das reverências que os paranaenses, através desta Casa de Leis, lhe possam oferecer.

Curriculum vitae em separado.

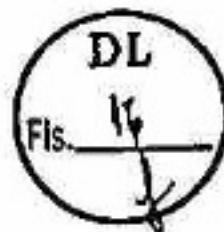
É a justificativa.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 2012


ELIO LINO RUSCH
DEPUTADO ESTADUAL



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Hermas Junior



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 174/2012

Projeto de Lei nº 174/2012

Autor: Deputado Estadual Elio Rusch

**SUMULA: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO
BENEMÉRITO DO PARANÁ AO SENHOR
IBRAHIM FAIAD.**

**EMENTA. TÍTULO DE CIDADÃO
BENEMÉRITO. LEI 13.115/01 ALTERADA
PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09.
POSSIBILIDADE FACE AO
PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS
EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E
LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER
FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Elio Rusch, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor IBRAHIM FAIAD.

FUNDAMENTAÇÃO

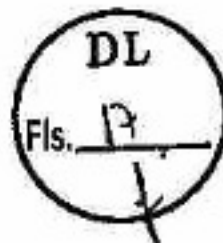
Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

***Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de
Cidadão Benemérito será concedido à pessoa***

Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Saúde, s/n
Gab. Dep. Hermas Jr - 3. Andar - sala 302
Fone: 41 - 33504170
Curitiba-PR - CEP 80.630-011
www.hermasjunior.com.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Hermas Junior



com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

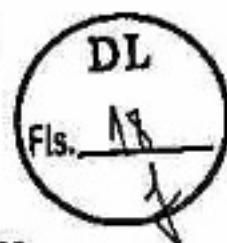
IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.
(Incluído pela Lei 16213 de 17/08/2009)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Hermas Junior



Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos Partidos Políticos com assento da Assembleia Legislativa apresentar Projetos de Lei concedendo Título de Cidadão Benemérito, de forma que o Parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.

No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício em anexo, o Partido ainda possui quotas para concessão do referido Título de Cidadão Benemérito.

No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, não encontrando óbices para sua normal tramitação.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista o preenchimento dos requisitos exigidos, opina-se pela APROVAÇÃO do Presente Projeto de Lei.

Curitiba, 29 de maio de 2012

Nelson Justus
Presidente

Hermas Junior
Relator

Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Salete, s/n
Gab. Dep. Hermas Jr - 3. Andar - sala 302
Fone: 41 - 33504170
Curitiba-PR - CEP 80 530-911
www.hermasjunior.com.br



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI N.º 194/2012

Súmula: Institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, a Taxa de Controle de Fiscalização Ambiental e estabelece outras providências.

Art. 1.º Fica instituído o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de inscrição obrigatória e sem ônus, para pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras e à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, e de produtos e subprodutos da fauna e da flora.

Parágrafo único. O cadastro ora instituído integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente, criado pela Lei federal n.º 8.938, de 31 de agosto de 1981.

Art. 2.º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I – microempresa e empresa de pequeno porte: a pessoa jurídica ou empresário definidos no art. 3.º, incisos I e II, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar n.º 139, de 10 de novembro de 2011, cuja receita bruta anual não exceda ao descrito no inciso I, do § 1.º, do art. 17-D, da Lei Federal n.º 6.938, de 1981;

II – empresa de médio porte, a pessoa jurídica que tiver receita bruta anual superior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) e igual ou inferior a R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), de acordo com Lei Complementar Federal n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar n.º 139, de 10 de novembro de 2011 e Lei Federal n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, alterada pela Lei Federal n.º 10.165, de 27 de dezembro de 2000.

III – empresa de grande porte: a pessoa jurídica que tiver receita bruta anual superior a R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), conforme Lei Federal n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, alterada pela Lei Federal n.º 10.165, de 27 de dezembro de 2000.

Art. 3.º O Instituto Ambiental do Paraná – IAP, órgão integrante do SISNAMA, nos termos do art. 6.º da Lei Federal n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, administrará o cadastro instituído por esta Lei, sob supervisão da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA.

§ 1.º O IAP é órgão seccional responsável pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização das atividades capazes de provocar degradação ambiental.

Art. 4.º Na administração do cadastro de que trata esta Lei, compete ao Instituto Ambiental do Paraná – IAP:

I – manter atualizado o cadastro e disponibilizar os dados ao Sistema Nacional do Meio Ambiente;

II – estabelecer, por meio de portaria, o procedimento de inscrição no cadastro; e

III – disponibilizar os dados ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA para integração dos dados do cadastro de que trata esta Lei e do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais.

Art. 5.º As pessoas físicas e jurídicas que exerçam as atividades mencionadas no art. 1.º e descritas no Anexo VIII da Lei Federal n.º 6.938, de 1981, ficam obrigadas a se inscrever no cadastro de que trata esta Lei, até o último dia útil do trimestre civil que ocorrer após a publicação desta Lei, sob pena de incorrerem em infração punível com multas nos valores descritos no Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. Na hipótese de pessoa física ou jurídica que venha a iniciar suas atividades após a publicação desta Lei, o prazo para inscrição no Cadastro Técnico Estadual é de trinta dias, a partir da data do registro público da atividade, nos termos da Lei Federal n.º 10.406, de 2002.

Art. 6.º Fica instituída a Taxa de Fiscalização Ambiental do Estado do Paraná – TFAPR, cujo fato gerador é o exercício regular do Poder de Polícia conferido ao Instituto Ambiental do Paraná – IAP, para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais.

Art. 7.º É sujeito passivo da TFAPR todo aquele que exerça as atividades constantes do Anexo VIII da Lei Federal n.º 6.938, de 1981, com a redação dada pela Lei Federal n.º 10.165, de 27 de dezembro de 2000.

Art. 8.º A TFAPR é devida por estabelecimento, e o valor a ser recolhido (anexo II), nos termos do art. 9.º desta Lei, será equivalente a 60% (sessenta por cento) do valor devido ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA pela Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA, relativamente ao mesmo período, assim definido no art. 17-P da Lei Federal n.º 6.938, de 1981.

§ 1.º O Potencial de Poluição – PP e o Grau de Utilização – GU de recursos naturais de cada uma das atividades sujeitas à fiscalização encontram-se definidos no Anexo VIII da Lei Federal n.º 6.938, de 1981.

§ 2.º Caso o estabelecimento exerça mais de uma atividade sujeita à fiscalização, pagará a taxa relativamente a apenas uma delas, pelo valor mais elevado.

§ 3.º Os valores pagos a título de TFAPR constituem crédito para compensação com o valor devido ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, a título de Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA.

Art. 9.º A TFAPR será devida no último dia útil de cada trimestre do ano civil, e o seu recolhimento será efetuado em conta bancária vinculada ao Instituto Ambiental do Paraná – IAP, por intermédio de documento próprio de arrecadação, até o terceiro dia útil do mês subsequente.

Art. 10. A TFAPR não recolhida nos prazos e nas condições estabelecidas no art. 9.º será cobrada com os seguintes acréscimos:

I – juros de mora, na via administrativa ou judicial, contados do mês seguinte ao do vencimento da obrigação, à razão de 1% (um por cento);

II – multa de mora de 20% (vinte por cento), reduzida a 10% (dez por cento) se o pagamento for efetuado até o último dia útil do mês subsequente ao do vencimento da obrigação; e

III – encargo de 20% (vinte por cento), substitutivo da condenação do devedor em honorários advocatícios, calculado sobre o total do débito inscrito como Dívida Ativa, reduzido para 10% (dez por cento) se o pagamento for efetuado antes do ajuizamento da execução.

§ 1.º Os juros de mora não incidem sobre o valor da multa de mora.

§ 2.º Os débitos relativos a TFAPR poderão ser parcelados de acordo com os critérios fixados na legislação tributária estadual, conforme dispuser instrução normativa própria a ser baixada.

Art. 11. São isentas do pagamento da TFAPR as entidades públicas federais, estaduais e municipais, as entidades filantrópicas e os pequenos proprietários rurais, conforme definido pela Lei Federal n.º 11.428/2.006.

Art. 12. Os dispositivos desta Lei não eliminam exigências próprias para o exercício de atividades específicas, inclusive aquelas que necessitem de licença ambiental a ser expedida por órgão competente.

Art. 13. Constitui crédito para compensação com o valor devido a título de TFAPR, até o limite de 60% (sessenta por cento) e relativamente ao mesmo ano, o montante pago pelo estabelecimento em razão de taxa de fiscalização ambiental regularmente instituída pelo Município.

§ 1.º Valores recolhidos ao Município a qualquer outro título, tais como taxas ou preços públicos de licenciamento e venda de produtos, não constituem crédito para a compensação com a TFAPR.

§ 2.º A restituição, administrativa ou judicial, da taxa de fiscalização ambiental municipal compensada com a TFAPR, qualquer que seja a causa que a determine, restaura o direito de crédito da entidade estadual contra o estabelecimento, em relação ao valor compensado.

Art. 14. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, observado, quanto aos seus efeitos, o disposto no art. 150, inciso III, alíneas "b" e "c", da Constituição Federal, e terá seus efeitos suspensos ao cessarem os efeitos do art. 17-P da Lei Federal n.º 6.938, de 1981.

Curitiba, 18 de abril de 2012, 191.º da Independência e 124.º da República.


CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

ANEXO I

RELAÇÃO DE VALORES A SEREM PAGOS A TÍTULO DE MULTA POR ATRASO EM INSCRIÇÃO AO CADASTRO TÉCNICO ESTADUAL DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU UTILIZADORAS DE RECURSOS NATURAIS EM FUNÇÃO DO NÍVEL DO ESTABELECIMENTO

NÍVEL DO ESTABELECIMENTO	VALOR DA MULTA POR ATRASO (em R\$)
Pessoa Física	50,00
Microempresa	150,00
Empresa de pequeno porte	900,00
Empresa de médio porte	1.800,00
Empresa de grande porte	9.000,00

ANEXO II

VALORES, EM REAIS, DEVIDO POR ESTABELECIMENTO, TRIMESTRALMENTE, A TÍTULO DE TFAPR

Potencial de Poluição	Pessoa Física	Microempresa	Pequeno Porte	Médio Porte	Grande Porte
Pequeno	-	-	67,50	135,00	270,00
Médio	-	-	108,00	216,00	540,00
Grande	-	30,00	135,00	270,00	1.350,00

MENSAGEM N.º 24/12

Curitiba, 18 de abril de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei objetivando a criação do Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais e a instituição da Taxa de Controle de Fiscalização Ambiental, dentre outras providências.

A Lei Federal n.º 10.165, de 27 de dezembro de 2.000, dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus mecanismos e aplicações, instituindo, dentre outras providências, a Taxa de Controle de Fiscalização Ambiental, tendo como fato gerador o exercício regular do Poder de Polícia, conferido neste caso ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA. Com os advindos da legislação supracitada, foi alterada a Lei n.º 6.938/1981, acrescentando o artigo 17-P, parágrafos 1 e 2.

Desta forma, com as modificações acima mencionadas, a Legislação Federal atual sobre a matéria permite que seja realizada a compensação do recolhimento da Taxa de Controle de Fiscalização Ambiental – Federal, até o limite de 60%, caso haja Lei Estadual ou Municipal que discipline a matéria, qual seja, a fiscalização ambiental e a criação do cadastro, ambos em nível regional.

Simplificando, de acordo com a legislação em vigor, há possibilidade de que até 60% dos recursos decorrentes das Taxas de Controle de Fiscalização Ambiental sejam recolhidos diretamente pelo Estado ou Municípios, tão somente com a condição de que haja Lei Estadual para disciplinar a matéria e que sejam instituídos os Cadastros de Atividades Potencialmente Poluidoras. Ainda, devem os órgãos Estaduais e Municipais de fiscalização exercer, de forma compartilhada, o Poder de Polícia no controle das atividades potencialmente poluidoras ao meio ambiente, junto àqueles setores atingidos pela legislação federal ambiental.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

Imp/Pr/Protocolo n.º 10.024.804-2

2-5

Ademais, com a criação do Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Naturais tem-se condições deste ser um integrador e organizador das informações contidas nos registros das pessoas físicas e jurídicas existentes nos órgãos relativos ao meio ambiente. Ainda, é um instrumento de fundamental importância visto que apresenta com grande clareza o responsável por cada fonte potencialmente poluidora e por cada utilização de recursos ambientais. Permite, portanto, o planejamento e a integração das ações de controle, fiscalização e gestão ambiental a serem desenvolvidas pelos órgãos de meio ambiente. Permite, também, o processamento dessas informações para avaliação da regularidade de cada pessoa física ou jurídica potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais.

Desta forma, insofismável que o presente Anteprojeto de Lei somente trará benefícios para as receitas Estaduais e Municipais, bem como beneficiará as empresas e pessoas físicas. Ainda, com a novel legislação, melhorará significativamente a infraestrutura de fiscalização e de funcionamento dos órgãos ambientais.

Cumpre ressaltar que este Anteprojeto de Lei vem atender à Indicação Legislativa n.º 221/2011, de autoria do Deputado Estadual Pedro Lupion.

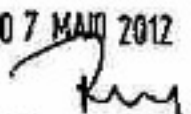
Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 07 MAIO 2012

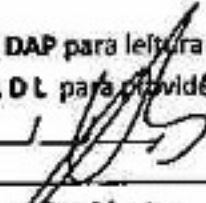


1º Secretário

Palácio Iguaçu – Curitiba, 18 de abril de 2012
OF CEE/G 095/12

I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.

Em, _____


Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem relativa ao Anteprojeto de Lei objetivando a criação do Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais e a instituição da Taxa de Controle de Fiscalização Ambiental.

Atenciosamente,



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Anejo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JC



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER

Projeto de Lei nº 194/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 024/12

Súmula: Institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, a Taxa de Controle de Fiscalização Ambiental e estabelece outras providências.

EMENTA: MEIO AMBIENTE. INSTITUI O CADASTRO TÉCNICO DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU UTILIZADORAS DE RECURSOS NATURAIS, INTEGRANTE DO SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – SISNAMA, A TAXA DE CONTROLE DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ARTS. 24 E 225 CF. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ART. 6º LEI ESTADUAL 10.066/92. DECRETO ESTADUAL 4.614/01. CONSTITUCIONAL PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem como objetivo instituir o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, a Taxa de Controle de Fiscalização Ambiental e estabelece outras providências.

FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, ressalta-se que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa utilizada.

Adentrando-se à análise da matéria em tela, observa-se que é de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal dispor sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição, conforme o artigo 24, inciso VI, da Constituição Federal, determina:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

Com efeito, a Carta Magna determina que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, vejamos:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

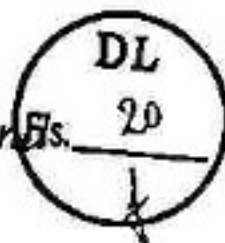
V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Tal regra é extraída da Constituição do Estado do Paraná, conforme a regra:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

Além disso, o Decreto Estadual 4.514 de 2001 que dispõe sobre a competência da SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEMA:

Art. 1º - A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, nos termos das Leis nº 10.066, de 27 de julho de 1992, e nº 11.352, de 13 de fevereiro de 1996, constitui órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, de natureza substantiva, e tem por finalidade formular e executar as políticas de meio ambiente, de recursos hídricos, florestal, cartográfica, agrária-fundiária, de controle da erosão e de saneamento ambiental.

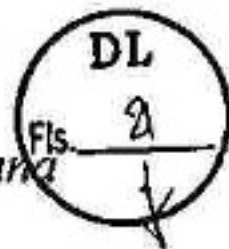
Art. 2º - O campo de atuação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos compreende as seguintes atividades:

I - estabelecer as diretrizes para ação governamental nas áreas de meio ambiente, de recursos hídricos, florestal, cartográfica, agrária-fundiária, de controle da erosão e de saneamento ambiental;

VII - executar e fazer executar todos os atos necessários à proteção, conservação e recuperação do meio ambiente;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



X - promover o desenvolvimento de métodos e padrões de avaliação da qualidade ambiental;

XII - coordenar a proposição e a elaboração de políticas, normas, estratégias, programas e projetos relacionados à gestão de resíduos sólidos, recursos hídricos e atmosféricos, biodiversidade e florestas, contribuindo para com a definição e implementação da política ambiental do Estado.

Art. 30 - À Coordenadoria de Recursos Hídricos e Atmosféricos, compete:

I - a orientação e o fornecimento de subsídios às ações de controle e de monitoramento ambiental;

II - a coordenação de programas e projetos relativos à determinação de indicadores e padrões de qualidade ambiental;

VIII - a coordenação e a integração dos programas de monitoramento hídrico e de qualidade do ar do Estado;

Ainda, o IAP é uma entidade autárquica do Estado do Paraná, vinculada à SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, conforme o artigo 5º da Lei Estadual 10.066/92:

Art. 5º. Fica criado o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, entidade autárquica, com personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

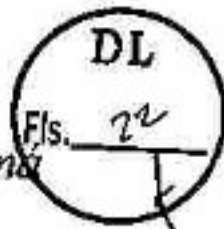
Assim, é preciso observar que a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL aduz que a Iniciativa de Leis que disponham sobre a organização e funcionamento das Secretarias de Estado, bem como que tratam das atividades a serem desenvolvidos por estas Secretarias, são de iniciativa privativa do Governador do Estado, nos termos dos artigos 66 e 87. Veja-se:

Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 87. Compete privativamente ao Governador:
III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual. (grifos nossos)

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, deve-se observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, o parecer é pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 15 de 05 de 2011.

NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

ELIO RUSCH
RELATOR



COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

PARECER AO PROJETO DE LEI 194/12

Projeto de Lei n. 194/12

Autor: Poder Executivo (Mensagem n. 024/12)

Súmula: Institui o Cadastro Técnico Estadual das Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais, integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, e a Taxa de Fiscalização Ambiental do Paraná (TFAPR) e estabelece outras providências.

EMENTA: MEIO AMBIENTE. INSTITUI O CADASTRO TÉCNICO ESTADUAL DAS ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU UTILIZADORAS DE RECURSOS NATURAIS, INTEGRANTES DO SISTEMA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE - SISNAMA, E A TAXA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL DO PARANÁ - TFAPR. APROVAÇÃO.

J
12



I - SÍNTESE FÁTICA

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo institui o Cadastro Técnico Estadual das Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais, integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, e a Taxa de Fiscalização Ambiental do Paraná.

O presente projeto de lei recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa (fls. 18/22), estando apto a ter seu mérito analisado por esta Comissão temática.

II - MÉRITO

Vencidas as discussões quanto à constitucionalidade do presente projeto de lei, resta no âmbito desta comissão apenas a análise quanto ao mérito da matéria objeto da proposição, por força do que dispõe o artigo 33-K do Regimento Interno.

Pois bem.

A Lei Federal n. 10.165/2000 dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus mecanismos e aplicações, instituindo dentre outras providências, a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA, tendo como fato gerador o exercício regular do poder de polícia conferido pela referida lei federal, neste caso, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IBAMA.

A Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental Federal recolhida pelo IBAMA é cobrada anualmente a milhares de pessoas físicas e jurídicas estando condicionada à verificação de regularidade, ou seja, é exigido que essas pessoas possuam o Comprovante de Registro nas atividades que exercem, que estejam em dia com o pagamento de taxas e multas administrativas por infrações



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete Deputado Pedro Lupion



ambientais e que apresentem os relatórios obrigatórios exigidos pela lei, pelas resoluções do CONAMA, pelas portarias do IBAMA e pelos demais instrumentos legais aplicáveis.

Dentre os setores mais representativos sujeitos ao recolhimento da TCFA federal ao IBAMA pode-se destacar a o comércio varejista de combustíveis e lubrificantes, o transporte de cargas e produtos perigosos, a indústria têxtil, a indústria química, a indústria do fumo, a indústria metalúrgica, a indústria de produtos alimentícios (leite, cerveja, vinhos, etc.), a indústria de material elétrico, a indústria madeireira, a indústria de couro e peles, dentre outras.

A legislação instituidora da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (Lei Federal n. 10.165/2000), em seu artigo 2º, modificou a Lei Federal n. 6.938/81, acrescentando os artigos 17-P, parágrafos 1º e 2º, com a seguinte redação:

Art. 17-P. Constitui crédito para compensação com o valor devido a título de TCFA, até o limite de sessenta por cento e relativamente ao mesmo ano, o montante efetivamente pago pelo estabelecimento ao Estado, ao Município e ao Distrito Federal em razão da taxa de fiscalização ambiental.

§ 1º. Valores recolhidos ao Estado, ao Município e ao Distrito Federal a qualquer outro título, tais como taxas ou preços públicos de licenciamento e venda de produtos, não constituem crédito para a compensação do TCFA.

§ 2º. A restituição, administrativa ou judicial, qualquer que seja a causa que a determine, da taxa de fiscalização ambiental estadual ou distrital compensada com a TCFA restaura o direito do IBAMA contra o estabelecimento, relativamente ao valor compensado.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete Deputado Pedro Lupion



Conforme exposto acima, a legislação federal sobre a matéria permita que seja realizada a compensação do recolhimento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental federal de 60% (sessenta por cento) dos valores pagos ao IBAMA caso haja lei estadual ou municipal dispondo sobre a fiscalização ambiental com a criação de cadastro regional.

Vários Estados, tais como Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e, mais recentemente, Santa Catarina e Rio de Janeiro, por meio de legislação estadual instituíram o Cadastro Ambiental, juntamente com a criação das taxas estaduais de controle ambiental, garantindo que 60% do valor definido na legislação federal fique nos Estados.

Assim, pela legislação federal em vigor, com a aprovação do presente projeto de lei, há a possibilidade de que 60% dos recursos decorrentes da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental sejam recolhidos diretamente pelo Estado, trazendo um incremento na receita destinada aos órgãos estaduais de fiscalização do meio ambiente.

De se destacar, também, que a os valores atualmente cobrados pelo Estado e pelos municípios a título de taxas de serviços e emissão de licenças, dentre outras, não serão afetados pelo presente projeto de lei, continuando a cobrança nos exatos termos da legislação já em vigor.

Em conclusão: o presente projeto de lei está em harmonia com a legislação federal em vigor e trará benefícios para a receita do Estado e para as empresas e pessoas físicas bem como a receita decorrente do presente projeto irá melhorar significativamente a infraestrutura de fiscalização e de funcionamento dos órgãos ambientais estaduais.

Portanto, não havendo óbices, opino pela aprovação do presente projeto de lei.



III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente
Projeto de Lei.

Sala das Comissões, de junho de 2012.

[Signature]
Deputado LUIZ EDUARDO CHEIDA
PRESIDENTE

[Signature]
Deputado PEDRO LUPION
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE FINANÇAS



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 194/2012

O Projeto de Lei nº 194/2012, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 024/2012, tem como objetivo instituir o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais, Integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, a Taxa de Controle de Fiscalização Ambiental e estabelece outras providências.

Após análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Deputado Elio Rusch, o Projeto foi aprovado por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa. O Projeto também recebeu parecer favorável da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, nos termos do voto do relator Deputado Pedro Lupion.

Ato contínuo, a Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei a esta Comissão de Finanças, para análise de mérito, o que se passará a fazer.

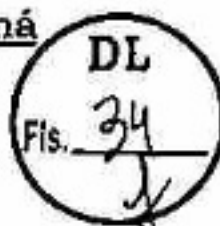
Procedida a análise da presente proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo § 1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, ambos do Regimento Interno, nada encontramos que possa obstar sua normal tramitação legislativa.

Também, o Projeto de Lei está de acordo com as peças orçamentárias do Estado do Paraná; com a Lei Complementar Federal nº 101, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; e com as demais legislações pertinentes a matéria.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury


COMISSÃO DE FINANÇAS




Isto posto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de

Lei.

Sala das Comissões, 03 de julho de 2012.

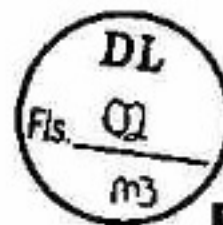


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRÉSIDENTE



DEPUTADO ENIO VERRI
RELATOR





PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI

Nº 272/12

Súmula: Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.

Art. 1º - Fica aprovado um crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, no valor de R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância, proveniente de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Tribunal de Contas do Estado no exercício de 2011, conforme Informação nº 128/2012 da DICON, de 11 de abril de 2012.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 1º, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo II desta lei.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA		ANEXO I ANEXO A LEI				Fl. 01 R\$ 1,00
Cód.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Gr	Valor	Processo
0300	TRIBUNAL DE CONTAS					
0301	TRIBUNAL DE CONTAS					
3000	PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO - PROMOEX	44905200	107	09	470.000	0457
Total					470.000	

I ACRÉSCIMO		ANEXO II		Fl. 02	I
I RECEITA CENTRALIZADA		ANEXO A LEI		R\$ 1,00	I
I Código	I Especificação	I Fonte	I Gr.	Valor	I Processo
I	I	I	I	I	I
I 2590.01.07 I Convênios com Órgãos Federais		I 107	I 09	I 470.000	I 0457
		TOTAL		470.000	I

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em, 18 JUN 2012

Presidente



MENSAGEM

Nº 031 /2012

Curitiba, 18 de junho de 2012.



Senhor Presidente,

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa Egrégia Assembleia Legislativa, anteprojeto de lei que solicita a aprovação de abertura de crédito especial no valor de R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais), ao vigente orçamento do Tribunal de Contas, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, para a abertura da espécie de despesa investimentos, com a finalidade de aquisição de equipamentos, visando a continuidade do Projeto de Modernização do Controle Externo - PROMOEX.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação, são provenientes de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Tribunal de Contas do Estado no exercício de 2011, conforme Informação nº 128/2012 da DICON, de 11 de abril de 2012.

Certo de poder contar com a atenção dessa Assembleia Legislativa, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICH
GOVERNADOR DO ESTADO

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
Prot. 11.473.108-0

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: (41) 3350 2800 | Fax: (41) 3254 7345 | www.pr.gov.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 272/12

Projeto de Lei nº.272 /12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 031/12

Súmula: Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.

EMENTA: APROVA CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais) AO ORÇAMENTO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 24 CF. ARTS. 65, 133 E 134 DA CE. ARTS. 40, 41, 42 43 E 46 DA LEI FEDERAL 4.320/64. ART. 14 LC 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como escopo aprovar a abertura de crédito especial no valor de R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais), ao vigente orçamento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, com a finalidade de aquisição de equipamentos, visando à continuidade do Projeto de Modernização do Controle Externo - PROMOEX.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a Iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ainda, sobre a Iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A Iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Com efeito, a Constituição Federal em seu artigo 24, Inciso II estabelece:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
II - orçamento;

Além disso, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 133. Leis de Iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

II - os diretrizes orçamentárias anuais;

III - os orçamentos anuais.

§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:

VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



créditos adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa. (grifo nosso)

O projeto de lei ora em tela, que objetiva aprovar a abertura de crédito especial, nos termos do artigo 41, inciso II, da Lei Federal nº 4.320 de 1964:

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

(...)

Art. 44. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível. (grifos nossos)

Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 12
91

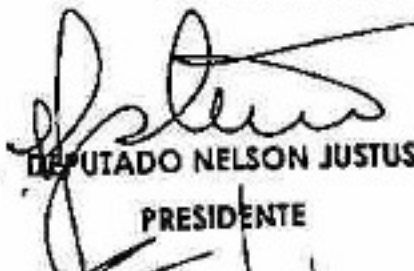
da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, tendo em vista que os recursos para cobertura do referido crédito são decorrentes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Tribunal de Contas do Estado do Paraná no exercício de 2011.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 19 de Junho de 2012.

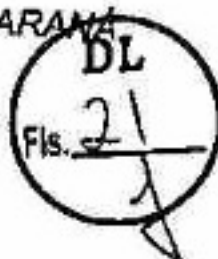

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR


APROVADO
unanimidade
13.06



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 272/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 031/12 que objetiva a aprovação de abertura de crédito especial no valor de R\$470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais), ao vigente orçamento do Tribunal de Contas, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011.

Inicialmente denota-se que a proposta foi encaminhada a dita Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Nereu Moura e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer que a iniciativa tem como finalidade a aquisição de equipamentos, visando a continuidade do Projeto de Modernização do Controle Externo – PROMOEX.

Observe-se também, que o objeto do Projeto em tela, está em consonância com o art. 41, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64. (Lei Orçamentária Anual).

Denota-se ainda, que a matéria objeto do presente Projeto de Lei, não fere os ditâmes da Lei Complementar Federal nº 101/00, no que tange a questão do impacto financeiro e orçamentário, uma vez que o autor esclarece na proposta que servirá como recurso para cobertura do crédito referido, igual importância, proveniente de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Tribunal de Contas do Estado, no exercício de 2011.



Oportuno observar, que a Carta Magna Federal, em seu art. 24, inciso II, assegura a competência concorrente aos Estados na questão orçamentária.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seus arts. 65, 133 e 134, ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

Isto posto, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa nesta Casa Leis, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, 02/07/12

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO ENIO VERRI
RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE ORÇAMENTO



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 272/12

O Projeto de Lei em análise oriundo de Mensagem do Poder Executivo nº 031/12 aprova crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, no valor de R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais), do orçamento do Tribunal de Contas, com a finalidade de aquisição de equipamentos, visando a continuidade do Projeto Modernização do Controle Externo - PROMOEX.

Sobre a constitucionalidade e legalidade da matéria, as Doulas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças apresentaram pareceres favoráveis para o mesmo.

Os recursos ora propostos serão provenientes de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Tribunal de Contas do Estado no exercício de 2011, conforme Informativo nº 128/2012 da Dicon, de 11 de abril de 2012, e em decorrência deste crédito especial fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo II desta lei.

A autorização legislativa para a abertura de crédito especial ora proposta encontra-se embasada no inciso V, do artigo 135 da Constituição Estadual que diz:

"Art. 135 São vedados:

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

Assim como o art. 43 da Lei 4.320/64 determina que para esses casos haja existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. Condições estas devidamente comprovadas no processo em comento, notadamente nos anexos I e II.

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ DL

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Fls. 24

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim os critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

Chamada esta Comissão de Orçamento a opinar conforme preceitua o § 4º, do artigo 33 do Regimento Interno, a mesma acompanha os pareceres favoráveis da Douta Comissão de Constituição e Justiça e Douta Comissão de Finanças ao projeto em questão.

É o parecer

Sala das Comissões, 03 de julho de 2012

DEPUTADO NEREU MOURA
Presidente

Relator



PROJETO DE LEI

Nº 273/12

Súmula: Autoriza o Poder Executivo contratar operação de crédito externo, na forma que indica, e dá outras providências.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito externo até o limite de US\$ 60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares norte-americanos) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinados a financiar parcialmente a execução do Programa Integrado de Inclusão e Requalificação Social – Família Paranaense, observadas as normas legais pertinentes.

§ 1º Os prazos de carência e amortização, a taxa de juros e demais encargos adicionais referentes à operação de crédito autorizada por este artigo obedecerão as normas estabelecidas pelas autoridades monetárias encarregadas pela política econômica e financeira da União, observadas as normas propostas pelo Agente Financeiro.

§ 2º Os recursos provenientes da operação de crédito de que trata esta Lei serão depositados em conta específica para tal finalidade.

Art. 2º A operação de Crédito de que trata esta Lei será garantida pela República Federativa do Brasil.

§ 1º Para obter garantia da União na referida operação de crédito, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer contragarantias às garantias da União durante o prazo de vigência do contrato, podendo, para tanto, vincular as cotas de repartição



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

constitucional das receitas estabelecidas nos artigos 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no artigo 155, conforme previsto no § 4º do artigo 167 da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas no momento suficiente para cobrir a amortização e encargos financeiros da operação de crédito autorizada por esta Lei.

§ 2º O procedimento autorizado no caput deste artigo somente poderá ser adotado na hipótese de inadimplemento, na data do vencimento, das obrigações pactuadas pelo Poder Executivo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Art. 3º O Poder Executivo consignará dotações próprias nos Orçamentos Anuais e no Plano Plurianual do Estado, durante o prazo estabelecido para o financiamento, necessárias ao atendimento da contrapartida financeira do Estado no programa e a amortização do principal e dos acessórios resultantes, em conformidade com as disposições contidas no art. 1º da presente Lei, bem como outras garantias em direito admitidas no momento como suficientes para cobrir a amortização e encargos financeiros da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 4º. Fica ainda o Poder Executivo autorizado a:

I – firmar acordos, convênios e contratos necessários à implementação do Programa Integrado de Inclusão e Requalificação Social – Família Paranaense;

II – abrir créditos adicionais respectivos, até o valor da operação contratada, inclusive sua contrapartida, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º, do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para atendimento das despesas do programa.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

I - À DAP para feitura no expediente
II - À DL para providências.
Em, _____
Presidente



MENSAGEM

Nº 036 /2012

Curitiba, 18 de junho de 2012

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 18 JUN 2012

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito externo até o limite de US\$ 60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares norte-americanos) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinados a financiar parcialmente a execução do Programa Integrado de Inclusão e Requalificação Social - Família Paranaense, observadas as normas legais pertinentes.

JUSTIFICATIVA

1.0 - O PROJETO

1.1 Objetivo Geral:

O Programa Integrado de Inclusão e Requalificação Social - Família Paranaense tem como objetivo central propiciar o acesso das famílias com alto índice de vulnerabilidade e risco, especialmente aquelas residentes em territórios desarticulados e excluídos da cidade formal e em situação de risco, aos serviços públicos oferecidos pelos três níveis de governo, dando ênfase aos serviços relativos a habitação, educação, saúde, segurança alimentar e nutrição, meio ambiente e educação ambiental, desenvolvimento comunitário, trabalho, cultura e lazer. Para este Programa, vulnerabilidade e risco são situações decorrentes de condições

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
ProL 11.511.872-2



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

urbanístico-ambientais e socioeconômicas, tais como o local de moradia, o ciclo de vida, o grau de escolaridade, dentre outras variáveis que favorecem a exclusão e comprometem as condições atuais e futuras dos indivíduos e famílias, na satisfação das suas necessidades, e interferem na sua capacidade de antecipar, lidar com, resistir e recuperar-se destas questões.

O prazo de execução do projeto será de cinco anos – 2012 a 2016.

O Programa é uma estratégia do Plano de Governo (Gestão 2011-2014) e tem como foco articular as políticas de proteção social de várias áreas do Governo e providenciar para que as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco tenham acesso facilitado a elas. Tem um novo formato político institucional e gerencial que articula a elaboração e a gestão das ações envolvendo o Estado e os municípios. Seus princípios norteadores são a descentralização e o trabalho integrado das áreas de Educação, Saúde, Trabalho, Assistência Social, Segurança Alimentar e Habitação, entre outras. O Programa prevê um amplo envolvimento e participação da família, com o objetivo final de reduzir a situação de pobreza e promover a sua emancipação.

A proposta tem aderência a implementação de um novo modelo de governar no Paraná, pautado no desenvolvimento das competências de gestão, na renovação dos métodos de trabalho e das estruturas de governo voltada a resultados efetivos, e no acompanhamento e avaliação das ações governamentais.

Objetiva, ainda, garantir maior eficiência na aplicação dos recursos do Governo do Estado atingindo os resultados finalísticos de um conjunto de programas prioritários para a população, num horizonte de cinco anos, de modo sustentado, pela gestão eficiente. O Programa está contemplado no Pacto de Aprimoramento da Gestão, documento elaborado para pactuação da Política no Estado do Paraná, expressando a adesão da esfera estadual ao Sistema Único da Assistência Social – SUAS e pelo Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná – PEHIS – Pr. Dessa maneira, ele potencializa o cumprimento de objetivos estratégicos mais abrangentes em nível nacional.

1.2 – Objetivos Específicos

A implantação do Programa Integrado de Inclusão e Requalificação Social parte da estratégia de uma ação intersetorial e integrada de proteção, desenvolvimento e promoção das famílias em situação de vulnerabilidade e risco, buscando a integração das políticas sociais e o pleno atendimento do cidadão nas suas necessidades individuais e coletivas. Para tanto, o Programa tem os seguintes objetivos específicos:

- implementar políticas e programas de promoção do acesso à moradia digna, qualidade de vida e acesso aos serviços públicos para a população em situação de vulnerabilidade identificadas pelo programa, de acordo



com as necessidades de cada território;

- identificar, realizar busca ativa e acompanhar sistematicamente as famílias com maior grau de vulnerabilidade e risco no Estado;
- monitorar e avaliar a eficácia e eficiência dos serviços públicos ofertados às famílias, bem como as alterações no grau de vulnerabilidade vivenciado pelas famílias paranaenses;
- fortalecer e fomentar a rede de proteção social dos municípios, por meio da capacitação, assessoramento técnico e financeiro;
- potencializar a oferta de serviços de proteção básica e especial, facilitando o acesso das famílias ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
- garantir o acesso à alimentação adequada das famílias priorizadas que estão em situação de insegurança alimentar e nutricional;
- promover a inclusão das famílias pelo trabalho, por meio das políticas públicas de qualificação profissional e intermediação para o mundo do trabalho;
- intensificar as ações de saúde, principalmente no acompanhamento de crianças, adolescentes e gestantes;
- garantir o acesso das famílias priorizadas aos serviços da rede pública de ensino municipal e estadual, potencializando a oferta de atividades complementares e implementando políticas e programas que promovam o acesso à educação;
- desenvolver ações intersetoriais e integradas, entre as esferas de governo, de acordo com as necessidades de cada família, criando novas perspectivas e possibilidades para exercício pleno do protagonismo;
- incentivar, fortalecer e expandir as bases para o exercício pleno da cidadania e da participação;
- realizar a vigilância constante, com vistas a garantir a atenção mais adequada às famílias em todos os ciclos de vida e de acordo com sua trajetória pessoal.

1.3 – Metas e Indicadores

As principais metas do programa para os cinco anos são:

Ações	Metas
Desenvolver Índice de Vulnerabilidade e Risco	1 estudo
Desenvolver e Implantar Sistema Integrado de Acompanhamento e Gestão do Programa	1 sistema
Intervir em territórios onde residam famílias com alto Índice de vulnerabilidade e risco, decorrentes das características urbanístico-ambientais e socioeconômicas	156 territórios
Construir e equipar CRAS	50 CRAS novos
Construir e equipar CREAS	6 CREAS

**PARANÁ**GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Reformar, equipar e aprimorar CRAS	106 CRAS
Reformar, equipar e aprimorar CREAS	24 CREAS
Capacitar técnicos que atuam no Programa	2000 técnicos capacitados
Acompanhar as famílias beneficiárias no Programa	42000 famílias
Adquirir e distribuir produtos alimentícios às famílias - Segurança alimentar	100% da demanda
Garantir acesso integral aos serviços de saúde básicos	100% da demanda
Garantir e acompanhar o pré-natal das gestantes do Programa	100% da demanda
Ofertar o atendimento básico das crianças desde o nascimento	100% da demanda
Garantir e acompanhar a realização de exames preventivos	100% da demanda
Garantir e acompanhar o recebimento, pelos beneficiários do Programa, de vacinas preconizadas pela saúde, no prazo oportuno	100% da demanda
Oportunizar o acesso à documentação civil básica	100% da demanda
Cofinanciar a ação de CRAS e CREAS	186 unidades

1.4 – Eixos

Para alcançar seus objetivos, o Programa Integrado de Inclusão e Requalificação Social desenvolverá atividades prioritárias organizadas a seguir descritos.

Elxo 1: Habitação, compreendendo:

- a melhoria das condições de moradia das famílias beneficiárias residentes nos territórios selecionados, contribuindo para a cidadania;
- a implementação de políticas habitacionais, promovendo a regularização fundiária das ocupações irregulares e desenvolvendo soluções habitacionais integradas e compatíveis com a demanda.

Elxo 2: Educação, compreendendo:

- a garantia do acesso e da permanência na escola;
- a garantia de matrícula na educação básica regular e no ensino profissionalizante;
- a alfabetização de jovens e adultos;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

- o contraturno escolar para jovens de até 15 anos.

Eixo 3: Saúde, contendo atividades Intersetoriais com os seguintes focos:

- a promoção da saúde, autocuidado e prevenção de doenças;
- a garantia de acesso integral das famílias do Programa aos serviços de saúde e ao sistema de saúde;
- a consolidação da Unidade de Saúde como porta de entrada preferencial do Sistema Único de Saúde – SUS;
- a qualificação e a otimização da atenção primária;
- o fortalecimento da rede integrada de serviços de saúde.

Eixo 4: Segurança Alimentar e Nutricional, abrangendo as seguintes ações:

- a melhoria das condições alimentares e nutricionais;
- a garantia do direito à alimentação das famílias beneficiárias;
- a promoção da alimentação saudável e nutrição equilibrada para a manutenção da saúde e do bem-estar;
- a viabilização do acesso aos alimentos e da adoção de hábitos alimentares adequados, com a orientação para o consumo;
- a promoção da agricultura, com o objetivo de melhorar a alimentação das famílias através da utilização dos vazios públicos e privados para a produção de alimentos em hortas e pequenas lavouras, valorizando o cidadão, promovendo o associativismo, a economia doméstica, a educação alimentar, apoio ao ensino e a terapia ocupacional.

Eixo 5: Meio Ambiente e Educação Ambiental integrado pelas seguintes ações:

- a sensibilização e informação das comunidades sobre a preservação, conservação e recuperação ambiental para a sustentabilidade urbana;
- a integração de ações do poder público e da população, para que juntos, possam construir um ambiente equilibrado para viver;
- a incorporação de valores relativos à proteção ambiental aliada a questões de sustentabilidade do desenvolvimento local.

Eixo 6: Desenvolvimento Comunitário compreendendo as seguintes ações:

- a promoção do desenvolvimento sociocultural e artístico da comunidade, de modo a enriquecer o conhecimento do cidadão e fomentar a prática de esportes, atividades físicas e lazer para melhoria de seu bem estar, promoção social e inserção na sociedade
- a garantia dos direitos e de condições dignas de vida às famílias em maior grau de vulnerabilidade e risco, que serão referenciadas e atendidas pelos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS;
- a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades;
- o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e a garantia de acesso das famílias à documentação civil básica.

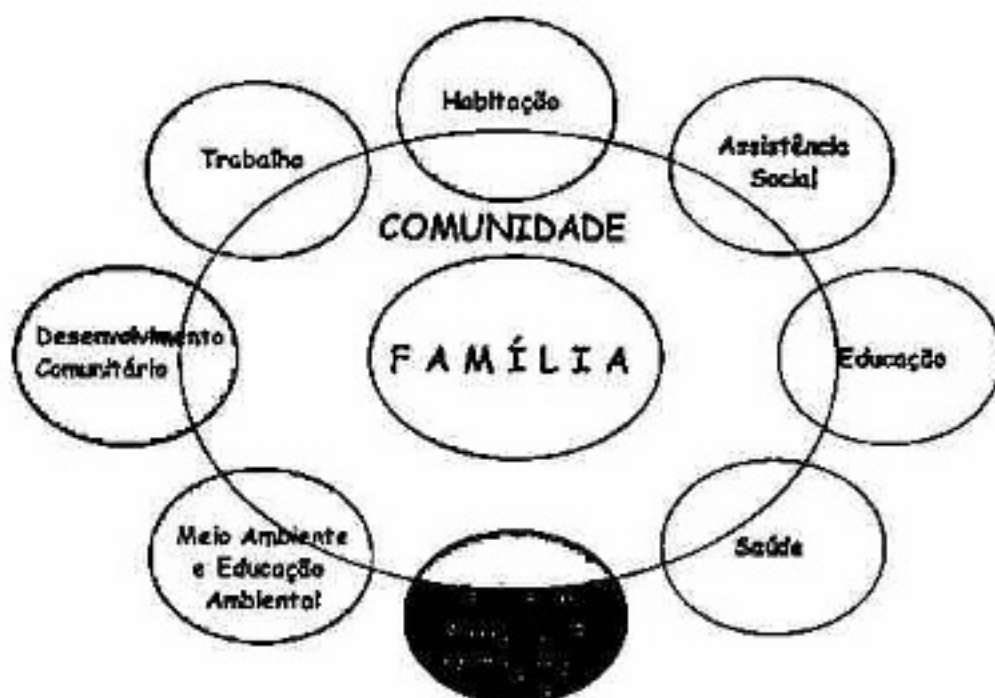
Eixo 7: Trabalho abrangendo as seguintes ações:



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

- a garantia do acesso à documentação civil específica para acesso ao mundo do trabalho;
- a assistência jurídica para propiciar o empreendedorismo e qualificação profissional.



Eixos de atuação

1.5 – Custo Total e Fontes de Recursos

A moeda indicada para a contratação do projeto é o Dólar dos Estados Unidos da América (US\$). A paridade adotada nesta proposta é de US\$ 1,00 = R\$ 1,70. Entende-se, entretanto, que deve ser garantida a opção da troca de modalidade quando das negociações do empréstimo, desde que, naquela ocasião, outra opção se evidencie mais vantajosa para o Estado do Paraná. Os valores propostos para o empréstimo e os de contrapartida local estão contemplados no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado do Paraná para o período 2011 a 2013.

O Estado do Paraná oferece como contragarantias à garantia da União as cotas de repartição constitucional das receitas estabelecidas nos artigos 157 (IRRF) e 159 (FPE, IPI-Exp. e CIDE), complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155 (ICMS, IPVA e ITCD) da Constituição Federal, combinadas



com o § 4º, do artigo 167, também da Constituição Federal.

Em US\$ Mil		
DISCRIMINAÇÃO	VALORES (US\$)	%
Fonte externa - BID	60.000,00	60,00
Fonte interna - Governo do Estado (contrapartida)	40.000,00	40,00
TOTAL	100.000,00	100

1.6 – Resultados Esperados

Os efeitos das ações que compõem o Programa, terão repercussões no conjunto da sociedade paranaense, otimizando a capacidade do Estado de prover os serviços públicos necessários ao desenvolvimento, em bases sustentáveis, das famílias em situação de vulnerabilidade e risco.

O Programa beneficiará famílias selecionadas por um índice a ser elaborado com base em variáveis referentes aos domicílios e aos membros do núcleo familiar, localizados nos municípios e territórios priorizados, estimulando o atendimento para ações de reconstrução do habitat (urbanização e regularização fundiária) para 1.500 famílias e para as demais ações em 42.000 famílias.

1.7 – Processo de Gestão

O Programa Integrado de Inclusão e Qualificação Social rompe com a lógica da "boa vontade" e institui uma prática intersetorial contínua e efetiva, através da implementação de instâncias gestoras - comitês de gestão, com competências distintas e complementares, num processo articulado de desenvolvimento de ações. A formatação dos comitês envolve as políticas públicas e os profissionais, em vários âmbitos de atuação, em todas as esferas de governo, facilitando a constituição de uma rede complementar de comunicação ágil e eficiente.

As instâncias de gestão compartilhada são:

Comitê Estadual: com representantes das Secretarias de Estado;

Comitê Regional: com representantes dos escritórios e núcleos regionais das Secretarias de Estado;

Comitê Municipal: com representantes das Secretarias Municipais;

Comitê Local: com representantes das políticas públicas do território onde a família reside (CRAS, escolas, unidades básicas de saúde e outros).

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil

Fone: (41) 3350 2800 | Fax: (41) 3254 7343 | www.pr.gov.br

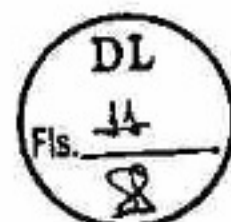
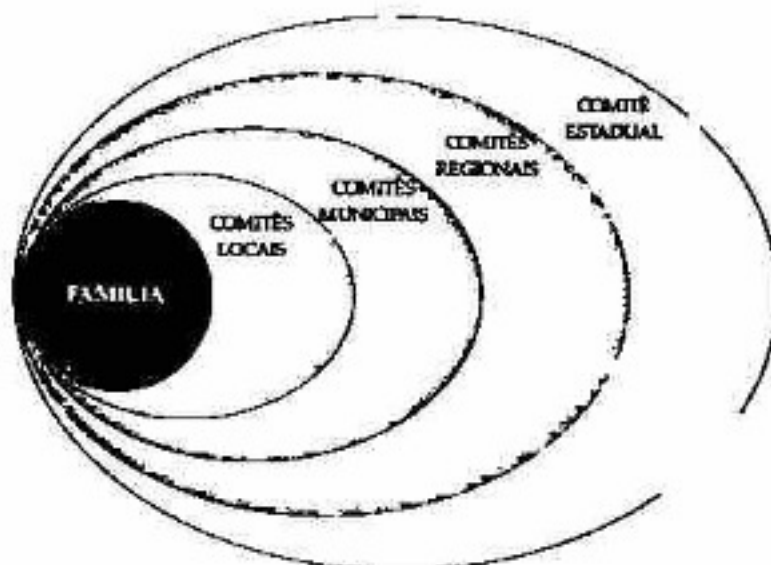


Figura – Estruturação dos Comitês Intersetoriais

A família será acompanhada pelo comitê local, que apontará o tipo de atendimento necessário e o que poderá ser oferecido pelos três níveis de governo. Será ainda avaliada a necessidade de aplicação imediata de ações emergenciais para eliminar riscos de vida a componentes da família, especialmente na área da saúde e de combate a fome.

Para permitir a execução do programa, o governo do Estado do Paraná, em 2011, realizou um importante reordenamento institucional, com a transformação da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude – SECJ em Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS, que é o órgão articulador e mobilizador do Programa – uma estratégia do Plano de Governo do Estado do Paraná (Gestão 2011-2014) e tem como atribuição articular as políticas de proteção social de várias áreas do Governo e promover o acesso de famílias em situação de vulnerabilidade e risco a tais políticas.

Na entidade responsável pela gestão habitacional do Estado – a COHAPAR, foram criados programas específicos para ações de urbanização e regularização fundiária, respaldadas pelo Plano Estadual de Habitação de Interesse Social.

2.0 – CONTEXTO ATUAL



2.1- Descrição da Situação Problema

O Estado do Paraná, localizado na região sul do Brasil, tem uma população estimada de 10.439.601 milhões de habitantes, e uma taxa de crescimento populacional de 1,4% segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE - 2010). Segundo o recorte do IBGE, que classifica como situação de extrema pobreza todos aqueles que vivem com menos de R\$ 70,00 per capita/mês, o Paraná tem uma população de 306.638 pessoas nesta condição. O Governo Federal utiliza, ainda, um recorte de classificação das famílias de baixa renda - aquelas com renda familiar mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou três salários mínimos de renda total. Esta classificação é utilizada para identificar as famílias que devem ser incluídas no Cadastro Único. No Paraná, atualmente, há um total de 975.685 famílias inscritas no Cadastro.

Entre 1970 e 2010 as cidades paranaenses sofreram forte impacto com o processo de urbanização: o grau de urbanização passou de 36,14% para 85,33%. Enquanto nos anos 1970 mais de 90% dos municípios tinham metade ou mais da população vivendo em áreas rurais, no ano 2010 apenas 14,5% dos municípios estão nessa condição.

Fatores como a precarização do trabalho, associado à reestruturação produtiva, desemprego de longa duração e fragilidade na oferta de serviços públicos, fortaleceram a aceleração do fluxo migratório para os grandes centros no estado, acarretando acentuada desigualdade socioespacial, insuficiência da oferta de emprego, concentração da renda e da pobreza, e ampliação de demanda para aperfeiçoamento da capacidade de gestão. As estruturas urbanas e das políticas sociais existentes nos municípios polos e sub-polos sofreram forte sobrecarga. A população rural pobre e não visível, até então dispersa pelo território paranaense e que praticamente não demandava qualquer apoio do Estado, migrou para as áreas urbanas, sem qualquer recurso financeiro ou preparo para um mercado de trabalho em forte expansão, e ocupou, de maneira informal, áreas públicas e/ou privadas que não apresentassem oposição do proprietário ou mesmo que apresentassem condições de risco para a ocupação humana, por isso objeto de ocupação pacífica.

Com o esgotamento da expansão da economia dos anos 1970, as duas décadas seguintes foram de grandes dificuldades econômicas, período em que a situação da população migrante se agravou sob todos os aspectos. Como resultado mais visível desse processo, surgiram nas cidades brasileiras e também no Paraná, territórios de exclusão e extrema precariedade, onde a ausência do Estado se traduziu em ocupação caótica, sem qualquer infraestrutura, equipamento ou atendimento por serviço público de qualquer gênero.

A própria administração pública desconhecia, e ainda desconhece, na sua maior parte, quem é essa população, como garante seu sustento e quais as suas demandas mais elementares, especialmente de habitação, saúde, educação e desenvolvimento socioeconômico. As áreas nesta condição sequer constavam ou



constam nos mapas oficiais das administrações públicas e somente se tornaram visíveis com os modernos recursos de imagens de satélite.

Somente na última década, com o reconhecimento da impossibilidade de construir uma sociedade equilibrada e justa, mantendo grande parcela da população excluída e na informalidade, é que o Estado brasileiro começou a estruturar, de forma mais consistente, políticas públicas em todos os setores de atividade, com foco central nessa camada da população brasileira.

Tomando-se indicadores como referência para avaliar e identificar esta situação nos municípios paranaenses, o Índice Iparde de Desempenho Municipal (IPDM), considera, com igual ponderação, as três principais áreas de desenvolvimento: a) emprego, renda e produção agropecuária; b) educação; e c) saúde. Considerando este índice, a média de desempenho dos municípios no Paraná passou de 0,567 em 2002 para 0,661 em 2008. No entanto, o avanço na melhoria da condição socioeconômica dos municípios paranaenses, refletido na média, não exime o Estado de possuir grandes bolsões de exclusão social.

Ao considerar o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), observamos que 33% da população paranaense vive em municípios com IDH-M inferior à média do Brasil, enquanto que nos demais estados da região sul, municípios nessa condição abrigam menos que 10% da sua respectiva população. Apenas 36% da população paranaense vive em municípios com altos índices de desenvolvimento.

Utilizando o recorte fornecido pelo Atlas da Exclusão Social no Brasil, verifica-se que, entre os três Estados que compõem a Região Sul, o Paraná apresenta a maior proporção de municípios com alta exclusão, localizados em sua maioria na área central do Estado, a leste na divisa com o sul de São Paulo, e ao sul, próximo à divisa com Santa Catarina.

Um importante instrumento para a identificação da população e das áreas de extrema pobreza nos municípios do Paraná é o diagnóstico acerca das condições de habitação e urbanização dos municípios elaborado pela COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná e Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES com o objetivo de construir o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Estado - PEHIS-Pr. O diagnóstico identifica os territórios a serem priorizados na implementação de políticas e programas que promovam o acesso à moradia digna e qualidade de vida para a população em situação de vulnerabilidade identificada pelo Programa.

A pesquisa de campo conduzida pelo estudo considerou assentamentos precários aqueles localizados em favelas, cortiços, loteamentos irregulares e clandestinos e conjuntos habitacionais degradados. Segundo o PEHIS, existiam, em 2010, por ocasião da pesquisa *in loco* feita em 376 dos 399 municípios do Paraná, 204.635 domicílios em assentamentos precários. Desses, 101.716 domicílios somente nas favelas (936 favelas), situadas em 140 dos 399 municípios. Considerada uma média de 4 habitantes por domicílio, pode-se afirmar que habitam



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

esses assentamentos precários cerca de 818.540 pessoas, o que por dedução certamente concentra a maioria da população em extrema pobreza do Estado, na medida em que 85% da população vive nas cidades. O mesmo critério aponta que 406.864 pessoas vivem em favelas.

Outro dado fundamental levantado através da pesquisa são os núcleos comprometidos por situação de risco, ou seja, aqueles localizados sobre áreas sujeitas à inundação, deslizamentos ou desmoronamentos, acidentes de tráfego, contaminação por materiais químicos diversos, risco de eletrocutação, áreas com risco de doenças infecciosas (dengue, malária, leptospirose, tifo, diarreia) e doenças respiratórias; ou ainda, ocupando áreas de preservação ambiental.

Pela situação crítica, o Programa priorizará o atendimento a territórios que contenham favelas em situação de risco: hoje, no Paraná, existem 121 municípios com pelo menos um território nessas condições.

No Brasil, a Política Nacional de Habitação considera que o direito à moradia vai além de uma casa para morar. O verdadeiro direito à moradia se concretiza quando o cidadão tem acesso a outros bens e serviços, e direito à cidade como um todo. Na mesma linha de raciocínio, o governo do Paraná entende que, para alavancar as famílias em situação de vulnerabilidade e risco a uma condição de protagonismo e autonomia, é necessária a oferta de um conjunto de ações intersetoriais, planejadas de acordo com a necessidade de cada família, e das especificidades do território onde reside.

A população considerada tradicionalmente como pobre, localizada em territórios vulneráveis, constantemente é a mesma sem acesso à alimentação adequada, à educação de qualidade, à saúde e ao mundo do trabalho. O público com alto grau de vulnerabilidade frequentemente é o mesmo que aparece em indicadores negativos da educação, como a taxa de analfabetismo total e funcional, a evasão e reprovação escolar, e a distorção idade-série. Na mesma lógica, este público dificilmente tem acesso ao mundo do trabalho, conceito mais amplo do que mercado de trabalho – restrito àqueles que possuem a carteira de trabalho. O mundo do trabalho oferece alternativas mais próximas à realidade de muitas famílias em situação de vulnerabilidade e risco, como o empreendedorismo individual, o trabalho autônomo, as cooperativas, grupos de produção, dentre outros.

Neste sentido, a identificação do problema leva fundamentalmente em consideração a situação do habitat, a dificuldade de acesso a serviços públicos essenciais como educação, saúde, *assistência social*, alimentação, assim como a restrição às políticas de trabalho, cultura, lazer. Sobrepondo essas demandas, é possível identificar onde se localizam as famílias de maior vulnerabilidade e risco do Estado do Paraná.

O cenário apresentado requer metodologias específicas na construção de políticas públicas voltadas ao fortalecimento dos territórios, prioritariamente nas áreas consideradas críticas, adotando políticas sociais abrangentes e diferenciadas.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Porém no Paraná, assim como no resto do país, tradicionalmente as políticas públicas básicas (habitação, educação, *assistência social*, saúde, segurança alimentar, cultura, lazer, trabalho, etc.) constituiram-se de maneira fragmentada, respondendo a uma gestão com características centralizadoras, hierarquizadas, deixando prevalecer práticas assistencialistas na área social que não geram proteção e promoção efetiva das famílias. Além disto, percebe-se que cada área da política pública tem uma rede própria de instituições e/ou serviços, atuando de maneira compartimentalizada e muitas vezes atendendo ao mesmo público-alvo.

2.2 – A Ação Governamental na Área

Para a implementação do Programa, algumas ações já estão sendo realizadas, sendo que as principais são:

- reordenamento institucional com a criação da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social e a implantação de mais cinco Escritórios Regionais descentralizados para atuação em todo o território do Estado do Paraná;
- estudo e diagnóstico dos municípios paranaenses, objetivando estabelecer critérios de seleção de municípios e territórios para priorização das ações do programa;
- conclusão do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social;
- desenvolvimento dos parâmetros e variáveis que irão compor o sistema de identificação e acompanhamento das famílias e de avaliação da gestão do programa;
- reuniões com as Secretarias de Estado e órgãos parceiros para estabelecimento dos produtos que serão ofertados aos municípios e famílias beneficiadas;
- elaboração de estudos dos municípios do Estado pelo IPARDES (Cadernos Municipais);
- elaboração pelo Estado de um índice para verificar o desempenho dos municípios, levando em consideração os dados da saúde, educação e emprego, renda e produção agropecuária;
- mapeamento georreferenciado da rede de serviços públicos nos territórios selecionados.

3.0 – INTEGRAÇÃO COM A SOCIEDADE CIVIL E COMUNIDADES

O Plano de Governo 2011-2014 constitui-se no instrumento balizador das ações do Governo do Paraná, cuja construção se deu por meio da realização de reuniões com a sociedade civil, comunidade científica, setor empresarial e setor público em cada uma das dez mesorregiões do IBGE do estado.



PARANÁ


GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

O Plano Plurianual (PPA) é um plano de médio prazo para o estado e contém todas as ações de governo previstas para o período. Anualmente é revisado, submetido à Assembleia Legislativa e debatido em audiência pública com a sociedade civil organizada.

O desenvolvimento do Programa Integrado de Inclusão e Requalificação Social prevê um amplo envolvimento e participação da família, com o objetivo de reduzir a situação de pobreza e promover a sua emancipação. Contará com a participação e apoio do Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná - COEHIS, do Conselho Estadual de Assistência Social, dos Conselhos Municipais de Assistência Social, do Conselho Estadual de Educação e do Conselho Estadual da Saúde que, posteriormente, também farão o acompanhamento das ações do Programa nas suas respectivas áreas de atuação.

Uma gestão moderna e inovadora, que se propõe a promover a autonomia das famílias, e em especial aquelas em situação de maior vulnerabilidade e risco, exige a adoção de modelos flexíveis em que os processos de descentralização e participação sejam efetivos, de forma a favorecer parcerias entre as várias áreas e esfera de poder, e dessas com sociedade civil organizada, nas ações e decisões que dizem respeito a implementação e ao funcionamento das políticas públicas.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICH
GOVERNADOR DO ESTADO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 273/12

Projeto de Lei nº. 273/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 036/12

Súmula: Autoriza o Poder Executivo contratar a operação de crédito externo, na forma que indica, e dá outras providências.

EMENTA: AUTORIZA PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO ATÉ O LIMITE DE US\$ 60.000.000,00 JUNTO AO BID. FINANCIAR PROGRAMA INTEGRADO DE INCLUSÃO E REQUALIFICAÇÃO SOCIAL – FAMÍLIA PARANAENSE. POSSIBILIDADE LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 24 CF. ARTS. 65, 87, 133 E 134 DA CE. ARTS. 40, 43 E 46 DA LEI FEDERAL 4.320/64. ARTS. 14, 15, 29 E 32 LC 101/00. CONSTITUCIONAL PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como escopo autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo até o limite de US\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinados a financiar parcialmente o Programa Integrado de Inclusão e Requalificação Social – Família Paranaense.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a Iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Com efeito, a Constituição Federal em seu artigo 24, inciso II estabelece:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: (Grifo Nosso).
II - orçamento; (Grifo Nosso).

Além disso, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:
II - as diretrizes orçamentárias anuais;
III - os orçamentos anuais.
§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:
VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa, (grifo nosso)

O projeto de lei ora em tela, objetiva autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito, nos termos do artigo 43, § 1º, Inciso IV, da Lei Federal nº 4.320 de 1964:

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

(...)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

- I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II - os provenientes de excesso de arrecadação;
- III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;
- IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 44. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível.

Não obstante, a Lei Complementar Federal nº 101/00, conceitua operação de crédito:

Art. 29. Para os efeitos desta Lei Complementar, são adotadas as seguintes definições:

III - operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações semelhantes, inclusive com o uso de derivativos financeiros;

Equipara-se a operação de crédito a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação, sem prejuízo do cumprimento da exigência dos arts. 15 e 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Cabe ao Ministério da Fazenda verificar o cumprimento dos limites e as condições à realização da operação de crédito, conforme determina o art. 32 da Lei Complementar supramencionada:

Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.

§ 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:

I - existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;

II - inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;

III - observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



IV - autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo;

V - atendimento do disposto no Inciso III do art. 167 da Constituição;

VI - observância das demais restrições estabelecidas nesta Lei Complementar.

O Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que compete privativamente ao Governador do Estado iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição, bem como realizar as operações de crédito previamente autorizadas pela Assembleia, nos termos do artigo 87, vejamos:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - Iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

XIX - realizar as operações de crédito previamente autorizadas pela Assembleia (grifos nossos)

O Vistumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 19 de Junho 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO

RELATOR

APROVADO

19.06.12



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

DL
Fls. 37

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 273/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 036/12 que objetiva autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo até o limite de US\$60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares norte-americanos) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Inicialmente denota-se que a proposta foi encaminhada a douda Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Cesar Silvestri Filho e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer que a iniciativa tem como finalidade financiar parcialmente a execução do Programa Integração de Inclusão e Requalificação Social – Família Paranaense.

Observe-se também, que o objeto do Projeto em tela, está em consonância com o art. 43 §1º, inciso IV, da Lei Federal nº 4.320/64. (Lei Orçamentária Anual).

Ressalta o autor da proposta que para obter a garantia da União na referida operação de crédito, oferecerá contragarantias às garantias da União, podendo vincular as cotas de repartição constitucional das receitas previstas nos artigos 157 e 159, mas as receitas tributárias estabelecidas no art. 155, conforme previsão no § 4º do art. 167 da Constituição Federal.

P.

X

1



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

DL
Fls. 38

Denota-se ainda, que a matéria objeto do presente Projeto de Lei, não fere os preceitos da Lei Complementar Federal nº 101/00.

Oportuno observar, que a Carta Magna Federal, em seu art. 24, Inciso II, assegura a competência concorrente aos Estados na questão orçamentária.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seus arts. 65, 133 e 134, ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

Isto posto, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa nesta Casa Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 03/07/12

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 273/12

I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei acima epigrafado foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem nº 36/2012, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta "autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo até o montante de US\$ 60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares norte-americanos), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID," destinados a financiar parcialmente a execução do Programa Integrado de Inclusão e Realização Social – Família Paranaense.

Os recursos de que trata este crédito externo tem como objetivo central propiciar o acesso das famílias com alto índice de vulnerabilidade e risco, especialmente aquelas residentes em territórios desarticulados e excluídos da cidade formal e em situação de risco, aos serviços públicos oferecidos pelos três níveis de governo, dando ênfase aos serviços relativos a habitação, educação, saúde, segurança alimentar e nutrição, meio ambiente e educação ambiental, desenvolvimento comunitário, trabalho, cultura e lazer. Para este Programa, vulnerabilidade e risco são situações decorrentes de condições urbanístico-ambientais e socioeconômicos, tais como o local de moradia, ciclo de vida, o grau de escolaridade, dentre outras variáveis que favorecem a exclusão e comprometem as condições atuais e futuras dos indivíduos e famílias, na satisfação das suas necessidades, e interferem na sua capacidade de antecipar, lidar com, resistir e recuperar-se destas questões.

Os valores propostos para o empréstimo e os de contrapartida local estão contemplados no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado do Paraná para o período 2011 a 2013.

O Estado do Paraná oferece como contragarantias à garantia da União as cotas de repartição constitucional das receitas estabelecidas nos artigos 157 (IRRF) e 159 (FPE, IPI-Exp. E CIDE), complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155 (ICMS, IPVA e ITCD) da Constituição Federal, combinadas com o § 4º do artigo 167, da Constituição Federal.



A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

É o parecer

II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

A proposta ora em análise tramitou pelas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças sendo que seus relatores exararam parecer favorável pela constitucionalidade e legalidade, sendo aprovado por unanimidade naquelas Comissões.

A autorização legislativa para a abertura de crédito especial ora proposta encontra-se embasada no inciso V, do artigo 135 da Constituição Estadual que diz:

"Art. 135 São vedados:

V — a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes."

III — CONCLUSÃO

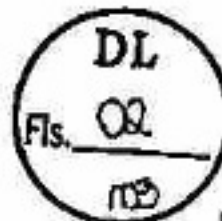
Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epígrafe, conforme preceitua o § 4º, do artigo 33 do Regimento Interno, nosso parecer é favorável.

Sala de Reunião das Comissões, 04 de julho de 2012

DEP. NEREU MOURA
PRESIDENTE

DEP.

RELATOR



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI

Nº 274/12

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo, na forma que indica, e dá outras providências

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito externo até o limite de US\$ 67,200,000.00 (sessenta e sete milhões e duzentos mil dólares norte-americanos) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinados a financiar parcialmente a execução do Programa Paraná Seguro - PPS, observadas as normas legais pertinentes.

§ 1º Os prazos de carência e amortização, a taxa de juros e demais encargos adicionais referentes à operação de crédito autorizada por este artigo obedecerão as normas estabelecidas pelas autoridades monetárias encarregadas pela política econômica e financeira da União, observadas as normas propostas pelo Agente Financeiro.

§ 2º Os recursos provenientes da operação de crédito de que trata esta Lei serão depositados em conta específica para tal finalidade.

Art. 2º A operação de Crédito de que trata esta Lei será garantida pela República Federativa do Brasil.

§ 1º Para obter garantia da União na referida operação de crédito, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer contragarantias às garantias da União durante o prazo de vigência do contrato, podendo, para tanto, vincular as cotas de repartição constitucional das receitas estabelecidas nos artigos 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no artigo 155, conforme previsto no § 4º do artigo 167 da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas no momento suficiente para cobrir a amortização e encargos financeiros da operação de crédito autorizada por esta Lei.



GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

§ 2º O procedimento autorizado no caput deste artigo somente poderá ser adotado na hipótese de inadimplimento, na data do vencimento, das obrigações pactuadas pelo Poder Executivo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Art. 3º O Poder Executivo consignará dotações próprias nos Orçamentos Anuais e no Plano Plurianual do Estado, durante o prazo estabelecido para o financiamento, necessárias ao atendimento da contrapartida financeira do Estado no programa e a amortização do principal e dos acessórios resultantes, em conformidade com as disposições contidas no art. 1º da presente Lei, bem como outras garantias em direito admitidas no momento como suficientes para cobrir a amortização e encargos financeiros da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 4º. Fica ainda o Poder Executivo autorizado a:

I – firmar acordos, convênios e contratos necessários à implementação do Programa Paraná Seguro - PPS;

II – abrir créditos adicionais respectivos, até o valor da operação contratada, inclusive sua contrapartida, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º, do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para atendimento das despesas do programa.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências.
Em, _____
Presidente



MENSAGEM

Nº 035 /2012

Curitiba, 18 de Junho de 2012

Senhor Presidente,

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.
Em, 18 JUN. 2012
1º Secretário

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo até o limite de US\$ 67,200,000.00 (sessenta e sete milhões e duzentos mil dólares norte-americanos) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinados a financiar parcialmente a execução do Programa Paraná Seguro - PPS, observadas as normas legais pertinentes.

JUSTIFICATIVA

1.0 - O PROJETO

1.1 Objetivo Geral:

O Programa Paraná Seguro - PPS tem como objetivo central reduzir os níveis de violência e criminalidade nas regiões priorizadas, bem como executar medidas socioeducativas de internação e internação provisória dos adolescentes em conflito com a lei de forma a levá-los, por meio de uma ação educativa ao aprendizado do convívio social e da participação cidadã. O prazo de execução do programa será de cinco anos - 2012 a 2016.

O Programa Paraná Seguro será desenvolvido nas seguintes regiões com os maiores índices de violência no Paraná:

- Curitiba;

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
Prot. 11.511.871-4



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

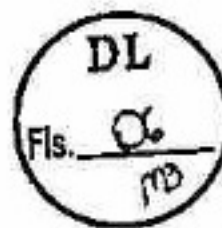
- Região Metropolitana de Curitiba, definida pela Lei Complementar nº 14/1973 que abrange 26 municípios com destaque para Almirante Tamandaré, Araucária, Colombo, Pinhais, Piraquara, São José dos Pinhais e Campina Grande do Sul;
- Fronteira, que abrange 139 municípios com destaque para Foz do Iguaçu, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Santo Antônio do Sudoeste, Barracão, Toledo, Cascavel e Umuarama;
- Eixo Londrina-Maringá (Região Norte) em especial Londrina, Maringá, Cambé, Rolândia, Ibiporã, Astorga, Sarandi, Marialva, Arapongas, Apucarana, Cornélio Procopio e Jacarezinho.

A operação proposta tem como foco principal a implementação de um novo modelo de governar no Paraná, pautado no desenvolvimento das competências de gestão, da renovação dos métodos de trabalho e das estruturas de governo voltadas a resultados efetivos. Objetiva garantir que o Governo do Estado tenha recursos suficientes para minimizar os níveis de violência nas regiões mais críticas, num horizonte de quatro anos. A estruturação dessa operação potencializará o alcance dos resultados finais, ao fortalecer o sistema de gestão, acompanhamento e avaliação das ações do Governo na área de segurança pública. Permitirá ainda acelerar a implementação de um conjunto de ações em quatro regiões com maiores índices de violência no estado do Paraná.

1.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos do Programa Paraná Seguro são:

1. aumentar a efetividade das polícias civil e militar paranaense no controle e prevenção da criminalidade na filosofia de desenvolvimento de uma polícia comunitária;
2. reduzir a incidência delitiva dos jovens de 15 a 24 anos em condições de alta vulnerabilidade na área de influência do Programa, buscando soluções conjuntas para recuperar a vida em comunidade e despertar na comunidade a importância da organização preventiva a favor de uma cultura de paz;
3. estabelecer um canal permanente de ligação entre a polícia e a comunidade por intermédio do policial comunitário;
4. reduzir a taxa de reincidência da população jovem em conflito com a lei;
5. reunir elementos básicos da vida em sociedade no contexto das unidades de privação de liberdade, facilitando a ação socioeducativa e levando o aprendizado ao convívio social e a participação cidadã;
6. estabelecer um padrão referencial de ação educacional em toda a rede socioeducativa de restrição e privação de liberdade, aproximando a metodologia contida na proposta político-pedagógica do Estado;
7. reordenar o atendimento dos centros de socioeducação pelos princípios da incompletude institucional envolvendo, subsidiando e apoiando o adolescente no processo de construção de um novo projeto de vida;
8. promover a formação continuada dos servidores que atuam nos centros de socioeducação visando ao alinhamento teórico-metodológico do atendimento do adolescente em conflito com a lei.



1.3 Metas e Indicadores

O Programa Paraná Seguro visa:

1. aumentar a segurança da população com a presença efetiva do policiamento comunitário nas áreas de maior incidência de criminalidade, reduzindo o número de homicídios de 30,40/100.000 habitantes (2010) para 21,50/100.000 habitantes (2015);
2. aumentar o número de jovens de 15 a 24 anos em condições de vulnerabilidade social a ser incorporados a programas de prevenção da violência e geração de oportunidades;
3. reduzir em 20% a taxa de homicídios da população jovem nos locais foco do Programa;
4. reduzir em 50% a taxa de reincidência de delitos entre jovens egressos do sistema socioeducativo.

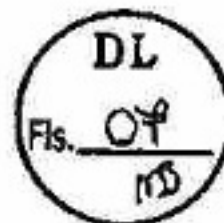
As principais metas do projeto para os quatro anos são:

Ações	Metas
- Construir Sistema Integrado de uso e produção de informação em segurança	1 Sistema, instalado em 22 unidades policiais regionais
- Reestruturar instalações físicas das delegacias policiais	21 unidades policiais
- Equipar delegacias policiais	21 unidades policiais
- Estruturar a divisão de homicídios e proteção à pessoa	1 unidade
- Capacitar o contingente policial	4.750 servidores
- Implantar módulos policiais móveis	393 unidades
- Adquirir veículos e equipamentos embarcados	1.572 veículos equipados
- Construir e equipar Centros de Socioeducação, cada um com 4.273 m² de área construída,	02 Centros
- Capacitar servidores da SEDS e Prefeituras Municipais que atuam nos Centros de Socioeducação e nos Centros da Juventude	630 servidores
- Cofinanciar as ações dos Centros da Juventude	13 Centros

1.4 – Componentes

Para alcançar seus objetivos, o Programa Paraná Seguro abarcará atividades incluídas nos seguintes componentes:

Componente 1 - Efetividade policial e redução da Criminalidade Urbana:



Seu objetivo é melhorar a capacidade da efetividade da Polícia Militar e Civil do Estado e a prevenção da criminalidade, através das seguintes ações: Um novo modelo de gestão integrada de segurança pública; criação de um sistema integrado de uso e produção de informações em segurança pública, articulando as unidades regionais de estatísticas e análises criminalísticas e inteligência; contratação de agentes de segurança e construção e reforma de delegacias policiais com serviços integrados da segurança pública; implementação de sistema modular de policiamento urbano; estruturação da divisão de homicídios e proteção do indivíduo para o acompanhamento e investigação de homicídios e crimes contra a vida humana; capacitação dos policiais para atendimento no local do crime, análise criminal, direitos humanos e policiamento comunitário.

Componente 2 - Reabilitação, Reinserção e Prevenção social e situacional.

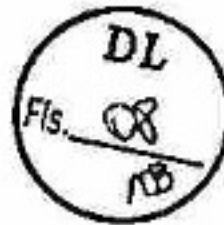
Seu objetivo é prevenir a delinquência do jovem em sua residência através das seguintes ações: Desenvolvimento de um sistema de gestão eficiente para o funcionamento do sistema socioeducativo do Paraná; Construir e equipar os centros socioeducativos para adolescentes em conflito com a lei que funcionem de maneira estruturada, descentralizada e eficiente, melhorando os vínculos familiares e articulando seus serviços com as comunidades em que estão estabelecidos; Formação de servidores públicos que atuem nos centros socioeducativos e nos centros da juventude; Cofinanciamento de ações desenvolvidas em 13 Centros da Juventude.

1.5 - Custo Total e Fontes de Recursos

Discriminação	Valores em US\$ milhões	Percentual %
1. Fontes Externas de recurso		
BID	87,2	60
2. Fontes Internas		
Contrapartida	44,8	40
Total 1 + 2	112	100

Os valores propostos para o empréstimo e contrapartida local estão contemplados no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado do Paraná, firmado junto ao Governo Federal para o período 2011-2013. A moeda indicada para a contratação do projeto é o Dólar dos Estados Unidos da América (US\$), com paridade de US\$ 1,00 = R\$ 1,70. Entende-se, entretanto, que deve ser garantida a opção da troca de modalidade quando das negociações do empréstimo, desde que, naquela ocasião, outra opção se evidencie mais vantajosa para o Estado do Paraná.

O Paraná oferece como contragarantias à garantia da União as cotas de repartição constitucional das receitas estabelecidas nos artigos 157 (IRRF) e 159 (FPE, IPI-Exp. e CIDE), complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155 (ICMS, IPVA e ITCD) da Constituição Federal, combinadas com o § 4º, do



artigo 167, também da Constituição Federal.

1.6 – Resultados Esperados

A amplitude de ações e o caráter de multiplicação dos projetos, indicam que 5 milhões de pessoas serão beneficiadas diretamente, observada a média de componentes do núcleo familiar.

A prevenção será otimizada primariamente aos residentes nas regiões beneficiadas pelo Programa e, secundariamente, aos jovens com idade entre 15 e 24 anos, moradores de localidade com alto nível de vulnerabilidade social, com histórico recente de altos níveis de violência e criminalidade em Curitiba e Região Metropolitana, nos municípios da Fronteira e no eixo Londrina-Maringá, incluindo jovens em cumprimento ou egressos de medidas socioeducativas. Considerando todos os investimentos na expansão e aprimoramento dos programas e serviços para adolescentes e jovens, estima-se que o Programa Paraná Seguro beneficiará cerca de 48.000 jovens ao longo dos quatro anos de execução (9.600 jovens/ano), que serão favorecidos pelos serviços de proteção e garantia de direitos, bem como pelo acesso a bens culturais e artísticos, a atividades esportivas, tecnológicas e profissionalizantes, e pela participação em ações voltadas a formação profissional, pessoal e política. O Programa Paraná Seguro atenderá diretamente mais 176 adolescente nos dois novos Centros de Socioeducação – CENSEs (Toledo e Cambé), sendo 100 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Internação e 76 adolescentes de Internação Provisória.

A Gestão Comunitária da Segurança Pública atuando na prevenção primária, secundária e municipal, a sociedade civil organizada ou não, possibilitando a minimização da violência e da criminalidade e a melhoria da qualidade de vida, pela redução do medo do crime e aumento a segurança de todos os beneficiários.

Em resumo, do Parana Seguro decorrerão os seguintes benefícios:

- Prevenção focalizada e direcionada à população jovem;
- Melhoria da qualificação socioeducadora;
- Vinculação do adolescente à sua família e comunidade;
- Redução dos índices de criminalidade, especialmente dos homicídios;
- Reduzir as taxas delituosas;
- Melhoria da qualidade dos serviços de segurança pública;
- Aumento significativo do número de policiais capacitados;
- Melhoria do uso e integração das informações de segurança pública;
- Participação da sociedade na solução dos problemas de segurança;
- Aumento das ações preventivas;
- Aumento da confiança da população nas Polícias Civil e Militar.

1.7 – Processo de Gestão

O gerenciamento físico e financeiro do programa estará a cargo da Unidade de Gerenciamento do Programa, unidade administrativa da SESP/PR, que contará com a participação da SEDS e das Prefeituras Municipais como co-executoras.



2.0 – CONTEXTO ATUAL

2.1 – Criminalidade

O Estado do Paraná integra a Região Sul do Brasil, tem um território de 199.314 km², que correspondente a 2,3% da superfície total do País. Sua população é de 10,5 milhões de habitantes distribuída em 399 municípios, destacando-se Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, Guarapuava, Foz do Iguaçu e Paranaguá. Em 2009, sua economia foi a quinta do País e respondia por 6,1% do PIB nacional (R\$ 189.269,00 milhões). O montante total do PIB do Estado é composto pelo setor de serviços (63,9%), setor industrial (26,4%) e setor agropecuário (9,7%).

Na última década, seus indicadores socio-econômicos, medidos pelas taxas de crescimento do PIB, redução dos níveis de pobreza, indigência e melhoria do IDH do Estado registraram avanços significativos. Entretanto, a capacidade do poder público para controlar e prevenir a criminalidade e a violência não aconteceu na mesma medida.

Dados disponíveis sobre os níveis de violência e criminalidade medidos pela taxa de homicídios por 100 mil habitantes, permitem observar que as condições estaduais declinaram na década de 1998-2008, quando a taxa de homicídios cresceu em 85% passando de 7,6 em 1998 para 32,6 em 2008. Em 2008, a taxa de homicídios do Estado foi superior à taxa média de homicídios do País, que se manteve em 26,4 homicídios/100 mil habitantes.

Aqui, a violência e criminalidade se agravam mais quando focada a taxa de homicídio na população jovem entre 15 a 24 anos, que aumentou em 157%, passando de 28,5/100 mil habitantes em 1998 para 73,3 em 2008. O principal grupo de risco para este segmento são adolescentes e adultos jovens, principalmente do sexo masculino, residentes em áreas pobres e às vezes periféricas, com baixa escolaridade e pouca ou nenhuma qualificação profissional. Fica claro que os centros urbanos são os principais espaços de concentração de jovens em situação de vulnerabilidade social, envolvidos num complexo e variável conjunto de fatores que faz com que se tomem suscetíveis a processos de exclusão social e ao envolvimento com graves situações de violência física e psicológica.

Os jovens são a parcela da população que apresenta a maior capacidade migratória: cerca de 80% vivem em áreas urbanas que, em geral, não possuem os equipamentos sociais necessários para suprir suas múltiplas necessidades de desenvolvimento. Assim, o mapa estadual de homicídios tende a coincidir com o mapa de carências sociais e de exclusão econômica e cultural; tal proximidade entre estes temas pode ser tida como um forte indicador da necessidade de adoção de estratégia de prevenção focalizada e direcionada a esta parcela da população e a estes espaços.

Dentre os fatores de risco que explicam os altos índices de violência no Paraná consta o crescente consumo de drogas (crack em especial) e de álcool, concentrado na população jovem (15 a 24 anos), que compõem 80,8% da população total do Estado. O consumo crescente desta droga tem levado ao aumento dos delitos de roubo, que somados ao fácil acesso às armas de fogo, têm elevado o nível



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

de violência e criminalidade urbana. A taxa de mortes por armas de fogo teve expressivo aumento entre 2000-2008, da ordem de 113% (11,3 para 24,1 por 100 mil habitantes). Enfim, com o aumento do nível de violência e criminalidade, o número de adolescentes em conflito com a lei e em medida privativa de liberdade, aumentou muito entre 2007-2009, atingindo um total de 968 jovens em 2009 (sendo 701 internados, 201 com internação provisória e 66 em regime de semi-liberdade). Além disso, os Centros Socioeducativos, responsáveis pela execução dos programas de internação provisória e pelas medidas socioeducativas de internação e de semi-liberdade, componentes do sistema de justiça juvenil, não têm respondido com eficiência a seu objetivo principal de preparar o adolescente para a reintegração social e para o funcionamento em rede, com articulação dos serviços públicos e integrados com a comunidade. Os maiores problemas identificados na área são: a) o déficit de vagas e inadequada estrutura física para a internação, em parte devido à constante superlotação com a consequente permanência prolongada de adolescente em delegacias públicas; b) a baixa qualificação dos socioeducadores e o vínculo temporário dos servidores; c) a falta de alinhamento metodológico entre as unidades; d) ações educativas com programação restrita, pouco diversificada e resultados precários; e) o baixo vínculo dos adolescentes com as famílias e comunidades de procedência, dificultando a sua posterior reintegração social. Tais fatores têm contribuído para o aumento do índice de reincidência de delitos nos jovens que saem dos centros socioeducativos.

A problemática situação vivida pela população paranaense pode ser visualizada a partir de dados estatísticos colhidos pela Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico - CAPE/SESP, que apontam a existência de significativo aumento da criminalidade e da violência no Paraná, principalmente em Curitiba e sua Região Metropolitana - RMC. Os dados apresentados pretendem demonstrar os pontos de maior preocupação e de premente necessidade de atuação estatal. Curitiba apresenta uma variação de 27,33% entre o ano de 2007- 2010, chegando a 2010 com uma taxa de 40,14 homicídios/100 mil habitantes. A RMC apresenta uma variação positiva maior (57,14%) que a de Curitiba no período, com uma taxa em 2010 de 62,36 homicídios/100 mil habitantes. Finalmente, o Paraná em seu conjunto apresenta um aumento de 21,92% entre os anos de 2007-2010 e uma taxa no ano de 2010 de 30,40.

2.2. Recursos Aplicados em Segurança Pública, período 2006/2009

Os altos índices estaduais de violência e criminalidade podem ser explicados pelo atraso de investimentos públicos alocados em segurança. Em 2009, o gasto estadual *per capita* com segurança pública foi de R\$ 112,40, ou seja 123% menor que o gasto médio *per capita* da União, que alcançou R\$ 250,90. Este panorama tem se repetido desde 2006, como se observa no quadro a seguir; para efeitos comparativos foram incluídos no quadro outros Estados das regiões sul e sudeste.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Tabela 2 - Gasto *per capita* em Segurança Pública - Paraná, outros Estados e União (em R\$)

Unidade da Federação	2006	2007	2008	2009
Paraná	97.28	98.67	108.90	112.47
Rio de Janeiro	269.91	278.69	309.97	231.78
Rio Grande do Sul	132.01	138.43	127.00	201.04
Santa Catarina	152.46	169.52	28.07	225.65
São Paulo	173.33	182.87	218.40	244.47
Total UF	141.42	158.23	183.36	212.89
União	18.47	25.12	31.52	38.05
Total União e UF	159.89	183.35	214.88	250.94
IPCA/IBGE	3.14	4.46	5.80	4.31

Fonte: Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública 2010

Os menores investimentos foram na qualidade e quantidade dos serviços públicos de segurança prestados ao cidadão, face à deterioração das condições de trabalho das Polícias Civil e Militar, em especial aos equipamentos e infraestrutura de apoio às atividades dos profissionais, além de pequenos efetivos e da falta de profissionais técnicos capacitados. Quanto aos serviços da Polícia Civil, órgão responsável pelas investigações, constata-se que em muitos dos crimes letais intencionais os autores não foram presos, devido à debilidade das investigações (Instauração de inquéritos) e dos diagnósticos firmados (apresentação de provas técnicas, testemunhais, materiais e laudos científicos). Os prédios que sediam tais ações foram construídos a meados do século passado e não têm sido mantidos apropriadamente. É urgente a necessidade de reparação e de adequação nas instalações para prestação de um serviço público razoável (abrigo para detentos, guarda e restituição de bens apreendidos). Problemas de infraestrutura e de equipamentos são também responsáveis pela interdição judicial de diversas delegacias no estado, por não atenderem às especificações da Lei de Execução Penal.

O número de policiais no Estado, incluindo o destacamento da Polícia Federal para as atividades do território, apresenta a relação de 225 policiais/100 mil habitantes, número esse que inclui servidores exclusivamente administrativos, o que indica que o efetivo policial paranaense está abaixo do número considerado aceitável pelos parâmetros internacionais estabelecidos pelas Nações Unidas, cujo parâmetro deve oscilar entre 250 e 280 policiais/100 mil habitantes.

Isto posto, fica evidente a necessidade da adoção de novo modelo integrado de gestão orientado a resultados para as Polícias Civil e Militar, voltado a incrementar sua eficácia, através do policiamento comunitário denominado Sistema Modular de Policiamento Urbano, que permite: a) criação e fortalecimento de uma instância responsável pela coordenação das atividades de planificação estratégica, tático-operacional e de gestão do novo modelo com o apoio da comunidade; b) definição de espaços geográficos comuns de atuação policial e de objetivos e metas



GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

concomitantes; c) destinação de equipamentos e reestruturação física e operativa das polícias com ênfase em serviços integrados de segurança pública nas delegacias no âmbito local, incluindo serviços de defensoria pública e de atenção às vítimas; d) capacitação e valorização dos agentes de segurança; e) criação de sistema integrado de uso e cruzamento de informações de segurança pública; f) criação de unidades regionais de estatística, análise criminal e inteligência, e de monitoramento e avaliação do cumprimento dos objetivos no território.

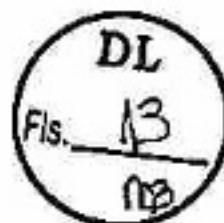
2.3 – A Ação Governamental na Área

Ante tal situação, o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, elaborou o plano para segurança pública - Paraná Seguro, que reflete a preocupação do poder público e da população em reduzir os índices de criminalidade. Esta redução dos níveis de violência e criminalidade constitui objetivo ambicioso a cumprir, dado que violência e criminalidade são problemas com múltiplas causas e efeitos. Requer abordagem integral, com ações multidisciplinares que incluam desde o apoio ao fortalecimento da capacidade institucional dos órgãos de segurança pública para implementar sistemas de gestão orientados ao alcance de resultados até o apoio à implementação de ações locais de prevenção social e situacional, à modernização das forças de segurança e a construção de iniciativas voltadas a reabilitação e reinserção social dos egressos do sistema prisional e de centros socioeducativos, ao mesmo tempo da ampliação do acesso à justiça, principalmente aos mais carentes.

O Governo realizou diagnóstico sobre adolescentes em conflito com a lei que cumprem medida socioeducativa, com identificação dos seguintes problemas: déficit de vagas, permanência de adolescentes em delegacias públicas, inadequação da estrutura física para a internação e, constante superlotação. Quanto a ação pública na área, surgiram as seguintes questões: trabalhadores com vínculo temporário, desalinhamento metodológico entre as unidades que prestam atendimento, ação educativa limitada com programação restrita e pouco diversificada, e resultados precários.

Nesse contexto, a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS traçou um plano de ação, que inclui a consolidação do sistema socioeducativo, estruturando, descentralizando e qualificando o trabalho de restrição e privação de liberdade e apoiando e fortalecendo as medidas em meio aberto. Um dos resultados esperados é a adoção de um novo modelo de atendimento - a Medida Socioeducativa de Internação em um novo conceito arquitetônico.

Os Centros de Socioeducação são entendidos como parte integrante do sistema de justiça juvenil, pelo fato de executar o programa de internação provisória e as medidas socioeducativas de internação, conforme as normatizações estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. São ainda responsáveis pela execução de Programas de Internação Provisória e pelas Medidas Socioeducativas de Internação e de Semiliberdade, os quais funcionam em espaços físicos distintos, onde são desenvolvidas ações específicas de acordo com a modalidade de atendimento, mas que se complementam em função da adoção de um projeto pedagógico comum. Buscam preparar o adolescente para a reintegração social e para o funcionamento em rede, com articulação dos serviços públicos e



integrados com a comunidade.

Estes Centros mantêm relações interinstitucionais com Delegacias de Polícia, Poder Judiciário e Ministério Público, cujas ações integradas permitem que os atendimentos a adolescentes cumpram os procedimentos legais, conforme determina o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE: “fundamentar suas decisões em diagnósticos e em diálogo direto com os demais integrantes do Sistema de Garantia de Direitos, tais como o Poder Judiciário e o Ministério Público”. Os espaços inaugurados reúnem elementos básicos da vida em sociedade como a casa, a escola, o trabalho e o esporte.

No processo de inserção social do adolescente, o espaço arquitetônico permite a plena realização de ações de escolarização durante o período de internação e a garantia da continuidade dos estudos após o desligamento ou progressão de medida. Na escolarização formal, os adolescentes têm garantia de acesso ao ensino básico em nível fundamental e/ou médio, por meio de ações descentralizadas em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, que disponibiliza professores e pedagogos para todas as Unidades do Estado. Na escolarização não-formal as Unidades oferecem atividades profissionalizantes, de lazer e complementares alinhadas a proposta pedagógica da socioeducação. O Projeto Pedagógico dos Centros de Socioeducação visa promover atendimento integral-integrado ao adolescente em regime de privação e restrição de liberdade, buscando primordialmente desenvolver competências individuais para aprender a ser e a conviver com os outros, para analisar as situações e tomar decisões, sem entrar em conflito com a lei, e assume uma posição central no funcionamento dos Centros de Socioeducação, contendo princípios, metodologia e procedimentos claramente definidos e em conformidade com as diretrizes da socioeducação, estabelecidas pelo SINASE.

3.0 – INTEGRAÇÃO COM A SOCIEDADE CIVIL, COMUNIDADES E SETOR PRIVADO


O Plano de Governo 2011–2014 foi construído democraticamente a partir de demandas obtidas em reuniões com representantes da sociedade civil, comunidade científica, setor empresarial e setor público nas 10 mesoregiões do Estado, contando ainda com contribuições e propostas integrantes de 298 Planos Diretores Municipais e de 14 Planos de Desenvolvimento propostos por colegiados territoriais. A realização deste Plano de Governo se dará pelo Plano Plurianual – PPA, anualmente revisado, submetido à Assembleia Legislativa e debatido em audiência pública com a sociedade civil organizada.

Por outro lado, a estrutura da SESP conta, no nível de direção superior, com o Conselho Estadual de Segurança Pública, órgão colegiado composto por representantes de segmentos da sociedade paranaense: associações comerciais, clubes de serviço, prefeituras municipais, conselhos comunitários de segurança, dentre outros, que discutiu e referendou o Programa de Segurança Pública. Salienta-se que os referidos conselhos comunitários serão parte ativa nas fases de implantação e avaliação dos investimentos na área.



Na área de atendimento à criança e adolescente, existe o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná – CEDCA/PR, órgão colegiado subordinado a SEDS, composto de forma paritária por membros governamentais e não-governamentais. Ao CEDCA/PR compete formular a política de promoção, defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente, observados os preceitos constitucionais e o estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente; e fomentar a integração do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e SESP na apuração de casos de denúncias e reclamações formuladas por qualquer pessoa ou entidade sobre ameaça ou violação de direitos da criança e do adolescente.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICH
GOVERNADOR DO ESTADO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 274/12

Projeto de Lei nº. 274/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 035/12

Súmula: Autoriza o Poder Executivo contratar a operação de crédito externo, na forma que indica, e dá outras providências.

EMENTA: AUTORIZA PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO ATÉ O LIMITE DE US\$ 67.200.000,00 JUNTO AO BID. FINANCIAR PARCIALMENTE PROGRAMA PARANÁ SEGURO - PPS. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 24 CF. ARTS. 65, 87, 133 E 134 DA CE. ARTS. 40, 43 E 46 DA LEI FEDERAL 4.320/64. ARTS. 14, 15, 29 E 32 LC 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como escopo autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo até o limite de US\$ 67.200.000,00 (sessenta e sete milhões e duzentos mil dólares) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinados a financiar parcialmente parte da execução do Programa Paraná Seguro - PPS.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cõe à Comissão de Constituição e Justiça:

1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 24 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a Iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a Iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 85. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Com efeito, a Constituição Federal em seu artigo 24, Inciso II estabelece:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: (Grifo Nosso).
I - orçamento; (Grifo Nosso).

Além disso, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

II - as diretrizes orçamentárias anuais;

III - os orçamentos anuais.

§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:

I - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa. (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 292
9

O projeto de lei ora em tela, objetiva autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito, nos termos do artigo 43, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 4.320 de 1964:

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

(...)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

- o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II - os provenientes de excesso de arrecadação;
- III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;
- IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, o espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível.

Não obstante, a Lei Complementar Federal nº 101/00, conceitua operação de crédito:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 29. Para os efeitos desta Lei Complementar, são adotadas as seguintes definições:

III - operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações semelhantes, inclusive com o uso de derivativos financeiros;

Equipara-se a operação de crédito a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação, sem prejuízo do cumprimento da exigência dos arts. 15 e 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 15. São consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Cabe ao Ministério da Fazenda verificar o cumprimento dos limites e as condições à realização da operação de crédito, conforme determina o art. 32 da Lei Complementar supramencionada:

Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.

§ 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:

- I - existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;
- II - inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;
- III - observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal;
- IV - autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo;
- V - atendimento do disposto no Inciso III do art. 167 da Constituição;
- VI - observância das demais restrições estabelecidas nesta Lei Complementar.

Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que compete privativamente ao Governador do Estado realizar as



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



operações de crédito previamente autorizadas pela Assembleia, nos termos do artigo 87, vejamos:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

V - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

XIX - realizar as operações de crédito previamente autorizadas pela Assembleia (grifos nossos)

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.




Sala das Comissões, 19 de Junho de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAINO

RELATOR




APROVADO

unanimidade
19.06



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 274/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 035/12 que objetiva autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo até o limite de US\$67,200,000.00 (sessenta e sete milhões e duzentos mil dólares norte-americanos) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Inicialmente denota-se que a proposta foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Ademar Traiano e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer que a iniciativa tem como finalidade financiar parcialmente a execução do Programa Paraná Seguro – PPS.

Observe-se também, que o objeto do Projeto em tela, está em consonância com o art. 43 §1º, inciso IV, da Lei Federal nº 4.320/64, (Lei Orçamentária Anual).

Ressalta o autor da proposta que para obter a garantia da União na referida operação de crédito, oferecerá contragarantias às garantias da União, podendo vincular as cotas de repartição constitucional das receitas previstas nos artigos 157 e 159, mas as receitas tributárias estabelecidas no art. 155, conforme previsão no § 4º do art. 167 da Constituição Federal.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



Denota-se ainda, que a matéria objeto do presente Projeto de Lei, não fere os preceitos da Lei Complementar Federal nº 101/00.

Oportuno observar, que a Carta Magna Federal, em seu art. 24, Inciso II, assegura a competência concorrente aos Estados na questão orçamentária.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seus arts. 65, 133 e 134, ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

Isto posto, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa nesta Casa Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 03/07/12

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO WALDYR PUGLIESI
RELATOR



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 274/12

I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei acima epigrafado foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem nº 35/2012, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta “*autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo até o limite de US\$ 67,200,000.00 (sessenta e sete milhões e duzentos mil dólares norte-americanos), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID,*” destinados a financiar parcialmente a execução do Programa Paraná Seguro – PPS.

Os recursos de que trata este crédito externo tem como objetivo central reduzir os níveis de violência e criminalidade nas regiões priorizadas, bem como executar medidas socioeducativas de internação e internação provisória dos adolescentes em conflito com a lei de formação a levá-los, por meio de uma ação educativa ao aprendizado do convívio social e da participação cidadã. O prazo de execução do programa será de cinco anos – 2012 a 2016.

Os valores propostos para o empréstimo e os de contrapartida local estão contemplados no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado do Paraná para o período 2011 a 2013.

O Estado do Paraná oferece como contragarantias à garantia da União as cotas de repartição constitucional das receitas estabelecidas nos artigos 157 (IRRF) e 159 (FPE, IPI-Exp. E CIDE), complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155 (ICMS, IPVA e ITCD) da Constituição Federal, combinadas com o § 4º do artigo 167, da Constituição Federal.

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

É o parecer



II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

A proposta ora em análise tramitou pelas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças sendo que seus relatores exararam parecer favorável pela constitucionalidade e legalidade, sendo aprovado por unanimidade naquelas Comissões.

A autorização legislativa para a abertura de crédito especial ora proposta encontra-se embasada no inciso V, do artigo 135 da Constituição Estadual que diz:


"Art. 135 São vedados:

V — a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes."

III — CONCLUSÃO

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epígrafe, conforme preceitua o § 4º, do artigo 33 do Regimento Interno, nosso parecer é favorável.

Sala de Reunião das Comissões, 04 de julho de 2012

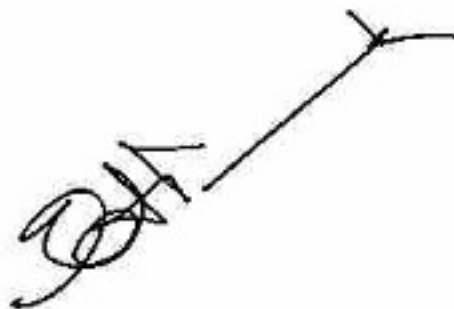

DEP. NEREU MOURA
PRESIDENTE


DEP.

RELATOR







PROJETO DE LEI Nº 275/12

Súmula: Autoriza o Poder Executivo contratar a operação de crédito externo, na forma que indica, e dá outras providências.



Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito externo até o limite de US\$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinados a financiar parte da execução do Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e Melhorias de Infraestrutura Municipal – Paraná Urbano III, no âmbito do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná - SFM.

§ 1º Os prazos de carência e amortização, a taxa de juros e demais encargos adicionais referentes à operação de crédito obedecerão às normas estabelecidas pelas autoridades federais e às exigências dos órgãos financeiros e órgãos encarregados da política econômica - financeira da União.

§ 2º Os recursos provenientes da operação de crédito de que trata esta Lei, bem como o resultado de suas aplicações e retornos, integrarão o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU, conforme previsão do artigo 2º da Lei 8.917 de 15 de dezembro de 1998.

Art. 2º. Para a garantia da operação de que trata esta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer contragarantias às garantias da União durante o prazo de vigência do contrato, podendo, para tanto, vincular as cotas de repartição constitucional das receitas estabelecidas nos artigos 157 e 159, complementadas pelas receltas tributárias estabelecidas no artigo 155, conforme previsto no § 4º do artigo 167 da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas, suficientes para cobrir a amortização e encargos financeiros da operação de crédito.

Art. 3º. O Poder Executivo consignará dotações próprias nos Orçamentos Anuais e no Plano Plurianual do Estado, necessárias ao atendimento da contrapartida financeira do Estado no Programa e a amortização do principal e dos demais encargos da dívida, bem como outras garantias em direito admitidas no momento como suficientes para cobrir o principal e demais encargos financeiros da operação de crédito que vier a ser contratada na forma desta Lei.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais respectivos, até o valor da operação contratada, inclusive sua contrapartida, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º, do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para atendimento das despesas do Programa.

Art. 5º. Fica ainda a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano – SEDU e o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE autorizados a firmar acordos, convênios e contratos necessários à implementação do Programa.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



I - À DAP para leitura no expediente
II - A D L para providências.
Em, _____
Presidente



MENSAGEM

Nº 034 /2012

Curitiba, 18 de junho de 2012



Senhor Presidente,

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.
Em, 18 JUN. 2012
1º Secretário

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo até o limite de US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinados a financiar parte da execução do Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e Melhorias de Infraestrutura Municipal - Paraná Urbano III, no âmbito do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná - SFM.

JUSTIFICATIVA

1.0 - O PROJETO

1.1 - Objetivo Geral

O Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e Melhorias de Infraestrutura Municipal - PARANÁ URBANO III - tem como objetivo ampliar e consolidar institucionalmente a capacidade do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná (SFM), em apoio aos investimentos necessários para atender as demandas de serviços públicos municipais e promover a melhoria da qualidade de vida da população.

1.2 - Objetivos Específicos

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
Prof. 11.511.870-8



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Com a execução do programa PARANÁ URBANO III, o Governo Estadual pretende alcançar os seguintes objetivos específicos:

- Consolidar o Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná - SFM para garantir o atendimento às demandas em investimentos prioritários dos municípios paranaenses.

- Ampliar a capacidade de financiamento de ações estratégicas principalmente voltadas à execução de obras de infraestrutura pública básica e social nos municípios paranaenses, prioritariamente naqueles de pequeno e médio porte localizados em regiões com baixo IDH - Índice de Desenvolvimento Humano - visando melhorar as condições de desenvolvimento econômico local, associado à redução dos níveis de pobreza e dos desequilíbrios inter-regionais.

1.3 – Custo Total e Fontes de Recursos

Descrição	R\$ 1,0 milhões	US\$ 1,0 milhões	%
Fontes Externas			
BID (Obras e Fortalecimento Institucional)	262,5	150,0	50,0
Fontes Internas			
Governo do Estado do Paraná, por meio da Agência de Fomento do Paraná (Municípios).	262,5	150,0	50,0
TOTAL	525,0	300,0	100,0

A moeda indicada para a contratação do projeto é o Dólar dos Estados Unidos da América (US\$), com taxa média de câmbio de acordo com o Relatório Focus/2012: US\$ 1,00 = R\$ 1,750. (Fonte Banco Central do Brasil – BACEN). O prazo de execução do projeto será de 48 meses.

1.4 - Resultados Esperados

Os benefícios são representados, fundamentalmente, pela melhoria da qualidade de vida da população do Estado do Paraná, mediante desconcentração econômica e social, por meio de:

- aperfeiçoamento do modelo de financiamento municipal;
- consolidação da capacidade institucional dos municípios;
 1. aumento da qualidade e cobertura dos serviços urbanos básicos e sociais.

1.5 - Processo de Gestão

O PARANA URBANO III terá como órgão executor o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, responsável pela avaliação da capacidade de endividamento dos Municípios; análise de projetos; e supervisão, seguimento e controle dos projetos financiados, apoiando os Municípios na eficiência do controle da gestão.

O PARANA URBANO III contará ainda com a participação da Agência de Fomento do Paraná S.A. como agente financiador integrante do Sistema de

Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná - SFM.

O PARANÁ URBANO III objetiva estabelecer parceria com os consórcios municipais no apoio técnico aos Municípios.



2.0 – CONTEXTO ATUAL

2.1 – Situação Problema - O Déficit de Infra-estrutura e serviços públicos urbanos

O Estado de Paraná, localizado na Região Sul do Brasil, conta com cerca de 10 milhões de habitantes, situando-se em 6º lugar entre os estados mais populosos do país. Seu Produto Interno Bruto - PIB (dados 2008) que equivale a 5,9% do PIB nacional, o colocou no 5º lugar entre os 27 estados, e com um PIB 'per capita' de US\$16.928,00 - aproximadamente 6% acima da média nacional. De acordo com o Censo Demográfico 2010, observa-se que a população estadual apresenta elevado grau de urbanização e o crescimento populacional elevou o nível de urbanização do Estado de 73,4% para 81,4%. (85%). No período 1990-2000 o crescimento anual foi de 2,3%, enquanto a rural decresceu no mesmo ritmo, caracterizando migrações internas e externas importantes sem que se vislumbre, no médio prazo, uma desaceleração.

A população total aumentou em 881.068 pessoas, incremento médio de 14,5% e a população urbana expandiu em 1.126.608 de residentes. A capital Curitiba apresentou um crescimento menor, porém ainda vigoroso, enquanto todos os demais segmentos dos municípios demonstraram comportamento muito próximo ou superior ao percentual médio, revelando as altas pressões demográficas apontadas.

É nas cidades que a população encontra maiores e melhores oportunidades de emprego – setores industriais e de serviços, e os equipamentos com melhores condições de oferta de serviços públicos, em especial nas áreas de saúde e educação. Entretanto, estes mesmos espaços, pela crescente concentração de pessoas, são demandados por outros tipos de infra-estrutura e serviços públicos, tais como: vias pavimentadas, iluminadas e com drenagem, coleta e disposição final de resíduos sólidos, segurança pública, transporte coletivo público, equipamentos de lazer, esporte e cultura, áreas verdes e centros de apoio social.

Apesar do PIB elevado posicionando o Estado do Paraná na sexta posição do ranking nacional, os municípios paranaenses médios e pequenos, em sua grande maioria, apresentam IDH abaixo da média dos outros Estados da Região Sul.

2.2 - Situação Atual dos Municípios Paranaenses

O desequilíbrio entre a demanda por investimentos públicos municipais e a atual capacidade de oferta de recursos do SFM, ainda é significativa em decorrência do ritmo da expansão demográfica das cidades paranaenses, o que implica na continuidade do aumento da demanda dos municípios por bens e serviços públicos. É também muito elevada a capacidade dos municípios paranaenses em contratar operações de crédito para atender parcialmente esta demanda, o que pode ser demonstrado pela estimativa de sua capacidade anual de endividamento (Fonte:



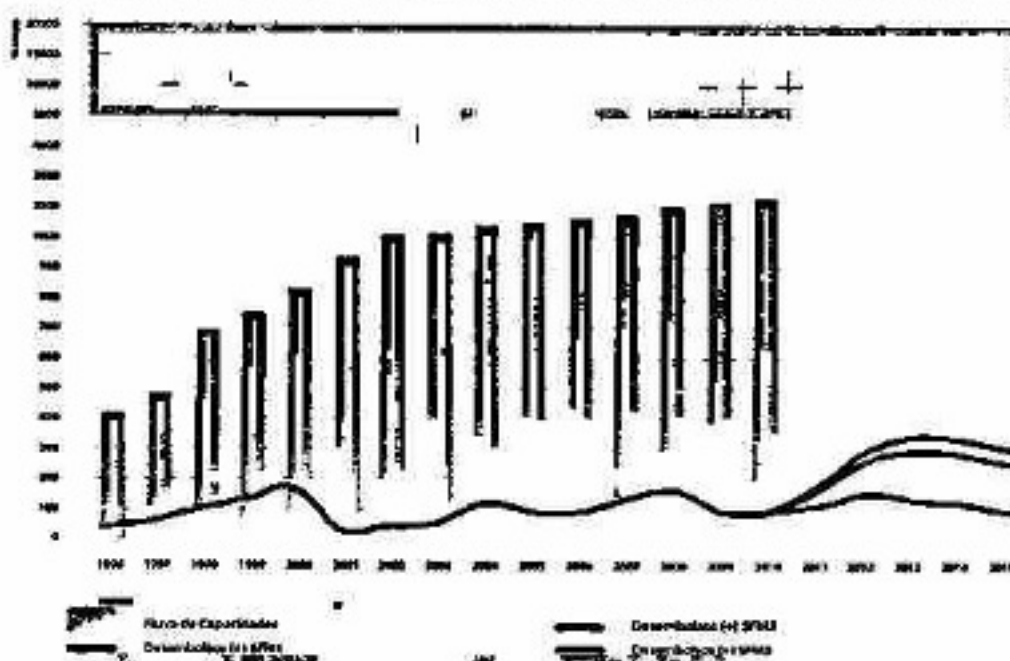
PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE – 2011



DESEMBOLSO ANUAL SFM X CAPACIDADE ANUAL DE ENDIVIDAMENTO DOS MUNICÍPIOS



É importante ressaltar que pelo menos 80% dos Municípios paranaenses (ou seja, 371) com população abaixo de 50.000 habitantes não tem condições de acesso a recursos financiados por entidades oficiais do Governo Federal ou instituições financeiras internacionais. Estes municípios apresentam carência técnica, seja para elaboração de projetos, seja para monitoramento de convênios que por ventura firmam com o Governo Estadual ou União para suprir suas necessidades básicas de infraestrutura. Apesar desta realidade, apresentam uma capacidade de endividamento importante e desperdiçada pela falta de oferta de recursos para empréstimos.

Classes de Tamanho (Habitantes)	Nº de Municípios	% Municípios	Nº de Habitantes	% Habitantes
Menos de 5.000	194	48,62	531.735	6,21
5.000 a menos de 10.000	87	21,8	616.508	7,20
10.000 a menos de 20.000	54	13,53	758.158	8,85
20.000 a menos de 50.000	36	9,02	1.073.637	12,55
Mais de 50.000	28	7,02	5.580.559	65,18
Total	399	100,00	8.563.597	100,00

O mesmo gráfico de desembolso anual SFM x Capacidade Anual de endividamento dos municípios, mostra ainda que os recursos disponíveis do SFM vêm sendo uma parcela ínfima das necessidades municipais, e que em seu modelo atual, não terá o impacto efetivo no desenvolvimento dos municípios. O SFM deveria



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

ser capaz de mobilizar recursos em uma escala que permita contratar operações de crédito de cerca de R\$ 2 bilhões/ano, equivalente a 10 vezes os níveis atuais de desembolso (R\$ 200 milhões). Mesmo que diversos programas de financiamento tenham gerado aumentos significativos de cobertura e qualidade dos serviços de municipais, não houve o esperado incremento da capacidade de investimento e de financiamento desses municípios.

3.0 – INTEGRAÇÃO COM AS PREFEITURAS MUNICIPAIS E COMUNIDADES

A execução dos projetos e obras por parte dos municípios seguirá as prioridades que compõem os Planos de Ação e Investimentos - PAI, resultado do processo de elaboração dos Planos Diretores Municipais. Estes planos tiveram a participação da sociedade na sua elaboração e validação.

O esquema descentralizado de execução do programa PARANA URBANO III prevê, adicionalmente, a participação dos municípios como responsáveis pela execução dos projetos elegíveis de fortalecimento institucional e obras de âmbito municipal. Contará também com o apoio dos consórcios de municípios no âmbito de suas responsabilidades, cuja definição e arranjo institucional serão partes integrantes do programa.

O Programa beneficiará diretamente todos os municípios do Estado do Paraná, prioritariamente os de pequeno e médio porte populacional e indiretamente a própria população do Estado do Paraná: 10.266.737 habitantes (Censo Demográfico 2010 – IBGE).

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICH
GOVERNADOR DO ESTADO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 275/12

Projeto de Lei nº. 275/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 034/12

Súmula: Autoriza o Poder Executivo contratar a operação de crédito externo, na forma que indica, e dá outras providências.

EMENTA: AUTORIZA PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO ATÉ O LIMITE DE US\$ 150.000.000,00 JUNTO AO BID. FINANCIAR PROGRAMA PARANÁ URBANO III. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 24 CF. ARTS. 65, 87, 133 E 134 DA CE. ARTS. 40, 43 E 46 DA LEI FEDERAL 4.320/64. ARTS. 14, 15, 29 E 32 LC 101/00. CONSTITUCIONAL PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como escopo autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito externa até o limite de US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinados a financiar parte da execução do Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e Melhorias de Infraestrutura Municipal – Paraná Urbano III.

FUNDAMENTAÇÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 21
A

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a Iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Com efeito, a Constituição Federal em seu artigo 24, Inciso II estabelece:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: (Grifo Nosso).

II - orçamento; (Grifo Nosso).

Além disso, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

II - as diretrizes orçamentárias anuais;

III - os orçamentos anuais.

§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:

VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa, (grifo nosso)

O projeto de lei ora em tela, objetiva autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito, nos termos do artigo 43, §1º, inciso IV, da Lei Federal nº 4.320 de 1964:

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

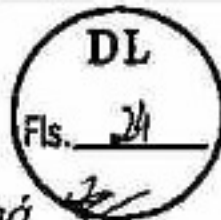
(...)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidas:

- I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II - os proventos de excesso de arrecadação;
- III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;
- IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível.

Não obstante, a Lei Complementar Federal nº 101/00, conceitua operação de crédito:

Art. 29. Para os efeitos desta Lei Complementar, são adotadas as seguintes definições:

III - operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros;

Equipara-se a operação de crédito a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação, sem prejuízo do cumprimento da exigência dos arts. 15 e 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Cabe ao Ministério da Fazenda verificar o cumprimento dos limites e as condições à realização da operação de crédito, conforme determina o art. 32 da Lei Complementar supramencionada:

Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.

§ 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:

I - existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;

II - inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;

III - observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



IV - autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo;

V - atendimento do disposto no Inciso III do art. 147 da Constituição;

VI - observância das demais restrições estabelecidas nesta Lei Complementar.

Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que compete privativamente ao Governador do Estado iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição, bem como realizar as operações de crédito previamente autorizadas pela Assembleia, nos termos do artigo 87, vejamos:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

XIX - realizar as operações de crédito previamente autorizadas pela Assembleia (grifos nossos)

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 19 de Junho 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO ELIO RUSCH
Relator


APROVADO
unanimemente
R. 86



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

DL
Fls. 29

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 275/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 034/12 que objetiva autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo até o limite de US\$150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Inicialmente denota-se que a proposta foi encaminhada a douda Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Pedro Lupion e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer que a iniciativa objetiva financiar parte da execução do Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e Melhorias de Infraestrutura Municipal – Paraná Urbano III, no âmbito do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná – SFM.

Também, observa-se que o objeto do Projeto em tela, está em consonância com o art. 43 §1º, inciso IV, da Lei Federal nº 4.320/64. (Lei Orçamentária Anual).

Ressalta o autor da proposta que para obter a garantia da União na referida operação de crédito, oferecerá contragarantias às garantias da União, podendo vincular as cotas de repartição constitucional das receitas previstas nos artigos 157 e 159, mas as receitas tributárias estabelecidas no art. 155, conforme previsão no § 4º do art. 167 da Constituição Federal.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

DL
Fls. 30

Denota-se ainda, que a matéria objeto do presente Projeto de Lei, não fere os preceitos da Lei Complementar Federal nº 101/00.

Oportuno observar, que a Carta Magna Federal, em seu art. 24, inciso II, assegura a competência concorrente aos Estados na questão orçamentária.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seus arts. 65, 133 e 134, ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

Isto posto, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa nesta Casa Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões,

03/07/12

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
RELATOR



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 275/12

I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei acima epígrafado foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem nº 34/2012, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta "autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo até o limite de US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID," destinados a financiar parte da execução do Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e Melhorias de Infraestrutura Municipal – Paraná Urbano III, no âmbito do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná – SFM.

Os recursos de que trata este crédito externo tem como objetivo ampliar e consolidar institucionalmente a capacidade do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná (SFM), em apoio aos investimentos necessários para atender as demandas de serviços públicos municipais e promover e melhoria da qualidade de vida da população.

O Estado do Paraná oferece como contragarantias à garantia da União as cotas de repartição constitucional das receitas estabelecidas nos artigos 157 (IRRF) e 159 (FPE, IPI-Exp. E CIDE), complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155 (ICMS, IPVA e ITCD) da Constituição Federal, combinadas com o § 4º do artigo 167, da Constituição Federal.

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

É o parecer



II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

A proposta ora em análise tramitou pelas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças sendo que seus relatores exararam parecer favorável pela constitucionalidade e legalidade, sendo aprovado por unanimidade naquelas Comissões.

A autorização legislativa para a abertura de crédito especial ora proposta encontra-se embasada no inciso V, do artigo 135 da Constituição Estadual que diz:

"Art. 135 São vedados:

V — a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes."

III — CONCLUSÃO

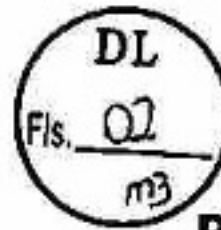
Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epígrafe, conforme preceitua o § 4º, do artigo 33 do Regimento Interno, nosso parecer é favorável.

Sala de Reunião das Comissões, 04 de julho de 2012

DEP. NEREU MOURA
PRESIDENTE

DEP.

RELATOR



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI

Nº 276/12

Súmula: Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.

Art. 1º Fica aprovado um crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, no valor de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), criando a Unidade Orçamentária 4961 – Fundo Estadual dos direitos do Idoso, conforme anexos I, II, III, IV, V, VI e VII desta lei.

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente da fonte 250 – Recursos Diretamente Arrecadados pelo Fundo Estadual dos Direitos do Idoso.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I
ANEXO A LEI Nº



FL 01

4900 - SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

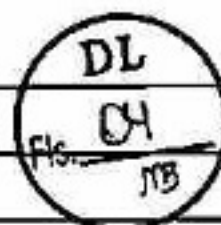
4901 - FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS PRÓPRIAS

R\$ 1,00

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEG. ECONÔM
1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES			1.200.000
1.0.0.0.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.200.000		
1.0.0.0.00.00	Receitas Diversas	1.200.000		
1.0.0.0.98.00	Outras Receitas	1.200.000		
1.0.0.0.99.50	Outras Receitas de Recursos Diretamente Arrecadados	1.200.000		
		RECEITAS CORRENTES	RECEITAS DE CAPITAL	TOTAL GERAL
		1.200.000	0	1.200.000

ANEXO II
ANEXO A LEI Nº



FL 02

4900 - SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

4961 - FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO

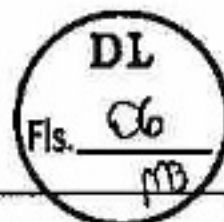
CONSOLIDAÇÃO DA RECEITA DA UNIDADE

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
RECEITAS PRÓPRIAS	1.200.000
TOTAL	1.200.000

4900 - SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
 PROGRAMA DE TRABALHO
 4901 - FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO

		Recursos do Trabalho em Projeto				P.S. 1.30
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES	TOTAL	
	DIREITOS DA CIDADANIA				1.200.000	
	DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS				1.200.000	
	PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL				1.200.000	
4901.1422174.100	AÇÕES DO FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO		1.200.000			
	Administrar e supervisionar a gestão dos recursos do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso do Paraná, assegurando os recursos para o desenvolvimento de ações voltadas a pessoas idosas.					
	Ações do Executivo					
	Principais Ações	Produto	Un. Medida	Mesoregões	Qtd	
	Capacitar conselheiros e servidores	servidor treinado	servidor	estado	630	900.000
	Transferir recursos para municípios e órgão estadual	convênio	unidade	estado	20	380.000
	Transferir recursos para entidades privadas	convênio	unidade	estado	5	120.000
	Equipar a sede administrativa	equipamento adquirido	unidade	915	1.000	100.000
TOTAL			1.200.000			1.200.000



ANEXO IV
ANEXO A LEI N°

Fl. 04

4900 - SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

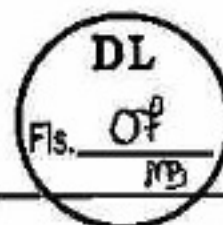
4951 - FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO

DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA SEGUNDO OS DESDOBRAMENTOS POR GRUPO DE FONTES

Recursos de Todas as Fontes

R\$ 1,00

Projeto/ Atividade	Grupo Fonte	Pessoal e Enc. Sociais	Juros e Enc. da Dívida	Outras Desp. Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Reserva de Contingência	Total
4186	95			1.100.000	100.000				1.200.000
TOTAL				1.100.000	100.000				1.200.000



ANEXO V
ANEXO A LEI N°

Fl. 05

4950 - SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

4961 - FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO

DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA SEGUNDO OS DESDOBRAMENTOS POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO

Resumo de Todas as Fontes

R\$ 1.00

Projeto/ Atividade	Mod. Aplic.	Pessoal e Enc. Sociais	Juros e Enc. da Dívida	Outras Desp. Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Reserva de Contingência	Total
4185	40 50 90			380.000 120.000 600.000	100.000				380.000 120.000 700.000
TOTAL				1.100.000	100.000				1.200.000

DL

Fls.

08

R\$ 1,00

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO VI									
DE DESPESA		ANEXO A LEI N°									
Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Gr	IALOS	Valor	N.do	Prod	COP		
4900	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS										
4961	FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO										
4186	AÇÕES DO FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO	33404100	250	95	1 0 1	380.000	0375				
		33504100	250	95	1 0 1	120.000	0375				
		33903000	250	95	1 0 1	75.000	0375				
		33903300	250	95	1 0 1	75.000	0375				
		33903600	250	95	1 0 1	75.000	0375				
		33903900	250	95	1 0 1	375.000	0375				
		44905200	250	95	1 0 1	100.000	0375				
Total						1.200.000					

DL

I ACRÉSCIMO		ANEXO VII					
I DA RECEITA DECENTRALIZADA		ANEXO A LEI N°					
I Código	I Especificação	I Fonte	I Gr.	I Valor	I Processo		
I	I	I	I	I	I		
I	I SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS	I	I	I	I		
I	I SUMAROS	I	I	I	I		
I	I	I	I	I	I		
I 4961	I FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO	I	I	I	I		
I 1990.99.50	I Outras Receitas de Recursos Diretamente Arrecadados	I 250	I 95	I 1.200.000	I 0375		
Total				I 1.200.000			

I - À DAP para leitura no expediente

II - A D L para providência

Em, _____

Presidente



MENSAGEM
N.º 033 /2012

Curitiba, 18 de junho de 2012

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 18 JUN 2012

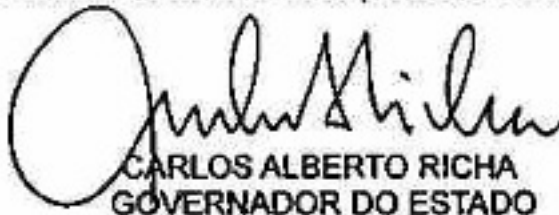
1.º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que objetiva obter a aprovação de um crédito especial no valor de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, visando a criação da Unidade Orçamentária 4961 – Fundo Estadual dos Direitos do Idoso, instituído pela Lei Estadual nº 16.732, de 27 de dezembro de 2010.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação, são decorrentes de arrecadação do próprio Fundo Estadual dos Direitos do Idoso.

Certo de poder contar com a atenção dessa Assembleia Legislativa, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICH
GOVERNADOR DO ESTADO

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR
Prot. 11.472.864-2



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 276/12

Projeto de Lei nº. 276/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 033/12

Súmula: Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.

EMENTA: APROVA CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 1.200.000,00 (UM MILHÃO E DUZENTOS MIL REAIS), AO VIGENTE ORÇAMENTO DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS, VISANDO A CRIAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 4961 – FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 24 CF. ARTS. 65, 133 E 134 DA CE. ARTS. 40, 41, 42 43 E 46 DA LEI FEDERAL 4.320/64. LC 101/00. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como escopo aprovar crédito especial no valor de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, visando a criação da Unidade Orçamentária 4961 – Fundo Estadual dos Direitos do Idoso, instituído pela Lei Estadual nº 16.732, de 27 de dezembro 2010.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a Iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ainda, sobre a Iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Com efeito, a Constituição Federal em seu artigo 24, inciso II estabelece:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

II - orçamento;

Além disso, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

II - as diretrizes orçamentárias anuais;

III - os orçamentos anuais.

§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:

VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa, (grifo nosso)

O projeto de lei ora em tela, que objetiva aprovar a abertura de crédito especial, nos termos do artigo 41, Inciso II, da Lei Federal nº 4.320 de 1964:

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

(...)

Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível. (grifos nossos)

Não obstante, o Chefe do Poder Executivo ressalta que os recursos são decorrentes de arrecadação do próprio Fundo Estadual dos Direitos do Idoso, não ferindo desta forma a Lei Complementar nº 101/00.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


DL
Fls. 23

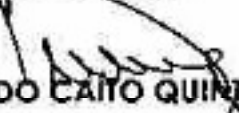
Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

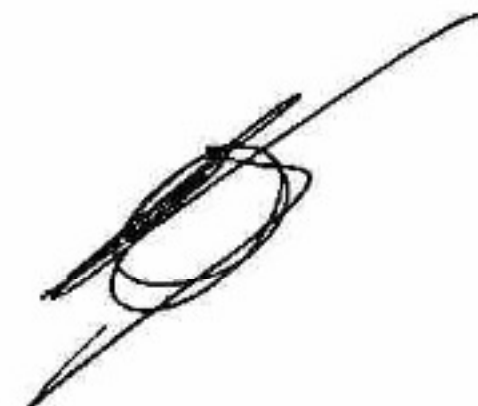






CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 19 de junho 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO CAIO QUINTANA
RELATOR








APROVADO

Unanimemente 19/06



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 276/12

Autoria: - Poder Executivo

I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei acima epigrafado foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem n.º 33/2012, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta *"aprovar a abertura de crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, no valor de R\$ 1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Justiça, visando a criação da Unidade Orçamentária 4961 – Fundo Estadual dos Direitos do Idoso, instituída pela Lei Estadual nº 16.732, de 27 de dezembro de 2010.*

Os recursos para abertura do referido crédito especial serão provenientes da fonte 250 – Recursos Diretamente Arrecadados pelo Fundo Estadual dos Direitos do Idoso., conforme o anexo VI e VII.

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

É o parecer



II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

A proposta ora em análise tramitou pela Comissão de Constituição e Justiça, sendo que seu relator exarou parecer favorável pela constitucionalidade e legalidade, sendo aprovado por unanimidade naquela comissão.

A autorização legislativa para a abertura de crédito suplementar ora proposto encontra-se embasado no inciso V, do artigo 135 da Constituição Estadual que diz:

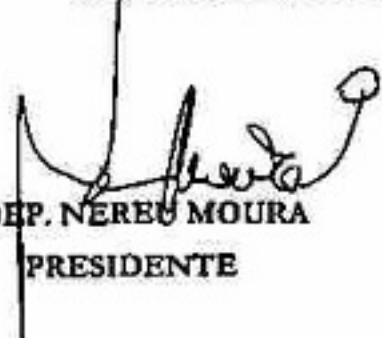
"Art. 135 São vedados:


V — abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes."

III — CONCLUSÃO

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epígrafe, conforme preceitua o § 4º, do artigo 33 do Regimento Interno, nosso parecer é favorável.

Sala de Reunião das Comissões, 26 de junho de 2012.


DEP. NEREU MOURA
PRESIDENTE


DEP. RELATOR





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 276/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 033/12 que objetiva a aprovação de um crédito especial no valor de R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011.

Preliminarmente denota-se que a proposta foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Caio Quintana e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável e também para a Comissão de Orçamento, que da mesma forma emitiu o devido parecer favorável, por meio do Relator Deputado Elio Rusch.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer que a iniciativa objetiva a criação da Unidade Orçamentária 4961 – Fundo Estadual dos Direitos do Idoso, instituído pela Lei Estadual nº 16.732, de 27 de dezembro de 2010.

Também, observa-se que o objeto do Projeto em tela, está em consonância com o art. 41, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64. (Lei Orçamentária Anual).

Denota-se ainda, que a matéria objeto do presente Projeto de Lei, não fere os preceitos da Lei Complementar Federal nº 101/00, uma vez que o autor esclarece que os recursos para cobertura da referida

1



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



programação, são decorrentes de arrecadação do próprio Fundo Estadual dos Diretos do Idoso.

Oportuno observar, que a Carta Magna Federal, em seu art. 24, inciso II, assegura a competência concorrente aos Estados na questão orçamentária.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seus arts. 65, 133 e 134, ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

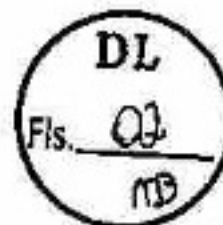
Isto posto, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa nesta Casa Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 03/02/12.

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADA MARLA TURECK
RELATORA



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI Nº 277/12

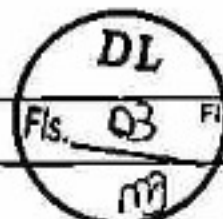
Súmula: Aprova crédito especial,
alterando o vigente Orçamento
Geral do Estado.

Art. 1º - Fica aprovado um crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, no valor de R\$ 47.569.081,00 (quarenta e sete milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, oitenta e um reais), criando a Unidade Orçamentária 4961 – Fundo de Atendimento à Saúde dos Policiais Militares do Paraná, conforme Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente da fonte 250 - Recursos Diretamente Arrecadados pelo Fundo de Atendimento à Saúde dos Policiais Militares do Paraná.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I
ANEXO A LEI Nº



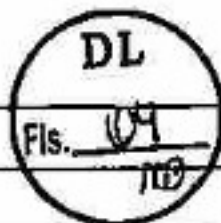
3900 - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

3987 - FUNDO DE ATENDIMENTO À SAÚDE DOS POLICIAIS MILITARES DO PARANÁ - FASPM

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS PRÓPRIAS

R\$ 1,00

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEG. ECONÔM
1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES			47.669.081
1.0.0.0.00.00	RECEITAS DE SERVIÇOS	47.669.081		
1.0.0.0.02.00	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES (Intragovernamental)	47.669.081		
		RECEITAS CORRENTES	RECEITAS DE CAPITAL	TOTAL GERAL
		47.669.081		47.669.081



ANEXO II
ANEXO A LEI Nº

FL 02

3900 - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

3967 - FUNDO DE ATENDIMENTO À SAÚDE DOS POLICIAIS MILITARES DO PARANÁ - FASPM

CONSOLIDAÇÃO DA RECEITA DA UNIDADE

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
RECEITAS PRÓPRIAS	47.660.081
TOTAL	47.660.081

DL
Fls. 05
m3

ANEXO III
ANEXO A LEI Nº

FL 03

3600 - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

PROGRAMA DE TRABALHO

0857 - FUNDO DE ATENDIMENTO À SAÚDE DOS POLICIAIS MILITARES DO PARANÁ

Resumo de Todos os Projetos

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPER. ESP.	TOTAL
3687.10282104.290	SAÚDE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL SAÚDE PARA TODO PARANÁ AÇÕES DO FASPM Atendimento à saúde dos policiais militares do Paraná, dependentes e pensionistas, bem como dos servidores civis da região de Curitiba. Ações da Executiva Principais Ações				
	Atender à saúde dos policiais militares, dependentes e pensionistas	Produto	Un. Medida	Mesmovalores	Out
		vagas	atendimento	915	26200
		atendidas	prestado		
	Atender à saúde dos servidores civis	vagas	atendimento	915	110.927
		atendidas	prestado		
				11.488.180	
				36.100.921	
	TOTAL			47.589.061	47.589.061

LFIs

06

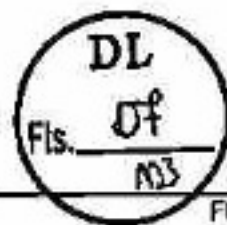
FL 04

1200 - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA

Recovery of Tissues as Particles

15.7.00

[illegible]



ANEXO V
ANEXO A LEI Nº

FL 05

3900 - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

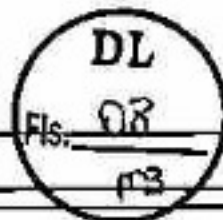
3967 - FUNDO DE ATENDIMENTO À SAÚDE DOS POLICIAIS MILITARES

DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA SEGUNDO OS DESDOBRAMENTOS POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO

Recursos de Todas as Fontes

R\$ 1,00

Projeto/ Atividade	Mod. Aplic.	Pessoal e Enc. Sociais	Juros e Enc. da Dívida	Outras Desp. Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Reserva de Contingência	Total
	90			40.504.081	7.065.000				47.569.081 0 0
TOTAL				40.504.081	7.065.000				47.569.081



ANEXO VI
ANEXO A LEI Nº

Fl. 08

3400 - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

PROGRAMA DE TRABALHO

3857 - FUNDO DE ATENDIMENTO À SAÚDE DOS POLÍCIAS MILITARES DO PARANÁ - FASPM

R\$ 1,00

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD	OR.FT	TOTAL
3087.10002104.299	AÇÕES DO FASPM				
	METROPOLITANA DE CURITIBA -- Curitiba				
	Obras do Executivo				
001	Construir o Centro Integrado de Politérapia (Não Iniciado)	m²	1.817	95	750.000
002	Reformar a Casa do Apolo SAS (Não Iniciado)	m²	750	95	412.500
TOTAL				OUTRAS FONTES	1.600.000

FILED 01 09
JAN 2 2007

I SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO VII							
I DE DESPESA		ANEXO A LEI Nº							
			Natureza						
Cod.	Especificação		da	Fon	Gr	TRAB	Valor	Pres	
			Despesa		Fon				
I 3900	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA								
I 3967	FUNDO DE ATENDIMENTO À SAÚDE DOS POLICIAIS MILITARES DO PARANÁ								
I 4295	AÇÕES DO EASPM		33903000	250	95	0	6.444.401	OSVU	
			33803900	250	95	0	34.059.680	OSVU	
			44905100	250	95	0	1.560.000	OSVU	
			44905200	250	95	0	5.505.000	OSVU	
Total							47.569.081		

I ACRÉSCIMO		ANEXO VIII			Fl. 02	
I DA RECEITA DECENTRALIZADA		ANEXO A LEI Nº			R\$ 1,00	
I Código	I Especificação	I Fonte	I Gr. I	I Valor	I Processo	
I	I	I	I FONTE	I	I	
I	I SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA	I	I	I	I	
I	I	I	I	I	I	
I	I 3967 FUNDO DE ATENDIMENTO E SAÚDE DOS POLÍCIAIS MILITARES	I	I	I	I	
I	I DO PARANÁ	I	I	I	I	
I 1600.92.00	I Prestação de Serviços Médicos e Hospitalares	I 250	I 95	I 47.549.091	I 0570	
				I Total	I	I 47.549.091

I SUPLEMENTAÇÃO I DE OBRAS		ANEXO IX ANEXO A LIT. N°				R\$, 03 R\$ 1,00	
I Código I	Especificação	I Fmto I	Qr. I	Alto I	Valor	IProcesso	
I I	I	I I	I I	I I	I	I	
I 3900 I	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA	I I	I I	I I	I	I	
I I	I	I I	I I	I I	I	I	
I 3947 I	FUNDO DE APENDIMENTO E SAÚDE DOS POLICIAIS MILITARES	I I	I I	I I	I	I	
I I	I DO PARANÁ	I I	I I	I I	I	I	
I 4295 I	ACOES DO FASPH	I I	I I	I I	I	I	
I 280 I	Curitiba	I I	I I	I I	I	I	
I 0001 I	Construir o Centro Integrado de Fisioterapia	I I	I I	I I	I	I	
I I	I (não iniciado)	I 250 I	I 95 I	I 0 I	750.000 I	0570	
I 0002 I	Reformar a Casa de Apoio SAS	I 250 I	I 95 I	I 0 I	810.000 I	0570	
T O T A L		I Q.F. I	I I	I I	1.560.000 I		

I - À DAP para leitura no expediente
II - A DL para providências.
Em, ____/____/____

Presidente



MENSAGEM

Nº 032 /2012

Curitiba, 18 de junho de 2012.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 18 JUN. 2012

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa Egrégia Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que solicita a aprovação de abertura de crédito especial no valor de R\$ 47.569.081,00 (quarenta e sete milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, oitenta e um reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, visando a criação da Unidade Orçamentária 3967 - Fundo de Atendimento à Saúde dos Policiais Militares do Paraná, Instituído pela Lei Estadual nº 14.605, de 05 de janeiro de 2005.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação, são decorrentes de arrecadação do próprio Fundo de Atendimento à Saúde dos Policiais Militares do Paraná.

Certo de poder contar com a atenção dessa Assembleia Legislativa, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICH
GOVERNADOR DO ESTADO

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

Prot. 14562-158-6
Nossa Senhora de Salette s/n | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: (41) 3350 2800 | Fax: (41) 3254 7345 | www.pr.gov.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 277/12

Projeto de Lei nº. 277/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 032/12

Súmula: Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.

EMENTA: APROVA CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 47.569.081,00 (QUARENTA E SETE MILHÕES, QUINHENTOS E SESSENTA E NOVE MIL, OITENTA E UM REAIS), AO VIGENTE ORÇAMENTO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, VISANDO A CRIAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 3967 – FUNDO DE ATENDIMENTO À SAÚDE DOS POLICIAIS MILITARES. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 24 CF. ARTS. 65, 133 E 134 DA CE. ARTS. 40, 41, 42 43 E 46 DA LEI FEDERAL 4.320/64. LC 101/00. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como escopo aprovar crédito especial no valor de R\$ 47.569.081,00 (quarenta e sete milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, oitenta e um reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, visando a criação da Unidade Orçamentária 3967 – Fundo de Atendimento à Saúde dos Policiais Militares do Paraná, instituído pela Lei Estadual nº 14.605, de 05 de janeiro de 2005.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Com efeito, a Constituição Federal em seu artigo 24, Inciso II estabelece:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
II - orçamento;

Além disso, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- II - as diretrizes orçamentárias anuais;
- III - os orçamentos anuais.

§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:

- VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa, (grifo nosso)

O projeto de lei ora em tela, que objetiva aprovar a abertura de crédito especial, nos termos do artigo 41, inciso II, da Lei Federal nº 4.320 de 1964:

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

(...)

Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível. (grifos nossos)

Não obstante, o Chefe do Poder Executivo ressalta que os recursos são decorrentes de arrecadação do próprio Fundo de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 23

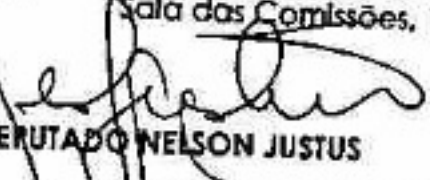
Atendimento à Saúde dos Policiais Militares do Paraná, não ferindo desta forma a Lei Complementar nº 101/00.


Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.





CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 19 de junho de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR





APROVADO
unanimidade
19.06



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 277/12

Autoria: - Poder Executivo

I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei acima epigrafado foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem n.º 32/2012, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta *"aprovar a abertura de crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n.º 17.012, de 14 de dezembro de 2011, no valor de R\$ 47.569.081,00 (quarenta e sete milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, oitenta e um reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, visando a criação da Unidade Orçamentária 3967 – Fundo de Atendimento à Saúde dos Policiais Militares do Paraná, instituído pela lei Estadual n.º 14.605, de 05 de janeiro de 2005.*

Os recursos para abertura do crédito especial serão provenientes da fonte 250 – Recursos Diretamente Arrecadados pelo Fundo de Atendimento à Saúde dos Policiais Militares do Paraná, conforme o anexo VII, VIII e IX.

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

É o parecer



II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

A proposta ora em análise tramitou pela Comissão de Constituição e Justiça, sendo que seu relator exarou parecer favorável pela constitucionalidade e legalidade, sendo aprovado por unanimidade naquela comissão.

A autorização legislativa para a abertura de crédito suplementar ora proposto encontra-se embasado no inciso V, do artigo 135 da Constituição Estadual que diz:

"Art. 135 São vedados:

V — abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes."

III — CONCLUSÃO

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epígrafe, conforme preceitua o § 4º, do artigo 33 do Regimento Interno, nosso parecer é favorável.

Sala de Reunião das Comissões, 26 de junho de 2012.

[Signature]
DEP. NEREU MOURA
PRESIDENTE

[Signature]
DEP.
RELATOR

[Handwritten signatures and initials]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 277/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 032/12 que objetiva a aprovação de abertura de crédito especial no valor de R\$47.569.081,00 (quarenta e sete milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, oitenta e um reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, aprovado pela Lei estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011.

Inicialmente denota-se que a proposta foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Fernando Scanavaca e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável e também para a Comissão de Orçamento, que da mesma forma emitiu o devido parecer favorável, por meio do Relator Deputado Elio Rusch.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer que a iniciativa visa a criação da Unidade Orçamentária 3967 – Fundo de Atendimento à Saúde dos Policiais Militares do Paraná, instituído pela Lei Estadual nº 14.605, de 05 de janeiro de 2005.

Também, observa-se que o objeto do Projeto em tela, está em consonância com o art. 41, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64. (Lei Orçamentária Anual).

Denota-se ainda, que a matéria objeto do presente Projeto de Lei, não fere os preceitos da Lei Complementar Federal nº 101/00, tendo vista o esclarecimento do autor de que os recursos para cobertura da

3/ Fernando



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

DL
Fls. 29
K

referida programação, são decorrentes de arrecadação ao próprio Fundo de Atendimento à Saúde dos Policiais Militares do Paraná.

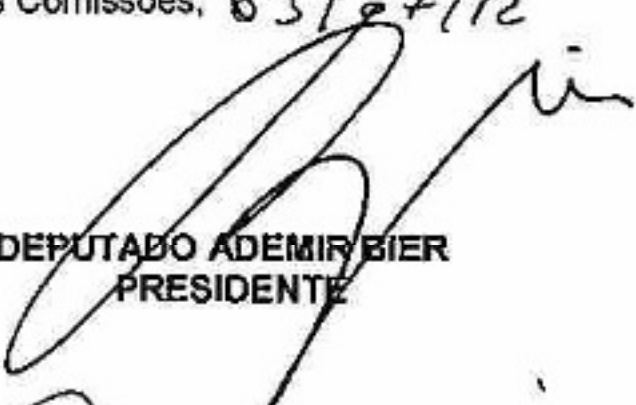
Oportuno observar, que a Carta Magna Federal, em seu art. 24, inciso II, assegura a competência concorrente aos Estados na questão orçamentária.


De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seus arts. 65, 133 e 134, ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

Isto posto, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa nesta Casa Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 03/07/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI
RELATOR

PROJETO DE LEI Nº 290112

SÚMULA: Dispõe sobre as gratificações dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná e dá outras providências.

**Capítulo I
Disposições Gerais**

Art. 1.º Aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná poderão ser concedidas as seguintes gratificações:

- I - de função;
- II - pelo exercício de encargos especiais;
- III - de periculosidade ou insalubridade;
- IV - pela prestação de serviço extraordinário;
- V - pela prestação de serviço noturno;
- VI - de instrutoria interna;
- VII - por encargo de concurso;
- VIII - natalina (décimo-terceiro vencimento);
- IX - de incentivo à qualificação funcional (G.I.Q.F);

**Capítulo II
Das Espécies de Gratificações**

**Seção I
Gratificação de Função**

Art. 2.º A gratificação de função será atribuída ao servidor ocupante de cargo efetivo designado para o exercício de função comissionada existente nos quadros de pessoal do Tribunal de Justiça, nos termos de lei específica que fixará os requisitos de designação, valores e quantidades dessas funções.

[Assinatura]

Seção II
Gratificação de Encargos Especiais

Art. 3.º A gratificação de encargos especiais será concedida:

I - ao servidor ocupante de cargo efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça ao qual for atribuído encargos de assessoramento direto ao Presidente do Tribunal de Justiça, 1º e 2º Vice-Presidentes do Tribunal de Justiça, Corregedor Geral da Justiça, Corregedor da Justiça e Secretário do Tribunal de Justiça.

II - em caráter eventual, a grupo de estudos ou mutirões que se revelem necessários ao interesse da Justiça;

III - em decorrência do exercício de cargo em comissão.

Parágrafo único. Considera-se assessoramento direto, para fins do inciso I deste artigo, aquele prestado de maneira pessoal àquelas autoridades.

Art. 4.º A percepção da gratificação de encargos especiais por servidor ocupante de cargo efetivo é condicionada a ato fundamentado do Presidente, após indicação das autoridades referidas no artigo anterior, observada a compatibilidade entre as atribuições do cargo ocupado pelo servidor indicado e os encargos de assessoramento.

Parágrafo único. O ato concessivo dessa gratificação, na hipótese do *caput* deste artigo, fixará o prazo de percepção, que não poderá exceder o término do mandato da autoridade concedente.

Art. 5.º Na hipótese do servidor ser designado para exercer mais de uma função de mesma natureza que autorize o pagamento de encargos especiais, fará jus à percepção apenas daquela de maior valor.

Art. 6.º Os valores e quantidades de encargos especiais estão definidos no Anexo desta Lei.

Seção III
Gratificações de Insalubridade ou Periculosidade





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Art. 7.º A gratificação de insalubridade ou periculosidade tem por finalidade compensar os servidores que desempenham suas funções em condições danosas à saúde e será concedida nos termos da Lei Estadual nº 10.692, de 27 de dezembro de 1993.

I - Para efeitos de percepção dessa gratificação:

a) são consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, métodos ou condições de trabalho, exponham os servidores a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados, em razão da natureza e intensidade do agente.

b) são consideradas atividades ou operações perigosas aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, impliquem no contato permanente com inflamáveis, sistema elétrico de potência, geração, transmissão e medição, radiação ionizante, explosivos, fiscalização, medições, coletas e amostras em rios e reservatórios, medições e monitoramentos em rios e lagos, em condições de risco acentuado.

Art. 8.º As atividades ou operações, os fatores de insalubridade e o de periculosidade, sua caracterização, frequência, graus de risco e limites de tolerância, bem como a possibilidade e a forma de sua supressão, total ou parcial, serão apuradas pelo órgão pericial oficial do Estado.

Art. 9.º Não sendo possível a eliminação do risco à saúde ou à integridade do servidor, após a adoção das providências previstas no art. 7º da Lei Estadual nº 10.692/93, caberá o pagamento da gratificação de insalubridade ou periculosidade na forma estabelecida no supracitado laudo.

Art. 10. De acordo com o grau de insalubridade a que estiver exposto o servidor, o valor da gratificação respectiva será fixado nos percentuais de 10% (dez por cento), 20% (vinte por cento) ou 40% (quarenta por cento) do valor do vencimento fixado para o nível inicial dos cargos do Grupo Ocupacional Básico (BAS) do quadro de servidores da Secretaria, sobre o qual não haverá incidência de quaisquer outras vantagens.

Art. 11. O trabalho em condições de periculosidade assegura ao servidor uma gratificação de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento do seu cargo, desconsiderados os acréscimos resultantes de quaisquer outras vantagens que perceba.

Art. 12. As gratificações de insalubridade e de periculosidade não são cumuláveis, devendo ser paga apenas a de maior valor.



Estado do Paraná
Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Art. 13. As gratificações previstas neste capítulo serão automaticamente canceladas pela eliminação das condições que deram causa à sua concessão ou nos casos de afastamento do servidor previstos nos incisos VII, XII e XIII do art. 249 da Lei Estadual nº 6.174, de 17 de novembro de 1970.

Parágrafo único. A servidora gestante ou lactante será afastada de operações e locais insalubres ou perigosos, devendo ser lotada, temporariamente, em outro setor, não cabendo, nesta hipótese, o pagamento da respectiva gratificação.

Seção IV

Gratificação pela Prestação de Serviço Extraordinário

Art. 14. A gratificação pela prestação de serviço extraordinário se destina a remunerar o servidor que desempenha as atribuições de seu cargo fora do período normal de trabalho a que estiver sujeito, a fim de atender situações excepcionais e temporárias.

Parágrafo único. É vedada a concessão de gratificação por serviço extraordinário com o objetivo de remunerar o exercício de atribuições diversas das inerentes ao cargo do servidor.

Art. 15. A gratificação pela prestação de serviço extraordinário será paga por hora de trabalho antecipado ou prorrogado, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho, calculada com base em 1/30 (um trinta avos) da remuneração mensal do servidor dividido pelo número de horas do seu expediente normal, respeitado o limite máximo de 2 (duas) horas por dia de trabalho.

§ 1º O pagamento dessa gratificação somente se dará após a 8ª hora diária, até o limite de 50 (cinquenta) horas trabalhadas na semana, não se admitindo jornada ininterrupta na hipótese de prestação de sobrejornada.

§ 2º Nas sessões do Júri poderá ser excedido o limite diário estabelecido no caput deste artigo desde que respeitado o limite de 50 (cinquenta) horas semanais estabelecido no parágrafo anterior.

§ 3º O valor dessa gratificação não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento) do vencimento do servidor, acrescido dos adicionais que estiver percebendo.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



§ 4º Na hipótese de compensação de horários, não será devido o pagamento dessa gratificação.

Art. 16. A designação de servidor efetivo para a prestação de serviço extraordinário se dará por prazo certo.

§ 1º A prestação de serviço extraordinário deverá ser solicitada pelo superior hierárquico do servidor mediante justificativa circunstanciada.

§ 2º O servidor não poderá prestar serviço extraordinário enquanto não autorizado pelo Presidente do Tribunal, salvo nas sessões do Júri.

§ 3º A gratificação de serviço extraordinário, nas unidades Jurisdicionais cíveis e criminais dos Juizados Especiais, será regulamentada por resolução do Conselho de Supervisão e nos demais casos por ato do Presidente do Tribunal de Justiça, respeitado o disposto nesta Seção.

Art. 17. É vedada a percepção simultânea da gratificação de serviço extraordinário com as previstas nos incisos I, II, V, VI e VII do artigo 1º desta Lei, podendo o servidor optar pela de maior valor.

Art. 18. O exercício de cargo em comissão exclui a percepção de gratificação por serviço extraordinário.

Seção V

Gratificação pela Prestação de Serviço Noturno

Art. 19. O serviço noturno será prestado em horário compreendido entre às 21h00min (vinte uma horas) de um dia e às 7h00min (sete horas) do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 25% (vinte e cinco por cento), computando-se cada hora como 52min30s (cinquenta e dois minutos e trinta segundos).

§ 1º O serviço noturno será prestado em 02 (dois) turnos de 05 (cinco) horas com expediente das 21h00min (vinte e uma horas) à 02h00min (duas horas) e das 02h00min (duas horas) às 07h00min (sete horas).

§ 2º A autorização para a execução do serviço noturno será prévia e do Presidente do Tribunal de Justiça.



Estado do Paraná
Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



§ 3º O exercício de cargo em comissão exclui a percepção de gratificação pela prestação de serviço noturno.

Seção VI Gratificação de Instrutoria Interna

Art. 20. A gratificação de instrutoria para ministrar curso é devida ao servidor efetivo que, em caráter eventual, atuar como instrutor em curso de formação, de desenvolvimento ou de treinamento no âmbito da administração deste Tribunal.

I - para o desempenho da atividade de instrutor, deverá o servidor possuir formação compatível ou comprovada experiência profissional na área de atuação a que se propuser.

II - os critérios de concessão e os limites da gratificação de que trata este artigo serão fixados em regulamento, observados os seguintes parâmetros:

a) o valor da gratificação será calculado em hora-aula, observadas a natureza, titulação acadêmica e a complexidade da atividade exercida;

b) a retribuição não poderá ser superior ao equivalente a 120 (cento e vinte) horas de trabalho anuais, ressalvada situação de excepcionalidade, devidamente justificada e previamente aprovada pela autoridade competente, que poderá autorizar o acréscimo de até 120 (cento e vinte) horas de trabalho anuais;

c) o valor máximo da hora-aula corresponderá a R\$ 200,00 (duzentos reais);

d) a gratificação não será devida por realização de treinamentos no horário de expediente ou de eventos de disseminação de conteúdos e difusão de procedimentos relativos às competências de unidade organizacional ou de projeto institucional com esse escopo.

Seção VII Gratificação por Encargo de Concurso

Art. 21. A Gratificação por Encargo de Concurso é devida ao servidor efetivo que, em caráter eventual:



Estado do Paraná
Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



I - participar de banca examinadora ou de comissão para correção de provas discursivas, elaboração de questões de provas, análise curricular ou julgamento de recursos intentados por candidatos;

II - participar da logística de preparação e de realização de concurso público envolvendo atividades de planejamento, coordenação, supervisão, execução e avaliação de resultado, quando tais atividades não estiverem incluídas entre as suas atribuições permanentes;

III - participar da aplicação, fiscalizar ou avaliar provas de concurso público ou supervisionar essas atividades.

Parágrafo único. Para o desempenho das atividades previstas neste artigo, deverá o servidor possuir comprovada experiência profissional na área de atuação e formação acadêmica compatível.

Art. 22. Os critérios de concessão e os limites da gratificação por encargo de concurso serão fixados em regulamento, observados os parâmetros previstos no art. 20, II, desta Lei.

Seção VIII

Décimo Terceiro Vencimento

Art. 23. É direito do servidor do Poder Judiciário o décimo terceiro vencimento com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.

Art. 24. O décimo terceiro corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração do servidor devida no mês de dezembro, por mês de efetivo exercício, no respectivo ano.

Parágrafo único. A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias será considerada como mês integral, assegurada a percepção proporcional de período inferior.

Art. 25. O servidor exonerado de cargo em comissão ou dispensado de função que tenha ensejado o recebimento de gratificação perceberá o décimo terceiro vencimento proporcional aos meses de efetivo exercício, calculado sobre a remuneração do mês da exoneração.



Estado do Paraná
PODERA JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Art. 26. O décimo terceiro vencimento será pago até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro de cada ano.

Capítulo III Disposições Transitórias e Finais

Art. 27. As gratificações previstas nesta Lei não poderão ser utilizadas como base de cálculo para quaisquer outras vantagens, inclusive para fins de fixação dos proventos da aposentadoria e das pensões, quando for o caso.

Art. 28. A designação para quaisquer das hipóteses prevista nos incisos I a VII do artigo 1º, vigoram a partir da data da publicação do respectivo ato, competindo à autoridade a que se subordinará o servidor designado dar-lhe exercício a partir dessa data.

Art. 29. As gratificações previstas nos incisos I a V, do art. 1º serão automaticamente canceladas nos afastamentos que perdurem por mais de 90 dias.

Parágrafo único. As gratificações que tratam os incisos I, II e III do art. 1º serão mantidas nos casos de afastamento previsto nos itens I, II, III, VI, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVII e XVIII, do art. 128 da Lei Estadual nº 6.174/70, ainda que superiores ao prazo estabelecido no *caput* deste artigo.

Art. 30. O artigo 67 da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 67. Sem prejuízo do cumprimento do horário de expediente para os órgãos de Justiça do foro judicial, as unidades jurisdicionais cíveis e criminais dos Juizados Especiais poderão funcionar fora do expediente normal de trabalho, atendidas as necessidades do serviço e as peculiaridades de cada comarca."

Art. 31. Fica acrescido o parágrafo 3º ao artigo 40 da Lei Estadual nº 16.024, de 19 de dezembro de 2009:

"3.º Fica autorizada a compensação da jornada de trabalho do servidor, mediante a utilização do Banco de Horas, no qual serão registradas de forma individualizada as horas trabalhadas pelos servidores, no exclusivo interesse do serviço, que será regulamentada por ato do Presidente do Tribunal de Justiça".



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Art. 32. Enquanto não sobrevier lei que defina os valores, forma de pagamento e hipóteses de incidência da gratificação de função, o exercício das funções de direção, chefia e assessoramento, inclusive militar, existentes na Secretaria do Tribunal de Justiça serão remunerados por meio de encargos especiais, com base no artigo 178 da Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 e nos termos definidos pela Administração Pública.

Art. 33. Os valores percebidos a título de encargos especiais resultam convalidados.

Art. 34. As gratificações de Direção de Secretaria e Supervisão previstas no artigo 15 da Lei Estadual nº 16.023, de 19 de dezembro de 2008, integram a gratificação de função, cujos requisitos de designação e valores são aqueles previstos naquela Lei e no artigo 31, §2º, da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2011, nos termos do artigo 2º desta Lei.

Art. 35. Fica mantida a gratificação de atividade judiciária (G.A.J.) prevista no artigo 3º, da Lei Estadual nº 16.745, de 29 de dezembro de 2011.

Art. 36. A gratificação de incentivo à qualificação profissional (G.I.Q.F.) instituída no artigo 27, da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, será implantada por meio de lei específica.

Art. 37. Ficam revogados os parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º, do artigo 67, da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003; os parágrafos 1º e 2º do artigo 70; os artigos 78 a 94, seus incisos e parágrafos; o parágrafo 2º do artigo 102, todos da Lei Estadual nº 16.024, de 19 de dezembro de 2008, bem como as demais disposições legais ou administrativas em contrário.

Art. 38. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria do Poder Judiciário do Estado do Paraná, condicionado ao atendimento do § 1º do art. 169 da Constituição Federal e das normas pertinentes da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 39. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



ANEXO

ENCARGOS ESPECIAIS

TABELA 1

Gratificação de Encargos Especiais	Valor	Quantidade
Gabinete da Presidência	R\$1.847,31	20
Gabinete da 1ª Vice-Presidência	R\$1.500,00	10
Gabinete da 2ª Vice-Presidência	R\$1.500,00	10
Gabinete do Corregedor-Geral da Justiça	R\$1.500,00	15
Gabinete do Corregedor da Justiça	R\$1.500,00	10
Gabinete do Secretário	R\$1.350,00	10

ENCARGOS ESPECIAIS

TABELA 2

Cargos em Comissão de Livre Provimento (LVP)

Símbolo	DAS-1	DAS-2	DAS-3	DAS-4	DAS-5	01-C	02-C	03-C
Valor dos Encargos Especiais	R\$ 9.598,20	R\$ 9.208,41	R\$ 8.741,04	R\$ 8.900,50	R\$ 4.935,03	R\$ 2.507,11	R\$ 2.445,04	R\$ 2.384,09



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

A presente proposta de Anteprojeto de Lei, originado do protocolo nº 213.705/11, tem por objeto a regulamentação da concessão das gratificações aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

A concessão das gratificações atualmente devidas aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná, até a presente data, tem por suporte legal o "Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Paraná", Lei Estadual nº 8.174, de 16 de novembro de 1970, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos no Estado.

O impacto econômico-financeiro da presente proposta limita-se às 75 (setenta e cinco) gratificações de encargos especiais, e será representado por um acréscimo anual de aproximadamente R\$ 172.000,00 (cento e setenta e dois mil reais), constituído pela diferença das gratificações atualmente pagas pelo poder judiciário no valor aproximado de R\$ 1.420.800,00 (um milhão quatrocentos e vinte mil e seiscientos reais) e o valor das gratificações ora propostas, no valor aproximado de R\$ 1.592.300,00 (um milhão quinhentos e noventa e dois e trezentos reais).

Embora a Lei Estadual nº 16.024, de 19 de dezembro de 2008, que trata do regime jurídico dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná, estabeleça em capítulo próprio a concessão das gratificações, além dos adicionais, indenizações e outras vantagens, essa nova normatização não é autoaplicável, à medida que o artigo 249 desse diploma legal estabelece que "Enquanto não sobrevier lei que defina os valores, forma de pagamento e hipóteses de incidência das gratificações de qualquer natureza previstas neste Estatuto, o pagamento das remunerações continuará a ser feito com base na legislação em vigor ao tempo da edição da presente lei e nos termos definidos pela Administração Pública".

Cabe destacar que o Conselho Nacional de Justiça, em ato vinculante, determinou a este Tribunal o encaminhamento de anteprojeto de lei ao Legislativo regulamentando a concessão de gratificações, em razão da previsão do artigo 249 da Lei Estadual nº 16.024/08.

Assim, embora a Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, tenha reestruturado parte da composição remuneratória dos servidores, mostra-se de fundamental importância a presente iniciativa, de maneira a regulamentar, por lei, a concessão de gratificação de função, de encargos especiais, de periculosidade ou insalubridade, de representação de gabinete, serviço extraordinário, entre outras.

Desta forma, e a fim de compatibilizar o pagamento das gratificações aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná, não apenas em cumprimento



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



às supracitadas determinações e recomendações, mas adequando-as aos ditames constitucionais, em especial, aos artigos 37, X, e 169, da Constituição da República, além de atender as demandas desta Administração quanto à remuneração dos servidores, elaborou-se a presente proposta de alteração legislativa.

Os custos gerados pela aprovação da presente proposta serão suportados pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça, correndo a referida despesa anual por conta da rubrica 3.1.90.11.99 – Outros Vencimentos e Vantagens Fixas de Pessoal.

O mencionado acréscimo de custo anual não comprometerá o limite de gastos com Pessoal e Encargos Sociais do Poder Judiciário, pois de acordo com o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Justiça, o total da despesa com pessoal, no 1.º Quadrimestre de 2012, referido gasto situou-se em 3,97% (três vírgula noventa e sete por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a proposta orçamentária do Poder Judiciário para 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

A presente proposta de Anteprojeto de Lei foi devidamente aprovada pelo egrégio Órgão Especial deste Tribunal de Justiça, em sessão realizada em 11 de junho de 2012.

Curitiba, 22 de junho de 2012.
Of. nº 806/2012-GP

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em,

Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 26 JUN 2012

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que regulamenta a concessão de gratificações aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.



MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça

1429 26/06/2012 14:29:00 1429 26/06/2012 14:29:00 1429 26/06/2012 14:29:00

DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que regulamenta a concessão de gratificações aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

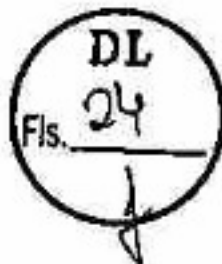
Curitiba, 22 de junho de 2012.



MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 290/12

Projeto de Lei nº. 290/12
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Dispõe sobre as gratificações dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná, e dá outras providências.

EMENTA: DISPÕE SOBRE AS GRATIFICAÇÕES DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

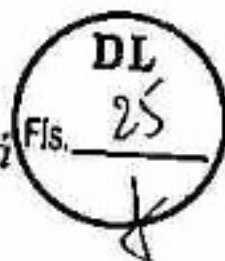
O presente Projeto de Lei tem por objeto a regulamentação da concessão das gratificações aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifos Nossos).

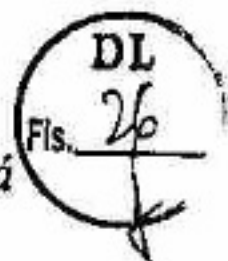
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Federal estabelece que compete privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver:

Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;

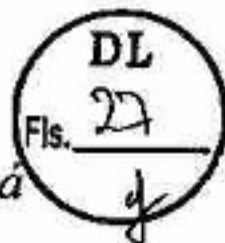
Corroborando deste entendimento a Constituição Estadual:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízes que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observada o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal;

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

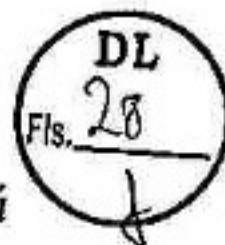
Com efeito, o fim de dar cumprimento à referida legislação, o Tribunal de Justiça anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 03 de Julho de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR

APROVADO

03107112



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 290/12

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 806/12 que objetiva dispor sobre as gratificações dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná e dá outras providências.

Constatamos que a Iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Alexandre Curi e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrado que possa obstar anormal tramitação processual legislativa.

Observamos que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do orçamento próprio do Tribunal de Justiça, correndo a referida despesa anual por conta da rubrica 3.1.90.11.99-Outros Vencimentos e Vantagens Fixas de Pessoal.

Observe-se ainda, que a proposta vem acompanhada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que a mesma apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Desta forma, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.




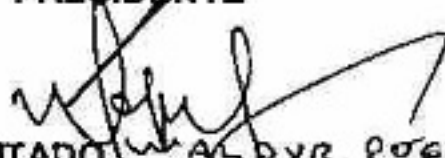
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

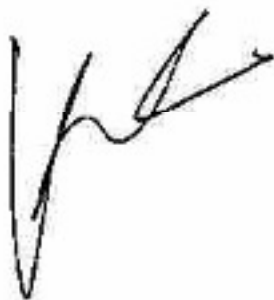


É o parecer.

Sala das Comissões, 04/07/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO WALDYR POGLIESI
RELATOR






~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI Nº 291112

SÚMULA: Dispõe sobre os cargos de Auxiliar Judiciário II do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça e adota outras providências.

Art. 1.º Os servidores ocupantes de cargos de Auxiliar Judiciário II, do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, oriundos dos cargos de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais do Quadro de Pessoal da Secretaria do extinto Tribunal de Alçada, em número de oito (8), são enquadrados na forma desta Lei.

Art. 2.º Os servidores mencionados no artigo 1º, que a partir de 1º de fevereiro de 2011 foram enquadrados no nível BAS-5 do Grupo Ocupacional Básico, nos termos da Lei Estadual nº 18.748, de 29 de dezembro de 2010, em número de três (3), passam para o nível BAS-6 do mesmo grupo ocupacional.

Art. 3.º Os servidores mencionados no artigo 1º, que a partir de 1º de fevereiro de 2010 foram enquadrados no nível BAS-4 do Grupo Ocupacional Básico, nos termos da Lei Estadual nº 18.748, de 29 de dezembro de 2010, em número de cinco (5), passam para o nível BAS-5 do mesmo grupo ocupacional.

Art. 4.º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.



JUSTIFICATIVA

O presente anteprojeto de lei, originado do protocolado sob nº 440/2000, tem por objetivo o reenquadramento de 8 servidores ocupantes de cargos de Auxiliar Judiciário II, do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, oriundos dos cargos de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais do Quadro de Pessoal do extinto Tribunal de Alçada.

A proposição é resultado de ampla discussão em âmbito administrativo deste Poder, concluindo-se que nos termos da Lei Estadual nº 11.737/1997, os servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria do extinto Tribunal de Alçada, ocupantes dos cargos de Agente de Serviços Gerais, à época enquadrados no nível A-10 e A-11, passaram para o nível A-8 e A-4, quando o correto seria o enquadramento, respectivamente, no nível B-4 e B-1.

A partir daí, e de conformidade com a Lei Estadual nº 16.748/2010, em 1º de fevereiro de 2011 teriam sido eles enquadrados no cargo de Auxiliar Judiciário II¹, níveis BAS-6 e BAS-5.

Importante que se esclareça, no entanto, que o enquadramento promovido pela Lei 11.737/1997 não gerou prejuízo aos requerentes, uma vez que todos eles tiveram o valor nominal de suas remunerações preservado com a implantação, em folha de pagamento, de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva no percentual máximo de 100%, e da denominada parcela de ajuste.

Por esta razão, o encaminhamento da presente proposta tem por objetivo unicamente a correção do enquadramento de 8 servidores, sanando, dessa forma, a distorção verificada com a edição da Lei 11.373/1997.

Os custos da presente proposta serão suportados pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça, num total aproximado de R\$ 64.000,00

¹ A denominação do cargo foi alterada pela Lei Estadual nº 16.744/2010.

X

(sessenta e quatro mil) para 2012, R\$ 103.000,00 (cento e três mil) para 2013 e R\$ 114.000,00 (cento e quatorze mil) para 2014.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 1º Quadrimestre de 2012, a Despesa Total com Pessoal situou-se em 3,97% (três vírgula noventa e sete por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Encontra-se, em anexo, a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária para o exercício de 2012, e compatibilidade com o com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

A presente proposta de Anteprojeto de Lei foi aprovada pelo egrégio Órgão Especial deste Tribunal de Justiça na Sessão Ordinária realizada em 11 de junho de 2012.





Curitiba, 22 de junho de 2012.
Of. nº 804/2012-GP

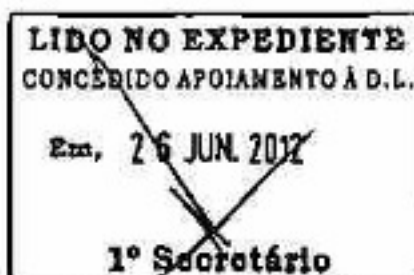
I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências.

Em, _____

Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual VALDIR LUIZ ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

Senhor Presidente:



Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe o reenquadramento de servidores ocupantes de cargos de Auxiliar Judiciário II, do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, oriundos dos cargos de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais do Quadro de Pessoal da Secretaria do extinto Tribunal de Alçada.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.



MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça

DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que propõe o reenquadramento de servidores ocupantes de cargos de Auxiliar Judiciário II, do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, oriundos dos cargos de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais do Quadro de Pessoal da Secretaria do extinto Tribunal de Alçada, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011-LOA, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 22 de junho de 2012.



MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 291/12



Projeto de Lei nº. 291/12
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Dispõe sobre os cargos de Auxiliar Judiciário II do Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça e adota outras providências.

EMENTA: DISPÕE SOBRE OS CARGOS DE AUXILIAR JUDICIÁRIO II DO QUADRO DE PESSOAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei tem por objetivo o reequadramento de 8 servidores ocupantes de cargos de Auxiliar Judiciário II, do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, oriundos dos cargos de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais do Quadro de Pessoal do extinto Tribunal de Alçada.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

D
Fls. 61

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifos Nossos).

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Federal estabelece que compete privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízes que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver.

Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao



~~Poder Legislativo~~ respectivo, observado o disposto no art. 169:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;

Corrobora deste entendimento a Constituição Estadual:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal;

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o Tribunal de Justiça anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual - PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.


Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

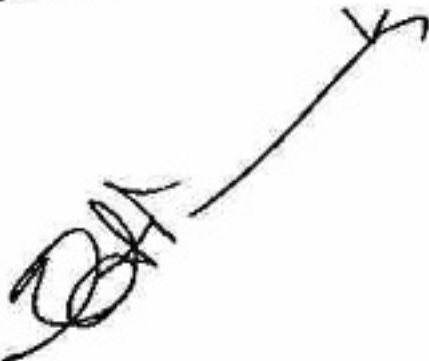
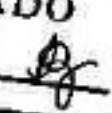
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Curitiba, 03 de julho de 2012


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JR.
RELATOR




APROVADO
03/07/12 



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 291/12

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 804/12 que objetiva dispor sobre os cargos de Auxiliar Judiciário II, do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e adota outras providências.

Constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Hermas Brandão Junior e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrado que possa obstar anormal tramitação processual legislativa.

Observamos que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do orçamento próprio do Poder Judiciário.

Observe-se ainda, que a proposta vem acompanhada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que a mesma apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011-LOA, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Em relação ao impacto financeiro e orçamentário o autor informa que os custos da presente proposta serão suportados pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça, num total aproximado de R\$64.000,00 (sessenta e quatro mil reais), para 2012, R\$103.000,00 (cento



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

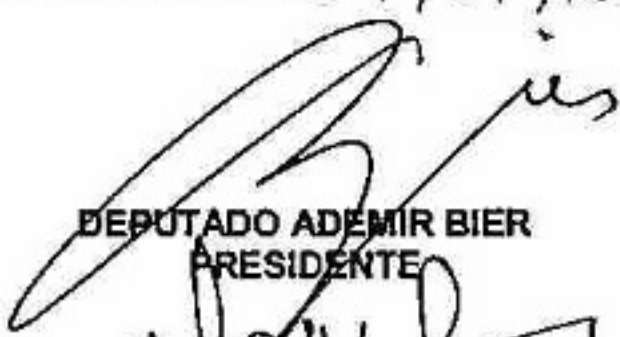


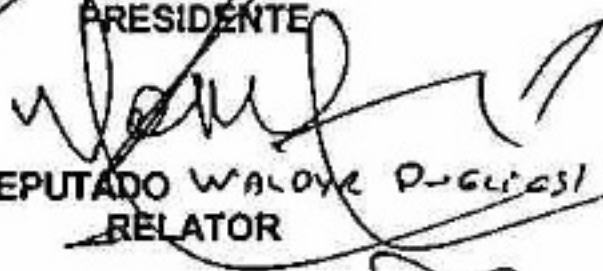
e três mil reais) para 2013 e R\$114.000,00 (cento e quatorze mil reais) para 2014.

Desta forma, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 04/07/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO WALCYRE D. GILI
RELATOR





~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI Nº 29612

SÚMULA: Eleva as Comarcas que especifica, da entrância Intermediária para a entrância final e altera dispositivos da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Art. 1.º Ficam as Comarcas de Apucarana, Arapongas, Campo Mourão, Cianorte, Francisco Beltrão, Paranaguá, Paranaíba, Pato Branco, Toledo e União da Vitória, de entrância intermediária, elevadas para entrância final.

Art. 2.º Fica alterado o art. 264, da Lei Estadual nº 14.277/2003, pela elevação das Comarcas de Apucarana, Arapongas, Campo Mourão, Cianorte, Francisco Beltrão, Paranaguá, Paranaíba, Pato Branco, Toledo e União da Vitória à entrância final, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 264. Ficam elevadas à entrância final as Comarcas de Guarapuava, Umuarama, Apucarana, Arapongas, Campo Mourão, Cianorte, Francisco Beltrão, Paranaguá, Paranaíba, Pato Branco, Toledo e União da Vitória e à entrância intermediária as Comarcas de Guaratuba, Matinhos, São Mateus do Sul, Sarandi, Andaraí, Chopinzinho, Matelândia, Quedas do Iguaçu, Antonina, Jandaia do Sul, Corbélia, Prudentópolis e Jaguariava."

Art. 3.º A 18ª Seção Judiciária fica integrada e sediada pela Comarca de entrância final de Apucarana.

Parágrafo único. Fica criada a 61ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Jandaia do Sul, de entrância intermediária, integrada pela Sede e pelas Comarcas de Marilândia do Sul, São João do Ivaí e Barbosa Ferraz, de entrância inicial.

Art. 4.º A 19ª Seção Judiciária fica integrada e sediada pela Comarca de entrância final de Arapongas.

Parágrafo único. Fica criada a 62ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Astorga, de entrância intermediária, integrada pela Sede e pela Comarca de Santa Fé, de entrância inicial.

Art. 5.º A 23ª Seção Judiciária fica integrada e sediada pela Comarca de entrância final de Campo Mourão.

§ 1.º Fica criada a 63ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Peabiru, de entrância intermediária, integrada pela Sede e pelas Comarcas de Terra Boa, Engenheiro Beltrão e Iretama, de entrância inicial.

Parágrafo único. A 29ª Seção Judiciária fica integrada pela Sede, Comarca de Goioerê, de entrância intermediária, e pelas Comarcas de Mamborê e Formosa do Oeste, de entrância inicial.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Art. 6.º A 25ª Seção Judiciária fica integrada e sediada pela Comarca de entrância final de Cianorte.

Art. 7.º A 28ª Seção Judiciária fica integrada e sediada pela Comarca de entrância final de Francisco Beltrão.

Parágrafo único. Fica criada a 64ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Dois Vizinhos, de entrância intermediária, integrada pela Sede e pelas Comarcas de São João e Marmeleiro, de entrância inicial.

Art. 8.º A 42ª Seção Judiciária fica integrada e sediada pela Comarca de entrância final de Paranavai.

§ 1.º A 27ª Seção Judiciária fica integrada pela Sede, Comarca de Cruzeiro do Oeste, de entrância intermediária, e pelas Comarcas de Cidade Gaúcha e Paraisópolis do Norte, de entrância inicial.

§ 2.º A 37ª Seção Judiciária fica integrada pela Sede, Comarca de Loanda, de entrância intermediária, e pelas Comarcas de Santa Isabel do Ivaí, Nova Londrina e Terra Rica, de entrância inicial.

§ 3.º A 39ª Seção Judiciária fica integrada pela Sede, Comarca de Colorado, de entrância intermediária, e pelas Comarcas de Paranacity e Alto Paraná, de entrância inicial.

Art. 9.º A 43ª Seção Judiciária fica integrada e sediada pela Comarca de entrância final de Pato Branco.

Parágrafo único. Fica criada a 65ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Chopinzinho, de entrância intermediária, integrada pela Sede e pelas Comarcas de Coronel Vivida e Mangueirinha, de entrância inicial.

Art. 10. A 51ª Seção Judiciária fica integrada e sediada pela Comarca de entrância final de União da Vitória.

Parágrafo único A 33ª Seção Judiciária fica integrada pela Sede, Comarca de Irati, de entrância intermediária, e pelas Comarcas de Rebouças, Teixeira Soares e Mallet, de entrância inicial.

Art. 11. Fica criada a 66ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Prudentópolis, de entrância inicial, integrada pela Sede e pelas Comarcas de Imbituva e Ipiranga, de entrância inicial.

Art. 12. Fica criada a 67ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de São Mateus do Sul, de entrância intermediária, integrada pela Sede e pelas Comarcas de São João do Triunfo e Palmeira, de entrância inicial.

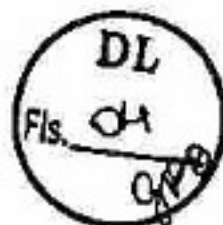
Parágrafo único. A 53ª Seção Judiciária fica integrada pela Sede, Comarca da Lapa, de entrância intermediária, e pela Comarca de Rio Negro, de entrância intermediária.

Art. 13. Fica criada a 68ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Iporã, de entrância inicial, integrada pela Sede e pelas Comarcas de Pérola, Xambê e Icaraima, de entrância inicial.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



§ 1.º A 30ª Seção Judiciária fica integrada pela Sede, Comarca da Guaíra, de entrância intermediária, e pelas Comarcas de Terra Roxa e Altônia, de entrância inicial.

§ 2.º A 20ª Seção Judiciária fica integrada pela Sede, Comarca da Assis Chateaubriand, de entrância intermediária, e pelas Comarcas de Palotina, de entrância intermediária, e Alto Piquiri, de entrância inicial.

§ 3.º A 65ª Seção Judiciária fica integrada pela Sede, Comarca da Marechal Cândido Rondon, de entrância intermediária, e pela Comarca de Santa Helena, de entrância inicial.

Art. 14. Fica criada a 69ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Corbélia, de entrância intermediária, integrada pela Sede e pelas Comarcas de Campina da Lagoa e Ubatã, de entrância inicial.

Art. 15. Fica criada a 70ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Jaguaruaçu, de entrância intermediária, integrada pela Sede e pelas Comarcas de Piraí do Sul e Sengés, de entrância inicial.

Parágrafo único. A 24ª Seção Judiciária fica integrada pela Sede, Comarca da Castro, de entrância intermediária.

Art. 16. Ficam criados 15 (quinze) cargos de Juiz Substituto, para as seguintes Seções Judiciárias:

I – um cargo de Juiz Substituto para a 26ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Cornélio Procopio;

II – um cargo de Juiz Substituto para a 36ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Laranjeiras do Sul;

III – um cargo de Juiz Substituto para a 37ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Loanda;

IV – um cargo de Juiz Substituto para a 38ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Medianeira;

V – um cargo de Juiz Substituto para a 48ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Telêmaco Borba;

VI – um cargo de Juiz Substituto para a 61ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Jandaia do Sul;

VII – um cargo de Juiz Substituto para a 62ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Astorga;

VIII – um cargo de Juiz Substituto para a 63ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Peabiru;

IX – um cargo de Juiz Substituto para a 64ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Dois Vizinhos;

X – um cargo de Juiz Substituto para a 65ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Chopinzinho;

XI – um cargo de Juiz Substituto para a 66ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Prudentópolis;

XII – um cargo de Juiz Substituto para a 67ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de São Mateus do Sul;

XIII – um cargo de Juiz Substituto para a 68ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Iporã;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA



XIV – um cargo de Juiz Substituto para a 69ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Corbélia;

XV – um cargo de Juiz Substituto para a 70ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Jaguaraiava;

Parágrafo único. Os cargos de Juiz Substituto pertencentes à 18ª, 19ª, 23ª, 25ª, 28ª, 41ª, 42ª, 43ª, 49ª e 51ª Seções Judiciárias ficam transformados em Cargos de Juiz de Direito Substituto, alterando os Anexos V, e IX, Tabela 1, da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 17. Ficam criados 12 (doze) cargos de Juiz de Direito Substituto, para as seguintes Seções Judiciárias:

I – 03 (três) cargos de Juiz de Direito Substituto para a 5ª Seção Judiciária, com sede na Comarca da Região Metropolitana de Londrina;

II – 02 (dois) cargos de Juiz de Direito Substituto para a 6ª Seção Judiciária, com sede na Comarca da Região Metropolitana de Maringá;

III – 01 (um) cargo de Juiz de Direito Substituto para a 18ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Apucarana, de entrância final;

IV – 01 (um) cargo de Juiz de Direito Substituto para a 25ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Cianorte, de entrância final;

V – 01 (um) cargo de Juiz de Direito Substituto para a 28ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Francisco Beltrão, de entrância final;

VI – 01 (um) cargo de Juiz de Direito Substituto para a 42ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Paranaíba, de entrância final;

VII – 01 (um) cargo de Juiz de Direito Substituto para a 43ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Pato Branco, de entrância final;

VIII – 01 (um) cargo de Juiz de Direito Substituto para a 49ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Toledo, de entrância final;

IX – 01 (um) cargo de Juiz de Direito Substituto para a 51ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de União da Vitória, de entrância final;

Art. 18. Ficam criados os seguintes cargos de Assistente I de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 3-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, nos termos da Lei nº 15.831 de 12 de maio de 2008, alterada pela Lei nº 16.957 de 05 de dezembro de 2011, passando a integrar o Anexo II, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005:

I – 61 (sessenta e um) cargos destinados ao assessoramento dos Juizes de Direito Titulares das Comarcas de Apucarana, Arapongas, Campo Mourão, Cianorte, Francisco Beltrão, Paranaguá, Paranaíba, Pato Branco, Toledo e União da Vitória;

II – 02 (dois) cargos para o Foro Regional de Sarandi, da comarca da Região Metropolitana de Maringá, sendo 1 para a 2ª Vara Criminal e 1 para a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo único. Os cargos criados na forma do *caput* deste artigo são privativos de bacharel em Direito e destinam-se ao assessoramento dos Juizes de Direito de Entrância Final do Estado do Paraná.

Art. 19. Ficam criados os seguintes cargos de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do



Estado do Paraná
Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Poder Judiciário, nos termos da Lei nº 16.957 de 05 de dezembro de 2011, passando a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005:

I – 01 (um) cargo para a 2ª Vara Cível do Foro Regional de Campo Largo, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba;

II – 02 (dois) cargos para o Foro Regional de Sarandi, da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, sendo 1(um) cargo para a 2ª Vara Criminal e 1(um) cargo para a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial;

III – 01 (um) cargo para a 2ª Vara Cível da Comarca de Cornélio Procopio;

IV – 02 (dois) cargos para a Comarca de Cascavel, sendo 1(um) cargo para a 4ª Vara Criminal e 1(um) cargo para a 2ª Vara de Família da Comarca de Cascavel;

V – 02 (dois) cargos para a Comarca de Toledo, sendo 1(um) cargo para a Vara de Família e 1 (um) cargo para a 3ª Vara Cível;

VI – 02 (dois) cargos para a Comarca de Paranaguá, sendo 1(um) cargo para a 3ª Vara Cível e 1(um) cargo para a Vara da Fazenda Pública;

VII – 01 (um) cargo para a 2ª Vara Cível da Comarca de Cianorte;

VIII – 01 (um) cargo para a Vara de Execuções Penais da Comarca de Cruzeiro do Oeste;

IX – 01 (um) cargo para a Comarca de Antonina;

X – 01 (um) cargo para a Comarca de São João;

XI – 01 (um) cargo para a Vara da Fazenda Pública do Foro Regional de São José dos Pinhais, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba;

XII – 01 (um) cargo para a Comarca de Jandaia do Sul;

XIII – 01 (um) cargo para a 2ª Vara Cível da Comarca de Arapongas;

XIV – 01 (um) cargo para a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial da Comarca de Marechal Cândido Rondon;

XV – 01 (um) cargo para a 2ª Vara Cível da Comarca de Cambé;

XVI – 01 (um) cargo para a Vara de Execuções Penais do Foro Regional de Piraquara, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba;

XVII – 01 (um) cargo para a Comarca de Prudentópolis;

XVIII – 22 (vinte) cargos para os Juizes de Direito Substituto da 18ª; 19ª; 23ª; 25ª; 28ª; 41ª; 42ª; 43ª; 49ª; 50ª e 51ª Seções Judiciárias;

XIX – 09 (nove) cargos para os Juizes de Direito Substituto da 5ª e 6ª Seções Judiciárias.

Parágrafo único. Os cargos criados na forma do *caput* deste artigo são privativos de bacharel em Direito e destinam-se ao assessoramento dos Juizes de Direito do Estado do Paraná.

Art. 20. Ficam alterados os Anexos I, II, Tabela 2, IV, V e IX, Tabela 1, da Lei referida no artigo 2º.

Art. 21. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 22. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 2019/2020

CLASSIFICAÇÃO DAS COMARCAS - ENTRÂNCIA FINAL, INTERMEDIÁRIA E INICIAL

ANEXO I

COMARCA DE ENTRÂNCIA FINAL		COMARCA DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA		COMARCA DE ENTRÂNCIA INICIAL	
1	Comarca da Região Metropolitana de Curitiba	1	André	1	Ado Fauriol
I	Foto Central de Curitiba	2	Arduinos	2	Ado Pirelli
II	Foto Regional de Adiantum Tamarandá	3	Azeite	3	Adriana
III	Foto Regional de Avanhandava	4	Azua Cristovaland	4	Amplora
IV	Foto Regional de Campina Grande do Sul	5	Azulejo	5	Amorim
V	Foto Regional de Campo Largo	6	Bandeirantes	6	Amorim
VI	Foto Regional de Colombo	7	Beira Vista do Puro	7	Barrido
VII	Foto Regional de Fazenda Rio Grande	8	Capitães	8	Bocaina do Sul
VIII	Foto Regional de Pinheiros	9	Castro	9	Camila
IX	Foto Regional de Piquet	10	Copelinho	10	Camila da Lagoa
X	Foto Regional de São José dos Pinhais	11	Coronado	11	Camila da Lagoa
2	Comarca da Região Metropolitana de Londrina	12	Coritiba	12	Camila
I	Foto Central de Londrina	13	Coritiba Pico	13	Capitão Leônidas Marques
II	Foto Regional de Curitiba	14	Cruzada do Oeste	14	Caripó
III	Foto Regional de Rebouças	15	Dona Vitoria	15	Carandiru
IV	Foto Regional de Rolândia	16	Goio	16	Carandiru do Sul
3	Comarca da Região Metropolitana de Maringá	17	Guatubá	17	Carandiru
I	Foto Central de Maringá	18	Guatubá	18	Carandiru
II	Foto Regional de Maringá	19	Guatubá	19	Carandiru
III	Foto Regional de Maringá	20	Guatubá	20	Carandiru
IV	Foto Regional de Maringá	21	Guatubá	21	Carandiru
V	Foto Regional de Maringá	22	Guatubá	22	Carandiru
VI	Foto Regional de Maringá	23	Guatubá	23	Carandiru
4	Comarca da Região Metropolitana de Maringá	24	Guatubá	24	Carandiru
I	Foto Central de Maringá	25	Guatubá	25	Carandiru
II	Foto Regional de Maringá	26	Guatubá	26	Carandiru
III	Foto Regional de Maringá	27	Guatubá	27	Carandiru
IV	Foto Regional de Maringá	28	Guatubá	28	Carandiru
V	Foto Regional de Maringá	29	Guatubá	29	Carandiru
VI	Foto Regional de Maringá	30	Guatubá	30	Carandiru
5	Comarca da Região Metropolitana de Maringá	31	Guatubá	31	Carandiru
I	Foto Central de Maringá	32	Guatubá	32	Carandiru
II	Foto Regional de Maringá	33	Guatubá	33	Carandiru
III	Foto Regional de Maringá	34	Guatubá	34	Carandiru
IV	Foto Regional de Maringá	35	Guatubá	35	Carandiru
V	Foto Regional de Maringá	36	Guatubá	36	Carandiru
VI	Foto Regional de Maringá	37	Guatubá	37	Carandiru
6	Comarca da Região Metropolitana de Maringá	38	Guatubá	38	Carandiru
I	Foto Central de Maringá	39	Guatubá	39	Carandiru
II	Foto Regional de Maringá	40	Guatubá	40	Carandiru
III	Foto Regional de Maringá	41	Guatubá	41	Carandiru
IV	Foto Regional de Maringá	42	Guatubá	42	Carandiru
V	Foto Regional de Maringá	43	Guatubá	43	Carandiru
VI	Foto Regional de Maringá	44	Guatubá	44	Carandiru
7	Comarca da Região Metropolitana de Maringá	45	Guatubá	45	Carandiru
I	Foto Central de Maringá	46	Guatubá	46	Carandiru
II	Foto Regional de Maringá	47	Guatubá	47	Carandiru
III	Foto Regional de Maringá	48	Guatubá	48	Carandiru
IV	Foto Regional de Maringá	49	Guatubá	49	Carandiru
V	Foto Regional de Maringá	50	Guatubá	50	Carandiru
VI	Foto Regional de Maringá	51	Guatubá	51	Carandiru
8	Comarca da Região Metropolitana de Maringá	52	Guatubá	52	Carandiru
I	Foto Central de Maringá	53	Guatubá	53	Carandiru
II	Foto Regional de Maringá	54	Guatubá	54	Carandiru
III	Foto Regional de Maringá	55	Guatubá	55	Carandiru
IV	Foto Regional de Maringá	56	Guatubá	56	Carandiru
V	Foto Regional de Maringá	57	Guatubá	57	Carandiru
VI	Foto Regional de Maringá	58	Guatubá	58	Carandiru
9	Comarca da Região Metropolitana de Maringá	59	Guatubá	59	Carandiru
I	Foto Central de Maringá	60	Guatubá	60	Carandiru
II	Foto Regional de Maringá	61	Guatubá	61	Carandiru
III	Foto Regional de Maringá	62	Guatubá	62	Carandiru
IV	Foto Regional de Maringá	63	Guatubá	63	Carandiru
V	Foto Regional de Maringá	64	Guatubá	64	Carandiru
VI	Foto Regional de Maringá	65	Guatubá	65	Carandiru
10	Comarca da Região Metropolitana de Maringá	66	Guatubá	66	Carandiru
I	Foto Central de Maringá	67	Guatubá	67	Carandiru
II	Foto Regional de Maringá	68	Guatubá	68	Carandiru
III	Foto Regional de Maringá	69	Guatubá	69	Carandiru
IV	Foto Regional de Maringá	70	Guatubá	70	Carandiru
V	Foto Regional de Maringá	71	Guatubá	71	Carandiru
VI	Foto Regional de Maringá	72	Guatubá	72	Carandiru



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
SEÇÕES JUDICIÁRIAS — ANEXO II — TABELA 1

SEÇÕES JUDICIÁRIAS	COMARCA / FORO	SEÇÃO	ENTRANCIA	Juiz Subst.	Juiz de Direito Subst.	TOTAL
1ª	COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	Seção Única	FINAL		64	64
	COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA	Seção Única	FINAL		15	15
6ª	COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ	Seção Única	FINAL		12	12

11



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓRGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.777 DE 30/11/2003
SEÇÕES JUDICIÁRIAS - ANEXO II - TABELA 2

SEÇÃO JUDICIÁRIA	COMARCA SEDE	SEÇÃO COMARCA/VISA	ENTRADA	Juiz Subst.	Juiz de Direito Subst.	TOTAL
18ª	APUCARANA	Seção Unica	FINAL		2	2
19ª	ARAPONGAS	Seção Unica	FINAL		2	2
20ª	CAMPO MOURÃO	Seção Unica	FINAL		2	2
21ª	CIANORTE	Seção Unica	FINAL		2	2
22ª	FRANCISCO BELTRÃO	Seção Unica	FINAL		2	2
23ª	PARANAGUÁ	Seção Unica	FINAL		2	2
24ª	PARANAVÁ	Seção Unica	FINAL		2	2
25ª	PATO BRANCO	Seção Unica	FINAL		2	2
26ª	TOLEDO	Seção Unica	FINAL		2	2
27ª	UNILASAMA	Seção Unica	FINAL		2	2
28ª	UNIAO DA VITORIA	Seção Unica	FINAL		2	2
29ª	ASSIS CHATEAUBRIAND	ASSIS CHATEAUBRIAND	INTERM DUCAL	1		1
		Alto Fogo	DUCAL			0
		Piedade	DUCAL			0
30ª	CASTRO	CASTRO	INTERM	1		1
31ª	CRUZEIRO DO OESTE	CRUZEIRO DO OESTE	INTERM	1		1
		Cidade Ocident	INICIAL			0
		Povoado do Norte	INICIAL			0
32ª	GOIOERÉ	GOIOERÉ	INTERM	1		1
		Farmácia do Oeste	DUCAL			0
		Memórias	DUCAL			0
33ª	GUAIARA	GUAIARA	INTERM	1		1
		Atorva	DUCAL			0
		Terra Rica	DUCAL			0
34ª	IRATI	IRATI	INTERM	1		1
		Rabonças	INICIAL			0
		Tupiaçu Seco	INICIAL			0
		Itaipu	DUCAL			0
35ª	LOANDA	LOANDA	INTERM	1		1
		Bom Jardim do Sul	DUCAL			0
		Nova Lorrana	DUCAL			0
		Terra Rica	DUCAL			0

11

10/2

SEÇÕES JUDICIÁRIAS — ANEXO II — TABELA 2

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV

APUCARANA - Comarca de Entrância Final
ARAPONGAS - Comarca de Entrância Final
CAMPO MOURÃO - Comarca de Entrância Final
CIANORTE - Comarca de Entrância Final
FRANCISCO BELTRÃO - Comarca de Entrância Final
PARANAGUÁ - Comarca de Entrância Final
PARANAVÁ - Comarca de Entrância Final
PATO BRANCO - Comarca de Entrância Final
TOLEDO - Comarca de Entrância Final
UNIÃO DA VITÓRIA - Comarca de Entrância Final

X



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003

MAGISTRATURA ESTADUAL - ANEXO V

COMARCA/FORO	ENTRADA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz em Direito Substituto	Juiz Delegetivo	Total
2ª INSTANCIA							
1ª INSTANCIA							
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA							
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRIANA							
Foro Central de Londrina	Final		25	8	16		49
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ							
Foro Central de Maringá	Final		15	4	12		31
Apucarana	Final		8	1	2		11
Assopora	Final		4	1	2		7
Campo Mourão	Final		8	1	2		11
Cianorte	Final		4	1	2		7
Francisco Beltrão	Final		8	1	2		11
Paranaguá	Final		7	1	2		10
Paranavai	Final		8	1	2		11
Pato Branco	Final		4	1	2		7
Toledo	Final		7	1	2		10
União da Vitória	Final		8	1	2		11
Apucarana	Comarca elevada à 2ª instância final						
Arapongas	Comarca elevada à 2ª instância final						
Astorga	Interim.		2				2
Bela Vista do Paraíso	Interim.		1				1
Campo Mourão	Comarca elevada à 2ª instância final						

11

DL
Fls. 13
9/10

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003

MAGISTRATURA ESTADUAL - ANEXO V

CORRENTES / FÓRUM	ENTRÂNCIA	Desembargador	Jefe de Direção Substituto em 2ª Ordem	Jefe de Direção do Juízo Especial	Jefe de Direção Substituto	Jefe Substituto	Total
Chopinzinho	Interim.		2			1	3
Comarca elevada a entrância final							
Clérone							
Corbélia	Interim.		2			1	3
Cornélio Proença	Interim.		4			2	6
Dona Vênice	Interim.		2			1	3
Comarca elevada a entrância final							
Francisco Góes							
Jaguariaçu	Interim.		2			1	3
Jandaia do Sul	Interim.		2			1	3
Comarca elevada a entrância final							
Laranjeiras do Sul	Interim.		2			2	4
Leópolis	Interim.		2			2	4
Comarca elevada a entrância final							
Paranaguá							
Comarca elevada a entrância final							
Paranaguá							
Pato Branco							
Comarca elevada a entrância final							
Prazer	Interim.		1			1	2
Comarca elevada a entrância final							
Prudentópolis	Interim.		2			1	3
Comarca elevada a entrância final							
São Mateus do Sul	Interim.		2			1	3
Comarca elevada a entrância final							
Telêmaco Borba	Interim.		3	1		2	6
Comarca elevada a entrância final							
Tolosa							
Comarca elevada a entrância final							
União da Vitória							
Comarca elevada a entrância final							
Umuarama							
Comarca elevada a entrância final							
Umuarama	Interim.		1			1	2
Comarca elevada a entrância final							

Q

Q

11

DL
Fls. 114

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 20/12/2003
CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX
CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1

COMARCA		Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito Juiz de Direito Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto co	Total
2ª INSTÂNCIA							
1ª INSTÂNCIA							
ENTRADA FINAL							
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA							
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA							
Foro Central de Londrina			8	1	12		18
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ							
Foro Central de Maringá			1	1	10		12
ENTRADA ESTIMADA							
Apucarana				2	1		3
Araucária						1	1
Chopinzinho				1			1
Chopinzinho				1	1		2
Chopinzinho							
Dois Vizinhos							
Francisco Beltrão			2	1	1		4
Jandade do Sul				1			1
Lambaré do Sul						1	1
Luanda				1			1
Marilândia						1	1
Paranavai					1		1
Pato Branco					1		1
Peslão						1	1
Peslão							
São Mateus do Sul				1			1
Telêmaco Borba				1	1		2
Tolado				2	1		3
União da Vitória					3	1	4
ENTRADA INICIAL							
Ipuaçu						1	1

14

JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei, originado do protocolo sob nº 122.848/2012, tem por finalidade elevar as Comarcas de Apucarana, Arapongas, Campo Mourão, Cianorte, Francisco Beltrão, Paranaguá, Paranaíba, Pato Branco, Toledo e União da Vitória da entrância intermediária para entrância final.

As Comarcas em questão, todas elas com população que varia de 84.000 (oitenta e quatro mil) habitantes a 136.000 (cento e trinta e seis mil) habitantes, contam com estrutura judicial mínima de 4 Varas e 1 Unidade de Juizado Especial com Juiz de Direito.

Tais elevações consubstanciam profunda e benéfica alteração na organização judiciária do Estado do Paraná.

Onde antes havia excessiva rotatividade de juízes – às vezes quatro movimentações por ano, na respectiva vara – verificar-se-á a estabilidade, com reflexo imediato no aumento de produtividade.

Além disso, nas cidades que sediam as Comarcas que se pretende elevar – dentre as mais importantes do Estado – implantar-se-á o adequado aumento de assessoramento aos Juízes – o que também redundará no melhor serviço judiciário à população.

A elevação, necessário ressaltar, transformará o "status" da Comarca, fazendo-a atingir o degrau mais elevado da estrutura judiciária Estadual.

Com a elevação dessas comarcas à entrância final, serão necessárias readequações nas composições das Seções Judiciárias.

De acordo com a proposta, as Comarcas de Apucarana, Arapongas, Campo Mourão, Cianorte, Francisco Beltrão, Paranaíba, Pato Branco e União da Vitória passam a ser as únicas Comarcas integrantes de suas Seções Judiciárias, respectivamente as de número 18, 19, 23, 25, 28, 42, 43 e 51. Observe-se que as Comarcas de Paranaguá e Toledo já são as únicas integrantes de suas Seções, respectivamente de número 41 e 49.

Isso implica dizer que os Juízes de Direito Substitutos dessas Seções Judiciárias serão responsáveis unicamente pela substituição dos Juízes titulares da

X



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



comarca que a compõe, o que contribui em muito para a melhoria da prestação jurisdicional.

Ainda em função das elevações, está se reestruturando várias Seções Judiciárias que circundam as comarcas elevadas, propondo-se, ainda, a criação de 10 (dez) novas Seções.

De acordo com a proposta, fica criada a 61ª Seção Judiciária, com sede em Jandala do Sul; a 62ª Seção Judiciária, com sede em Astorga; a 63ª Seção Judiciária, com sede em Peabiru; a 64ª Seção Judiciária, com sede em Dois Vizinhos; a 65ª Seção Judiciária, com sede em Chopinzinho; a 66ª Seção Judiciária, com sede em Prudentópolis; a 67ª Seção Judiciária, com sede em São Mateus do Sul; a 68ª Seção Judiciária, com sede em Iporã; a 69ª Seção Judiciária, com sede em Campina da Lagoa; e a 70ª Seção Judiciária, com sede em Jaguaratva.

Está se reestruturando, ainda, a 29ª Seção Judiciária, com sede em Goleerá, a 27ª Seção Judiciária com sede em Cruzelro do Oeste, a 37ª Seção Judiciária com sede em Loanda, a 39ª Seção Judiciária com sede em Colorado; a 33ª Seção Judiciária com sede em Irati; a 53ª Seção Judiciária, com sede na Lapa; a 30ª Seção Judiciária, com sede em Gualra; a 20ª Seção Judiciária, com sede em Assis Chateaubriand; a 55ª Seção Judiciária, com sede em Marechal Cândido Rondon; e a 24ª Seção Judiciária, com sede em Castro.

Com a reestruturação proposta, ficam criados 15 cargos de Juiz Substituto para atendimento das Seções Judiciárias acima especificadas.

Ficam criados, também, 12 cargos de Juiz de Direito Substituto.

Com isso, todas as Comarcas elevadas à entrância final passam a ser atendidas por 2 Juizes de Direito Substituto. As Comarcas da Região Metropolitana de Londrina e Maringá também estão sofrendo melhoria em sua estrutura, com a destinação de 3 Juizes de Direito Substituto para o atendimento da 5ª Seção Judiciária, com sede no Foro Central de Londrina, e de 2 (dois) Juizes de Direito para a 6ª Seção Judiciária, com sede no Foro Central de Maringá.

Deve-se ressaltar que a estrutura de Varas das comarcas elevadas à entrância final permanece inalterada, prevendo-se no art. 18 e 19 do Anteprojeto de Lei a criação de cargos de Assistente I e Assistente II de Juiz de Direito, de



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



provimento em comissão, simbologia 3-C e 1-C, destinados ao assessoramento dos Juízes de Direito que atuam nas Varas e Unidades dos Julgados Especiais das comarcas elevadas à entrância final.

Os cargos em comissão criados atenderão, ainda, as Varas e Comarcas criadas no estado do Paraná e que ainda tiveram criados os respectivos cargos de assessoramento, de provimento em comissão.

Desta forma, todas as Seções Judiciárias e Comarcas do Estado passarão a contar com estrutura mínima de Assessoramento, o que contribui sobremaneira para a melhoria na prestação da tutela jurisdicional.

A elevação das Comarcas de Apucarana, Araçongas, Campo Mourão, Cianorte, Francisco Beltrão, Paranaguá, Paranavaí, Pato Branco, Toledo e União da Vitória à entrância final, criação dos cargos de Juiz Substituto, transformação de cargos de Juiz Substituto em Juiz de Direito Substituto, criação de cargos de Juiz de Direito Substituto e criação de cargos de Assistente I de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 3-C e Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, terão um custo estimado de aproximadamente R\$ 9.436.915,00 para o exercício financeiro de 2012, R\$ 20.810.780,00 para o exercício financeiro de 2013 e R\$ 26.044.958,00 para o exercício financeiro de 2014, e serão suportados pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 1º Quadrimestre de 2012, a Despesa Total com Pessoal situou-se em 3,97% (três vírgula noventa e sete por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da citada Lei de Responsabilidade Fiscal (5,7% cf. art. 22, parágrafo único).

A presente proposta foi objeto de aprovação pela douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias em sessão realizada no dia 04 de junho de 2012 e pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, por maioria de votos, em Sessão realizada no dia 11 de junho de 2012.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Outrossim, os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei, deverão ser publicados juntamente com o texto final, vez que é parte integrante da mesma.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa, de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 22 de junho de 2012.
Of. nº 813/2012-GP

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em, _____

Presidente

A sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual VALDIR LUIZ ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 25 JUN. 2012

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a elevação das Comarcas de Apucarana, Arapongas, Campo Mourão, Cianorte, Francisco Beltrão, Paranaguá, Paranaíba, Pato Branco, Toledo e União da Vitória à entrância final e adota outras providências, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

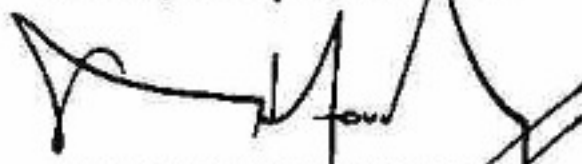


MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça

DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, Inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que eleva as Comarcas de Apucarana, Arapongas, Campo Mourão, Cianorte, Francisco Beltrão, Paranaguá, Paranaval, Pato Branco, Toledo e União da Vitória à entrância final e adota outras providências, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 22 de junho de 2012.



MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



REQUERIMENTO

Súmula: Requer a anexação dos Projetos de Lei nº 298/12; 299/12; 300/12; 301/12; 302/12 ao 296/12, por tratarem de matérias correlatas.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, **REQUER**, após ouvido o Soberano Plenário, a anexação dos Projetos de Lei nº 298/12; 299/12; 300/12; 301/12 e 302/12 ao 296/12, conforme dispõe o art. 120 do Regimento Interno desta Casa de Leis, por tratarem de matérias correlatas.

Sala das Sessões, 03 de Julho de 2012.

Anote-se, junte-se a Proposição de referência

de 04/07/2012

Mauro Ribeiro Borges
Diretor Legislativo

Deputado CAITO QUINTANA
Vice-Presidente da Comissão
de Constituição e Justiça



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 63
18

PARECERES AOS PROJETOS DE LEI Nº 296/12, 298/12, 299/12, 300/12, 301/12 E
302/12

Projeto de Lei nº. 296/12

***ANEXOS:**

Projeto de Lei nº. 298/12

Projeto de Lei nº. 299/12

Projeto de Lei nº. 300/12

Projeto de Lei nº. 301/12

Projeto de Lei nº. 302/12

Autor: Tribunal de Justiça

Súmulas: Eleva as Comarcas que especifica, de entrância intermediária para entrância final e altera dispositivos da Lei Estadual n.º. 14.277 de 30 de Dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

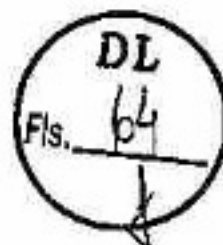
Eleva a Comarca de Prudentópolis da Entrância Inicial para a Entrância Intermediária, e altera os dispositivos que especifica, da lei estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Cria a Comarca de Ampére, de entrância inicial, alterando a Lei Estadual n.º. 14.277, de 30 de dezembro de 2003 e adota outras providências.

Eleva a Comarca de Jaguaíva, de entrância inicial para a entrância Intermediária, e altera dispositivos que especifica, da Lei Estadual n.º 14.277 de 30 de Dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



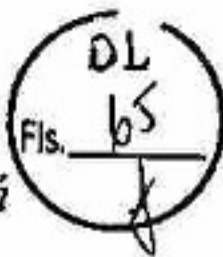
Desmembra o Juízo Único da Comarca de Ibatí, de entrância intermediária, e altera dispositivos que especifica, da Lei Estadual n.º 14.277 de 30 de Dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Eleva a Comarca de Corbélia, de entrância inicial para a entrância intermediária, e altera dispositivos que especifica, da Lei Estadual n.º 14.277 de 30 de Dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

EMENTA: ELEVA AS COMARCAS QUE ESPECIFICA, DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA PARA ENTRÂNCIA FINAL ELEVA A COMARCA DE PRUDENTÓPOLIS DA ENTRÂNCIA INICIAL PARA A ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA. ; CRIAÇÃO DA COMARCA DE AMPÉRE, ENTRÂNCIA INICIAL ELEVA A COMARCA DE JAGUARIAÍVA DA ENTRÂNCIA INICIAL PARA A ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA E DESMEMBRA O JUÍZO ÚNICO EM DUAS VARAS. DESMEMBRA O JUÍZO ÚNICO DA COMARCA DE IBAITI DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA PARA DUAS VARAS NA FORMA QUE ESPECIFICA, BEM COMO CRIA UM CARGO DE JUIZ DE DIREITO E UM CARGO DE ASSISTENTE II DE JUIZ DE DIREITO. ELEVA A COMARCA DE CORBÉLIA DA ENTRÂNCIA INICIAL PARA A ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA E DESMEMBRA O JUÍZO ÚNICO EM DUAS VARAS. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



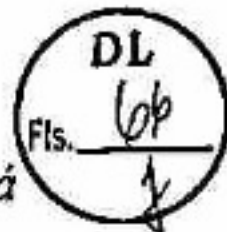
**101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA
APROVAÇÃO NA FORMA DO SUBSTITUTIVO
GERAL.**

PREÂMBULO

Os projetos de lei de autoria do Tribunal de Justiça visam o que segue: elevar as Comarcas que especifica, de entrância intermediária para entrância final e altera dispositivos da Lei Estadual nº 14.277 de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, elevar a Comarca de Prudentópolis da entrância inicial para a entrância intermediária, visando à expansão da prestação jurisdicional no Estado, criar a Comarca de Ampére, de entrância inicial, desmembrando da Comarca de Realeza, alterando a Lei Estadual nº 14.277 de 30 de Dezembro de 2003, visando à expansão da prestação jurisdicional no Estado, elevar a Comarca de Jaguariaíva de entrância inicial para entrância intermediária, além de desmembrar o Juízo Único em duas varas distintas, conforme especifica, alterando dispositivos da Lei Estadual nº 14.277 de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, desmembrar o Juízo Único da Comarca de Ibaiti em duas varas distintas, além de criar um cargo de Juiz de Direito e um de Assistente II de Juiz de Direito, para provimento em comissão, e altera dispositivos da Lei Estadual nº 14.277 de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e elevar a Comarca de Corbélia de entrância inicial para entrância intermediária, além de desmembrar o Juízo Único em duas varas distintas, conforme especifica, alterando dispositivos da Lei Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



nº 14.277 de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, temos a competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas varas judiciárias, conforme preceitua o artigo 96, Inciso I, alínea d da nossa Carta Magna, senão vejamos:

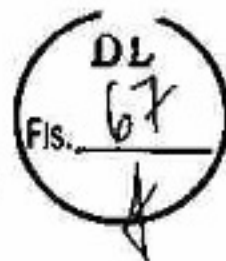
Art. 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais:

a) eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;

d) propor a criação de novas varas judiciais;

Ademais, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da alteração da organização e da divisão judiciária para a Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

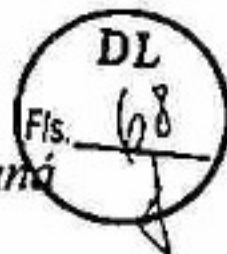
I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

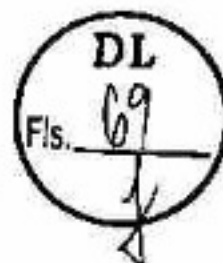
CONCLUSÃO


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa, na forma da Emenda Substitutiva geral.


Sala das Comissões, 03 de julho de 2012.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




DEPUTADO CAIO QUINTANA
PRESIDENTE

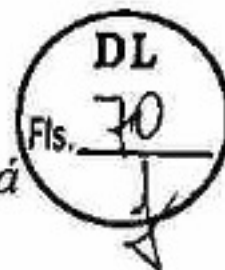
DEPUTADO  TRIANO
RELATOR





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

PROJETO DE LEI

SÚMULA: Cria Comarca, eleva Comarcas de entrância, cria Vara, cria cargos de Juiz de Direito e de Juiz de Direito Substituto, cria cargos de provimento em comissão, e altera os dispositivos que especifica, da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Art. 1.º Fica criada a Comarca de Ampére, de entrância inicial, com sede no município de mesmo nome, alterando-se a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias).

§ 1.º O município de Ampére é desmembrado da Comarca de Realeza, de entrância inicial.

§ 2.º A Comarca de Ampére, de entrância inicial, passa a pertencer à jurisdição das Varas de Execução Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Francisco Beltrão.

Art. 2.º Ficam criados no Foro Extrajudicial da Comarca de Ampére, os seguintes serviços notariais e de registro, constantes do anexo IV da Lei mencionada no art. 1º.

I – Tabelionato de protestos de títulos;

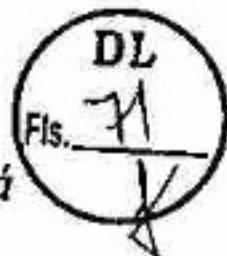
II - Serviço de registro de imóveis;

III – Serviço de registro civil das pessoas naturais, acumulando, precariamente, o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas.

Art. 3.º Fica transformado o Serviço Distrital de Ampére em Tabelionato de notas da Comarca de Ampére, acumulando, precariamente, o Tabelionato de protestos de títulos.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 4.º A 56ª Seção Judiciária, com sede na Comarca do Realeza, de entrância inicial, é integrada pelas Comarcas de entrância inicial de Capitão Leônidas Marques, Salto do Lontra e Ampére.

Art. 5.º Ficam as Comarcas de Corbélia, Jaguariaíva e Prudentópolis, de entrância inicial, elevadas para a entrância intermediária, desmembrando-se o Juízo Único de cada uma dessas Comarcas em 2 (duas) Varas distintas, nos termos do art. 225 da Lei Estadual nº 14.277/2003.

Art. 6.º Fica desmembrado em 2 (duas) Varas distintas o Juízo Único da Comarca de Ibatí, de entrância intermediária, nos termos do art. 225 da Lei Estadual nº 14.277/2003.

Art. 7.º Fica alterado o artigo 263 da Lei Estadual nº 14.277/2003, que passa a vigorar acrescido dos Incisos XXXIV, XXXV, XXXVI e XXXVII, com a seguinte redação:

**Art. 263. Fica criado nas Comarcas de entrância intermediária o seguinte:*

I -

(...)

XXXIV - na Comarca de Corbélia:

a) Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial;

b) Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.

XXXV - na Comarca de Ibatí:

a) Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial;

b) Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.

XXXVI - na Comarca de Prudentópolis:

a) Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial;

b) Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.

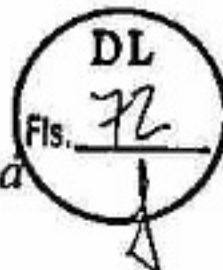
XXXVII - na Comarca de Jaguariaíva:

a) Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial;

*b) Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 8.º Ficam as Comarcas de Apucarana, Arapongas, Campo Mourão, Cianorte, Francisco Beltrão, Paranaguá, Paranaíba, Pato Branco, Toledo e União da Vitória, de entrância intermediária, elevadas para entrância final.

Art. 9.º Fica alterado o art. 264 da Lei Estadual nº 14.277/2003, pela elevação das Comarcas de Corbélia, Jaguariá e Prudentópolis à entrância intermediária, e pela Elevação das Comarcas de Apucarana, Arapongas, Campo Mourão, Cianorte, Francisco Beltrão, Paranaguá, Paranaíba, Pato Branco, Toledo e União da Vitória à entrância final, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 264. Ficam elevadas de entrância as seguintes Comarcas:

I - à entrância final as Comarcas de:

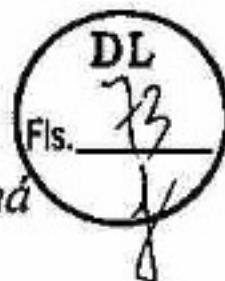
- a. Guarapuava;*
- b. Umuarama;*
- c. Apucarana;*
- d. Arapongas;*
- e. Campo Mourão;*
- f. Cianorte;*
- g. Francisco Beltrão;*
- h. Paranaguá;*
- i. Paranaíba;*
- j. Pato Branco;*
- k. Toledo;*
- l. União da Vitória.*

II - à entrância intermediária as Comarcas de:

- a. Guaratuba;*
- b. Matinhos;*
- c. São Mateus do Sul;*
- d. Sarandi;*
- e. André;*
- f. Chopinzinho;*
- g. Matelândia;*
- h. Quedas do Iguaçu;*
- i. Antonina;*
- j. Jandaia do Sul;*
- k. Corbélia;*
- l. Jaguariá;*
- m. Prudentópolis."*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 10. Fica criado 1 (um) cargo de Juiz de Direito para a Comarca de Ampére, de entrância inicial.

Art. 11. Ficam criados 4 (quatro) cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária para as Comarcas de Corbélia, Jaguariá, Ibatí e Prudentópolis.

Art. 12. A 18ª Seção Judiciária fica integrada e sediada pela Comarca de entrância final de Apucarana.

Parágrafo único. Fica criada a 61ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Jandala do Sul, de entrância intermediária, integrada pela Sede e pelas Comarcas de Marilândia do Sul, São João do Ivaí e Barbosa Ferraz, de entrância inicial.

Art. 13. A 19ª Seção Judiciária fica integrada e sediada pela Comarca de entrância final de Arapongas.

Parágrafo único. Fica criada a 62ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Astorga, de entrância intermediária, integrada pela Sede e pela Comarca de Santa Fé, de entrância inicial.

Art. 14. A 23ª Seção Judiciária fica integrada e sediada pela Comarca de entrância final de Campo Mourão.

§ 1.º Fica criada a 63ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Peabiru, de entrância intermediária, integrada pela Sede e pelas Comarcas de Terra Boa, Engenho Beltrão e Iretama, de entrância inicial.

Parágrafo único. A 29ª Seção Judiciária fica integrada pela Sede, Comarca de Goleão, de entrância intermediária, e pelas Comarcas de Mamboré e Formosa do Oeste, de entrância inicial.

Art. 15. A 25ª Seção Judiciária fica integrada e sediada pela Comarca de entrância final de Cianorte.

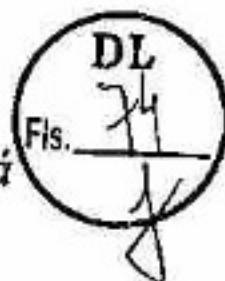
Art. 16. A 28ª Seção Judiciária fica integrada e sediada pela Comarca de entrância final de Francisco Beltrão.

Parágrafo único. Fica criada a 64ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Dois Vizinhos, de entrância intermediária, integrada pela Sede e pelas Comarcas de São João e Marmeleiro, de entrância inicial.

Art. 17. A 42ª Seção Judiciária fica integrada e sediada pela Comarca de entrância final de Paranaval.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



§ 1.º A 27ª Seção Judiciária fica integrada pela Sede, Comarca de Cruzeiro do Oeste, de entrância intermediária, e pelas Comarcas de Cidade Gaúcha e Paraíso do Norte, de entrância inicial.

§ 2.º A 37ª Seção Judiciária fica integrada pela Sede, Comarca de Loanda, de entrância intermediária, e pelas Comarcas de Santa Isabel do Ivaí, Nova Londrina e Terra Rica, de entrância inicial.

§ 3.º A 39ª Seção Judiciária fica integrada pela Sede, Comarca de Colorado, de entrância intermediária, e pelas Comarcas de Paranacity e Alto Paraná, de entrância inicial.

Art. 18. A 43ª Seção Judiciária fica integrada e sediada pela Comarca de entrância final de Pato Branco.

Parágrafo único. Fica criada a 65ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Chopinzinho, de entrância intermediária, integrada pela Sede e pelas Comarcas de Coronel Vivida e Mangueirinha, de entrância inicial.

Art. 19. A 51ª Seção Judiciária fica integrada e sediada pela Comarca de entrância final de União da Vitória.

Parágrafo único. A 33ª Seção Judiciária fica integrada pela Sede, Comarca de Irati, de entrância intermediária, e pelas Comarcas de Rebouças, Teixeira Soares e Mallet, de entrância inicial.

Art. 20. Fica criada a 66ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Prudentópolis, de entrância intermediária, integrada pela Sede e pelas Comarcas de Imbituva e Ipiranga, de entrância inicial.

Art. 21. Fica criada a 67ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de São Mateus do Sul, de entrância intermediária, integrada pela Sede e pelas Comarcas de São João do Triunfo e Palmeira, de entrância inicial.

Parágrafo único. A 53ª Seção Judiciária fica integrada pela Sede, Comarca da Lapa, de entrância intermediária, e pela Comarca de Rio Negro, de entrância intermediária.

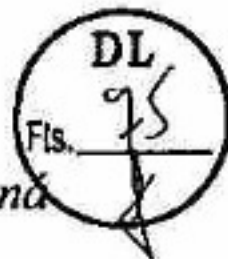
Art. 22. Fica criada a 68ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Iporã, de entrância inicial, integrada pela Sede e pelas Comarcas de Pérola, Xambê e Icaraima, de entrância inicial.

§ 1.º A 30ª Seção Judiciária fica integrada pela Sede, Comarca da Guaíra, de entrância intermediária, e pelas Comarcas de Terra Roxa e Altônia, de entrância inicial.

§ 2.º A 20ª Seção Judiciária fica integrada pela Sede, Comarca da Assis Chateaubriand, de entrância intermediária, e pelas Comarcas de Palotina, de entrância intermediária, e Alto Piquiri, de entrância inicial.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



§ 3.º A 55ª Seção Judiciária fica integrada pela Sede, Comarca da Marechal Cândido Rondon, de entrância intermediária, e pela Comarca de Santa Helena, de entrância inicial.

Art. 23. Fica criada a 69ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Corbélia, de entrância intermediária, integrada pela Sede e pelas Comarcas de Campina da Lagoa e Ubitatã, de entrância inicial.

Art. 24. Fica criada a 70ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Jaguariaíva, de entrância intermediária, integrada pela Sede e pelas Comarcas de Piraí do Sul e Sengés, de entrância inicial.

Parágrafo único. A 24ª Seção Judiciária fica integrada pela Sede, Comarca da Castro, de entrância intermediária.

Art. 25. Ficam criados 15 (quinze) cargos de Juiz Substituto, para as seguintes Seções Judiciárias:

I – um cargo de Juiz Substituto para a 26ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Cornélio Procopio;

II – um cargo de Juiz Substituto para a 36ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Laranjeiras do Sul;

III – um cargo de Juiz Substituto para a 37ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Loanda;

IV – um cargo de Juiz Substituto para a 38ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Medianeira;

V – um cargo de Juiz Substituto para a 48ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Telêmaco Borba;

VI – um cargo de Juiz Substituto para a 61ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Jandaia do Sul;

VII – um cargo de Juiz Substituto para a 62ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Astorga;

VIII – um cargo de Juiz Substituto para a 63ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Peabiru;

IX – um cargo de Juiz Substituto para a 64ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Dois Vizinhos;

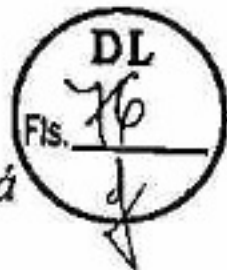
X – um cargo de Juiz Substituto para a 65ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Chopinzinho;

XI – um cargo de Juiz Substituto para a 66ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Prudentópolis;

XII – um cargo de Juiz Substituto para a 67ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de São Mateus do Sul;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



XIII – um cargo de Juiz Substituto para a 68ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Iporã;

XIV – um cargo de Juiz Substituto para a 69ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Corbélia;

XV – um cargo de Juiz Substituto para a 70ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Jaguariaíva;

Parágrafo único. Os cargos de Juiz Substituto pertencentes à 18ª, 19ª, 23ª, 25ª, 28ª, 41ª, 42ª, 43ª, 49ª e 51ª Seções Judiciárias ficam transformados em Cargos de Juiz de Direito Substituto, alterando os Anexos V, e IX, Tabela 1, da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 26. Ficam criados 12 (doze) cargos de Juiz de Direito Substituto, para as seguintes Seções Judiciárias:

I – 03 (três) cargos de Juiz de Direito Substituto para a 5ª Seção Judiciária, com sede na Comarca da Região Metropolitana de Londrina;

II – 02 (dois) cargos de Juiz de Direito Substituto para a 6ª Seção Judiciária, com sede na Comarca da Região Metropolitana de Maringá;

III – 01 (um) cargo de Juiz de Direito Substituto para a 18ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Apucarana, de entrância final;

IV – 01 (um) cargo de Juiz de Direito Substituto para a 25ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Cianorte, de entrância final;

V – 01 (um) cargo de Juiz de Direito Substituto para a 28ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Francisco Beltrão, de entrância final;

VI – 01 (um) cargo de Juiz de Direito Substituto para a 42ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Paranavai, de entrância final;

VII – 01 (um) cargo de Juiz de Direito Substituto para a 43ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Pato Branco, de entrância final;

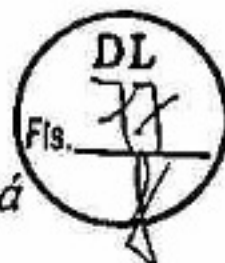
VIII – 01 (um) cargo de Juiz de Direito Substituto para a 49ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Toledo, de entrância final;

IX – 01 (um) cargo de Juiz de Direito Substituto para a 51ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de União da Vitória, de entrância final;

Art. 27. Ficam criados os seguintes cargos de Assistente I de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 3-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, nos termos da Lei nº 15.831 de 12 de maio de 2008, alterada pela Lei nº 16.957 de 05 de dezembro de 2011, passando a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



I - 61 (sessenta e um) cargos destinados ao assessoramento dos Juizes de Direito Titulares das Comarcas de Apucarana, Arapongas, Campo Mourão, Cianorte, Francisco Beltrão, Paranaguá, Paranaíba, Pato Branco, Toledo e União da Vitória;

II - 02 (dois) cargos para o Foro Regional de Sarandi, da comarca da Região Metropolitana de Maringá, sendo 1 para a 2ª Vara Criminal e 1 para a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo único. Os cargos criados na forma do caput deste artigo são privativos de bacharel em Direito e destinam-se ao assessoramento dos Juizes de Direito de Entrância Final do Estado do Paraná.

Art. 28. Ficam criados os seguintes cargos de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, nos termos da Lei nº 16.957 de 05 de dezembro de 2011, passando a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005:

I - 01 (um) cargo para a 2ª Vara Cível do Foro Regional de Campo Largo, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba;

II - 02 (dois) cargos para o Foro Regional de Sarandi, da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, sendo 1(um) cargo para a 2ª Vara Criminal e 1(um) cargo para a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial;

III - 01 (um) cargo para a 2ª Vara Cível da Comarca de Cornélio Procopio;

IV - 02 (dois) cargos para a Comarca de Cascavel, sendo 1(um) cargo para a 4ª Vara Criminal e 1(um) cargo para a 2ª Vara de Família da Comarca de Cascavel;

V - 02 (dois) cargos para a Comarca de Toledo, sendo 1(um) cargo para a Vara de Família e 1 (um) cargo para a 3ª Vara Cível;

VI - 02 (dois) cargos para a Comarca de Paranaguá, sendo 1(um) cargo para a 3ª Vara Cível e 1(um) cargo para a Vara da Fazenda Pública;

VII - 01 (um) cargo para a 2ª Vara Cível da Comarca de Cianorte;

VIII - 01 (um) cargo para a Vara de Execuções Penais da Comarca de Cruzeiro do Oeste;

IX - 01 (um) cargo para a Comarca de Antonina;

X - 01 (um) cargo para a Comarca de São João;

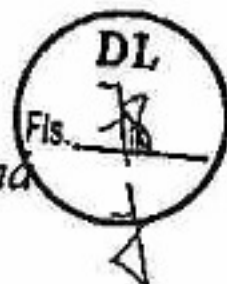
XI - 01 (um) cargo para a Vara da Fazenda Pública do Foro Regional de São José dos Pinhais, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba;

XII - 01 (um) cargo para a Comarca de Jandaia do Sul;

XIII - 01 (um) cargo para a 2ª Vara Cível da Comarca de Arapongas;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



- XIV - 01 (um) cargo para a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial da Comarca de Marechal Cândido Rondon;
- XV - 01 (um) cargo para a 2ª Vara Cível da Comarca de Cambé;
- XVI - 01 (um) cargo para a Vara de Execuções Penais do Foro Regional de Piraquara, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba;
- XVII - 01 (um) cargo para a Comarca de Prudentópolis;
- XVIII - 22 (vinte) cargos para os Juízes de Direito Substituto da 18ª, 19ª, 23ª, 25ª, 28ª, 41ª, 42ª, 43ª, 49ª, 50ª e 51ª Seções Judiciárias;
- XIX - 09 (nove) cargos para os Juízes de Direito Substituto da 5ª e 6ª Seções Judiciárias;
- XX - 01 cargo para o Juiz de Direito da Comarca de Ampére;
- XXI - 01 cargo para o Juiz de Direito da Vara ora criada na Comarca de Corbélia;
- XXII - 01 cargo para o Juiz de Direito da Vara ora criada na Comarca de Jaguariúva;
- XXIII - 01 cargo para o Juiz de Direito da Vara ora criada na Comarca de Ibaiti;
- XXIV - 01 cargo para o Juiz de Direito da Vara ora criada na Comarca de Prudentópolis.

Parágrafo único. Os cargos criados na forma do *caput* deste artigo são privativos de bacharel em Direito e destinam-se ao assessoramento dos Juízes de Direito do Estado do Paraná.

Art. 29. Ficam alterados os Anexos I, II, Tabelas 1 e 2; IV; V e IX, Tabela 1, da Lei referida no artigo 1º.

Art. 30. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 31. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003

CLASSIFICAÇÃO DAS COMARCAS - ENTRÂNCIA FINAL, INTERMEDIÁRIA E INICIAL

ANEXO I

COMARCA DE ENTRÂNCIA FINAL			COMARCA DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA			COMARCA DE ENTRÂNCIA INICIAL			
1	Comarca da Região Metropolitana de Curitiba	1	Andaraí	30	Rio Branco do Sul	1	Alto Paraná	30	Marituba do Sul
I	Foro Central de Curitiba	2	Antonina	40	Rio Negro	2	Alto Piquari	40	Marmaleiro
II	Foro Regional de Almirante Tamandaré	3	Assaí	41	Santa Antônio da Platina	3	Atalaia	41	Montes
III	Foro Regional de Araucária	4	Audés Chelmsford	42	Santa Antônio do Sudoeste	4	Angélica	42	Nova Fátima
IV	Foro Regional de Campos Gerais do Sul	5	Adriana	43	São Mateus do Sul	5	Apucarana	43	Nova Londrina
V	Foro Regional de Campo Largo	6	Bandeirantes	44	Telmaco Borba	6	Barbosa Faria	44	Ondina
VI	Foro Regional de Colombo	7	Bela Vista do Paraíso	45	Vitória da Vitória	7	Parricelli	45	Palmeira
VII	Foro Regional de Foz de Iguaçu	8	Capitão Leônidas Marques	46	Bocotuba do Sul	8	Bocotuba do Sul	46	Palmital
VIII	Foro Regional de Pinhais	9	Centro	47	Cambará	9	Cambará	47	Paraisópolis do Norte
IX	Foro Regional de Piraquara	10	Chopinzinho	48	Campos da Lagoa	10	Campos da Lagoa	48	Paranacity
X	Foro Regional de São José dos Pinhais	11	Colombo	49	Canoinha	11	Canoinha	49	Piraí
2	Comarca da Região Metropolitana de Londrina	12	Corbélia	50	Carapicuíba	12	Carapicuíba	50	Praia do Sul
I	Foro Central de Londrina	13	Coronel Prudente	51	Castro	13	Castro	51	Prati do Sul
II	Foro Regional de Curitiba	14	Cruzeiro do Oeste	52	Castrolândia	14	Castrolândia	52	Pratense de Meio
III	Foro Regional de Maringá	15	Dona Veneranda	53	Castrolina	15	Castrolina	53	Realeza
IV	Foro Regional de Rolândia	16	Goiozê	54	Centenário do Sul	16	Centenário do Sul	54	Ribouaque
3	Comarca da Região Metropolitana de Maringá	17	Guaruaçu	55	Cerro Azul	17	Cerro Azul	55	Rosário
I	Foro Central de Maringá	18	Guaruaçu	56	Cidade de Deus	18	Cidade de Deus	56	Ribeirão Claro
II	Foro Regional de Mandaguari	19	Imbituba	57	Imbituba	19	Imbituba	57	Ribeirão do Pinhal
III	Foro Regional de Mandaguari	20	Itaipó	58	Itaipó	20	Itaipó	58	São João do Sul
IV	Foro Regional de Marilândia	21	Itaipó	59	Itaipó	21	Itaipó	59	Santa Fé
V	Foro Regional de Marilândia	22	Jacarezinho	60	Itaipó	22	Itaipó	60	Santa Helena
VI	Foro Regional de Nova Esperança	23	Jaguariaíva	61	Itaipó	23	Itaipó	61	Santa Isabel do Ivaí
4	Apucarana	24	Jardim do Sul	62	Itaipó	24	Itaipó	62	Santa Mariana
5	Apucarana	25	Lapa	63	Itaipó	25	Itaipó	63	São Jerônimo da Serra
6	Campo Mourão	26	Laranjeiras do Sul	64	Itaipó	26	Itaipó	64	São João
7	Cascavel	27	Loanda	65	Itaipó	27	Itaipó	65	São João do Ivaí
8	Castrolândia	28	Marechal Cândido Rondon	66	Itaipó	28	Itaipó	66	São João do Triunfo
9	Foz de Iguaçu	29	Matejunda	67	Itaipó	29	Itaipó	67	São Miguel do Iguaçu
10	Francisco Beltrão	30	Matinhos	68	Itaipó	30	Itaipó	68	Santa Helena
11	Guarapuava	31	Medianeira	69	Itaipó	31	Itaipó	69	Sertãozinho
12	Guarapuava	32	Palmas	70	Itaipó	32	Itaipó	70	Siqueira Campos
13	Guarapuava	33	Palmital	71	Itaipó	33	Itaipó	71	Tebanópolis
14	Peto D'Água	34	Peslöv	72	Itaipó	34	Itaipó	72	Terra Boa
15	Ponta Grossa	35	Piçarra	73	Itaipó	35	Itaipó	73	Terra Rica
16	Toledo	36	Porecatu	74	Itaipó	36	Itaipó	74	Terra Rosa
17	Umuarama	37	Prudentópolis	75	Itaipó	37	Itaipó	75	Tibagi
18	União da Vitória	38	Quedas do Iguaçu	76	Itaipó	38	Itaipó	76	Tomazina



<p>PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ</p> <p>CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003</p> <p>SEÇÕES JUDICIÁRIAS — ANEXO II — TABELA 1</p>						
SEÇÕES JUDICIÁRIAS	COMARCA / FORO	SEÇÃO	ENTRADA	Juiz Subst.	Juiz de Direito Subst.	TOTAL
1º	COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	Seção Única	FINAL		64	64
			FINAL			
5º	COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA	Seção Única	FINAL		15	15
			FINAL			
6º	COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ	Seção Única	FINAL		12	12
			FINAL			

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
SEÇÕES JUDICIÁRIAS -- ANEXO B -- TABELA 2

SEÇÕES JUDICIÁRIAS	COMARCA SEDE	SEÇÃO COMARCARIANA	ENTRADA	Ano Inicial	Just de Direito Subst.	TOTAL
18ª	APUCARANA	Seção Única	FINAL		2	2
19ª	ARAPONGAS	Seção Única	FINAL		2	2
23ª	CAMPO MOURÃO	Seção Única	FINAL		2	2
25ª	CRANONTE	Seção Única	FINAL		2	2
28ª	FRANCISCO BELTRÃO	Seção Única	FINAL		2	2
41ª	PARAMAGUA	Seção Única	FINAL		2	2
42ª	PARANAVAÍ	Seção Única	FINAL		2	2
43ª	PATO BRANCO	Seção Única	FINAL		2	2
49ª	TOLEDO	Seção Única	FINAL		2	2
50ª	UNIVERSARIA	Seção Única	FINAL		2	2
51ª	UNIÃO DA VITÓRIA	Seção Única	FINAL		2	2
20ª	ASSIS CHATEAUBRIAND	ASSIS CHATEAUBRIAND	INTERM	1		1
		Tab. Pequena	FINAL			0
		Paralela	FINAL			0
24ª	CASTRO	CASTRO	INTERM	1		1
27ª	CRUZEIRO DO OESTE	CRUZEIRO DO OESTE	INTERM	1		1
		Coluna Grande	FINAL			0
		Paralela do Norte	FINAL			0
28ª	GOIOERÊ	GOIOERÊ	INTERM	1		1
		Formosa do Oeste	FINAL			0
		Membrão	FINAL			0
30ª	GUAIARA	GUAIARA	INTERM	1		1
		Assis	FINAL			0
		Terra Nova	FINAL			0
33ª	IRATI	IRATI	INTERM	1		1
		Ribouças	FINAL			0
		Terra Nova	FINAL			0
		Restos	FINAL			0
37ª	LOANDA	LOANDA	INTERM	1		1
		Santa Helena do Sul	FINAL			0
		Novo Lencopha	FINAL			0
		Terra Rica	FINAL			0
38ª	COLORADO	COLORADO	INTERM	1		1
		Paranáty	FINAL			0
		Alto Paraná	FINAL			0

DL
Fls. 81

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
SEÇÕES JUDICIÁRIAS — ANEXO B — TABELA 2

SEÇÕES JUDICIÁRIAS	COMARCA SEDE	SEÇÃO COMARCÁRIA	ENTRADA	Adm. Subst.	Adm. de Divisão Subst.	TOTAL
53ª	LAPA	LAPA Rio Negro	INTERM INTERM	1		1 0
54ª	MARECHAL CANDIDO RONDON	MARECHAL CANDIDO RONDON Serra Pelada	INTERM	1		1
55ª	REALIZA	REALIZA Selo do Loreto Capitão Leônidas Marques Arapara	INICIAL INICIAL INICIAL INICIAL	1 — — —		0 1 0 0 0
61ª	JANDIA DO SUL	JANDIA DO SUL Marilândia do Sul São João do Itaí Baltusina Faria	INTERM INICIAL INICIAL INICIAL	1 — — —		1 0 0 0
62ª	ASTORGA	ASTORGA Santa Fé	INTERM INICIAL	1 —		1 0
63ª	PEABIRU	PEABIRU Terra Boa Engenheiro Sertão Irapina	INTERM INICIAL INICIAL INICIAL	1 — — —		1 0 0 0
64ª	DOIS VIZINHOS	DOIS VIZINHOS São João Marmeleiro	INTERM INICIAL INICIAL	1 — —		1 0 0
65ª	CHOPINZINHO	CHOPINZINHO Coronel Vivida Marquezeira	INTERM INICIAL INICIAL	1 — —		1 0 0
66ª	PRUDENTÓPOLIS	PRUDENTÓPOLIS Ipiratuna Linhaça	INTERM INICIAL INICIAL	1 — —		1 0 0
67ª	SÃO MATEUS DO SUL	SÃO MATEUS DO SUL São João do Tronco Palmeira	INTERM INICIAL INICIAL	1 — —		1 0 0
68ª	IPORÁ	IPORÁ Piraí Adeciara Xanico	INICIAL INICIAL INICIAL INICIAL	1 — — —		1 0 0 0
69ª	CORBÉLIA	CORBÉLIA Companhia na Lagoa União	INTERM INICIAL INICIAL	1 — —		1 0 0
70ª	JAGUARUNA	JAGUARUNA Piraí do Sul Sergipe	INTERM INICIAL INICIAL	1 — —		1 0 0

O

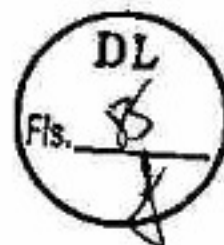
O

JL
 83
 Fis. 83
 A

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ	
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003	
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV	
Assessoria - Comarca de Entrância Inicial	
FORO JUDICIAL	
Juiz Único	
Juizado Especial Cível e Criminal	
Ofício de Distribuidor, Contador, Perito, Avaliador e Depositário Público	
FORO EXTRAJUDICIAL	
Tribunal de notas, acumulando, precatórios, o Tabelionato de protesto de títulos	
Serviço de registro de imóveis	
Serviço de registro civil das pessoas naturais, acumulando, precatórios, o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas	
APUCARANA - Comarca de Entrância Final	
ARAPONGAS - Comarca de Entrância Final	
CAMPO MOURÃO - Comarca de Entrância Final	
CIANORTE - Comarca de Entrância Final	
CORBÉLIA - Comarca de Entrância Intermediária	
FORO JUDICIAL	
Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Conselheiros do Foro Extrajudicial	
Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família	
Juizado Especial Cível e Criminal	
Ofício de Distribuidor, Contador, Perito, Avaliador e Depositário Público	
FORO EXTRAJUDICIAL	
FRANCISCO BELTRÃO - Comarca de Entrância Final	
IBAITI - Comarca de Entrância Intermediária	
FORO JUDICIAL	
Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Conselheiros do Foro Extrajudicial	
Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família	
Juizado Especial Cível e Criminal	
Ofício de Distribuidor, Contador, Perito, Avaliador e Depositário Público	
FORO EXTRAJUDICIAL	

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ	
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003	
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV	
JAGUARIANA - Comarca de Entrância Intermediária	
FORO JUDICIAL	
Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Competência do Foro Extrajudicial	
Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família	
Jurado Especial Cível e Criminal	
Ofício de Distribuidor, Contador, Perito, Avaliador e Depositário Público	
FORO EXTRAJUDICIAL	
PARANAGUÁ - Comarca de Entrância Final	
PARANAVAI - Comarca de Entrância Final	
PATO BRANCO - Comarca de Entrância Final	
PRUDENTÓPOLIS - Comarca de Entrância Intermediária	
FORO JUDICIAL	
Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Competência do Foro Extrajudicial	
Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família	
Jurado Especial Cível e Criminal	
Ofício de Distribuidor, Contador, Perito, Avaliador e Depositário Público	
FORO EXTRAJUDICIAL	
TOLEDO - Comarca de Entrância Final	
UNIÃO DA VITÓRIA - Comarca de Entrância Final	

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ									
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003									
MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V									
COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargado	Juiz de Direito Substituto am 2º Grau	Juiz de Direito Substituto Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total		
2ª INSTÂNCIA									
1ª INSTÂNCIA									
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA									
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDREIRA									
Foro Central de Londrina	Final			26	6	16	48		
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ									
Foro Central de Maringá	Final			15	4	12	31		
Apucarana	Final			6	1	2	9		
Arapongas	Final			4	1	2	7		
Campo Mourão	Final			6	1	2	9		
Clanorte	Final			4	1	2	7		
Francisco Beltrão	Final			6	1	2	9		
Paranaguá	Final			7	1	2	10		
Paranavai	Final			6	1	2	9		
Pato Branco	Final			4	1	2	7		
Toledo	Final			7	1	2	10		
União da Vitória	Final			6	1	2	9		
Comarca elevada a entrância final									
Comarca elevada a entrância final									
Apucarana	Interim.			2			1		
Arapongas	Interim.			1			1		
Astorga	Interim.								
Bela Vista do Paraíso	Interim.								
Campo Mourão	Interim.								
Comarca elevada a entrância final									



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ							
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003							
MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V							
COMARCAS / FORO	ENTRADA	Desembargado	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito Substituto Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto Total	
<hr/>							
Chopininho	Interim.		2			1 3	
Clonorte			Comarca elevada a entrada final				
Corbélia	Interim.		2			1 3	
Cordeiro Procopio	Interim.		4			2 6	
Dols Vizinhas	Interim.		2			1 3	
Francisco Beltrão			Comarca elevada a entrada final				
Ibaiti	Interim.		2			1 3	
Irali	Interim.		2			2 4	
Jaguariaíva	Interim.		2			1 3	
Jardina do Sul	Interim.		2			1 3	
Laranjeiras do Sul	Interim.		2			2 4	
Leanda	Interim.		2			2 4	
<hr/>							
Paranaguá			Comarca elevada a entrada final				
Paranaval			Comarca elevada a entrada final				
Peto Branco			Comarca elevada a entrada final				
Petribú	Interim.		1			1 2	
Prudentópolis	Interim.		2			1 3	
São Mateus do Sul	Interim.		2			1 3	
Telêmaco Borba	Interim.		3	1		2 6	
Tolédoo			Comarca elevada a entrada final				
União da Vitória			Comarca elevada a entrada final				
Umuarama	Interim.		1			1	
Uva	Interim.		1			1 2	

<p> GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ CÓRPO DE ORGANIZAÇÃO E CONTAS JUDICIAIS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003 ORGANIZAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO II CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA I </p>									
COMARCAS		Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2ª Grau	Juiz de Direito de 1ª Grau	Juiz de Direito de 2ª Grau	Juiz de Direito Substituto	Juiz de Direito	Aux. Judiciário	Total
2ª INSTÂNCIA									
1ª INSTÂNCIA									
EXTINÇÃO FINAL									
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA									
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRENA									
Foro Central de Londrina				8	1	1	12		14
Foro Central de Maringá				8	1	1	10		12
EXTINÇÃO FINAL									
EXTINÇÃO FINAL									
Apucarana				1	1	1	1		3
Clareota				1	1	1	1		3
Francisco Beltrão				2	1	1	1		4
Paranaíba				2	1	1	1		4
Paranaguá				1	1	1	1		2
Pato Branco				1	1	1	1		2
Tolstoi				2	1	1	1		4
União da Vitória				2	1	1	1		4
EXTINÇÃO FINAL									
EXTINÇÃO FINAL									
Astorga				1	1	1	1		2
Chopinópolis				1	1	1	1		2
Dona Virgínia						1	1		1
Jardim do Sul				1	1	1	1		2
Laranjeiras do Sul					1	1	1		1
Loanda				1	1	1	1		2
Maciana						1	1		1
Petrolina						1	1		1
São Mateus do Sul				1	1	1	1		2
Telmaco Borba				1	1	1	1		3
EXTINÇÃO FINAL									
EXTINÇÃO FINAL									
Amélie				1	1	1	1		1
Ipê						1	1		1



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECERES AOS PROJETOS DE LEI Nº 296/12, 298/12, 299/12,
300/12, 301/12 E 302/12

Os Projetos de Lei em análise de autoria do Tribunal de Justiça, objetivam elevar as Comarcas que especifica, de entrância intermediária para entrância final e altera dispositivos da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, elevar a Comarca de Prudentópolis da entrância inicial para a entrância intermediária, visando à expansão da prestação jurisdicional no Estado, criar a Comarca de Ampére, de entrância inicial, desmembrando da Comarca de Realeza, alterando a Lei Estadual nº 14.277 de 30 de dezembro de 2003, visando à expansão da prestação jurisdicional no Estado, elevar a Comarca de Jaguariaíva de entrância inicial para entrância intermediária, além de desmembrar o Juízo Único em duas varas distintas, conforme especifica, alterando dispositivos da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, desmembrar o Juízo Único da Comarca de Ibaiti em duas varas distintas, além de criar um cargo de Juiz de Direito e um de Assistente II de Juiz de Direito, para provimento em comissão, e altera dispositivos da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e elevar a Comarca de Corbélia de entrância inicial para entrância intermediária, além de desmembrar o Juízo Único em duas varas distintas, conforme especifica, alterando dispositivos da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Preliminarmente constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Ademar Traiano e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável, com Emenda Substitutiva Geral.

Procedida a análise das Proposições, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa.

Observamos que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

No que tange ao impacto financeiro, devemos observar que a matéria não desrespeita a Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

De igual modo o autor da proposta anexou declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013/2011.

Desta forma, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões,

04/07/12

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO MARLA TURCK
RELATORA

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 11 JUN 2012

1º Secretário

VETO Nº 027/12.
I - À DAP para assinatura no expediente
II - À DL para providências.
Em, 11/06/2012

Presidente



OF/CTU/CC nº 1439 /2012

Curitiba, 05 de junho de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 087/2012-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 661/2011, por considerar a parte vetada inconstitucional, pelos motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 661/11, de iniciativa parlamentar, dispõe que os estabelecimentos comerciais do Estado do Paraná ficam obrigados a prestar informação correta, clara e precisa sobre o preço de seus produtos ou serviços quando pagos à vista ou, no caso de pagamento parcelado, sobre a quantidade e os valores das parcelas, além dos juros aplicados, e adota outras providências, tendo o veto parcial apostado incidido sobre as disposições do Parágrafo único do artigo 2º.

É bem verdade que o referido Projeto concretiza, em sede legislativa, as diretrizes constitucionais voltadas à proteção dos consumidores.

Não obstante, o Projeto nº 611/11 comete o equívoco de dispor sobre atribuições do Procon/PR, quando, na verdade, apenas o Governador do Estado pode deflagrar projetos de lei que tratem da criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, nos termos da Constituição paranaense (art. 66, IV¹). Como o mencionado vício de iniciativa caracteriza inconstitucionalidade formal, impõe-se o veto jurídico do art. 2º, parágrafo único, que trata especificamente da matéria vedada à iniciativa parlamentar.

Esses os motivos que me levaram a vetar o parágrafo único do art. 2º do Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICH
GOVERNADOR DO ESTADO

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
Prot. 11.219.449-5

¹ Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre: (...) IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.
Praça Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: (41) 3350 2800 | Fax: (41) 3254 7345 | www.pr.gov.br



Lei nº.17 179



Data 05 de junho

Súmula Obriga a informação correta, clara e precisa dos preços dos produtos comercializados no Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado Do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os estabelecimentos comerciais do Estado do Paraná ficam obrigados a prestar informação correta, clara e precisa sobre o preço de seus produtos ou serviços quando pagos à vista ou, no caso de pagamento parcelado, sobre a quantidade e os valores das parcelas, além dos juros aplicados.

Parágrafo único. A informação de que trata o *caput* deste artigo deverá ser de fácil leitura e compreensão e exposta em local de fácil acesso ao público consumidor.

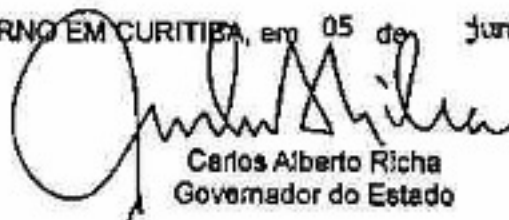
Art. 2º O não cumprimento desta Lei acarretará na aplicação das sanções previstas no art. 56 da Lei 8.078/90 e na forma do art. 57 do mesmo diploma legal.

Parágrafo único. ...Vetado...

Art. 3º O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos 120 (cento e vinte) dias da data de sua publicação oficial.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 05 de junho de 2012.


Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Maria Tereza Uffe Gomes
Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

Luiz Eduardo Sebastiani
Chefe da Casa Civil

Aníbelli Neto
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 661/11 **(Autoria do Deputado Aníbelli Neto)**

Obriga a informação correta, clara e precisa dos preços dos produtos comercializados no Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Os estabelecimentos comerciais do Estado do Paraná ficam obrigados a prestar informação correta, clara e precisa sobre o preço de seus produtos ou serviços quando pagos à vista ou, no caso de pagamento parcelado, sobre a quantidade e os valores das parcelas, além dos juros aplicados.

Parágrafo único. A informação de que trata o *caput* deste artigo deverá ser de fácil leitura e compreensão e exposta em local de fácil acesso ao público consumidor.

Art. 2º O não cumprimento desta Lei acarretará na aplicação das sanções previstas no art. 56 da Lei 8.078/90 e na forma do art. 57 do mesmo diploma legal.

Parágrafo único. O Procon/PR e os Procons Municipais farão a fiscalização do cumprimento do disposto nesta Lei, e o valor da multa arrecadada será revertido para o Fundo pertinente à pessoa jurídica de direito público que impuser a sanção, gerido pelo respectivo Conselho Gestor.

Art. 3º O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos 120 (cento e vinte) dias da data de sua publicação oficial.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 09 de maio de 2012.

Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente

Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário

Deputado RENI PEREIRA
2º Secretário

BCS/PTC/CSN/PTSC

CONFERE COM O ORIGINAL


DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO



JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei ora apresentado obriga os estabelecimentos comerciais do Estado do Paraná a prestarem informação correta, clara e precisa sobre o preço à vista, a quantidade e os valores das parcelas, e os juros dos produtos comercializados, com a finalidade de proteger o consumidor de possíveis abusos, práticas ilegais ou moralmente condenáveis pelo mercado de consumo.

O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), em seu art. 6º, enumera vários direitos básicos do consumidor, dos quais destacamos a correta especificação do preço dos produtos e serviços e a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais:

"Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

(...)

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

(...)

IV - a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços"; (grifo nosso)

Além disso, em seu art. 31, também exige a apresentação de produtos ou serviços assegurando informações corretas, claras e precisas sobre seu preço:

"Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores". (grifo nosso)

Diariamente, há publicidade veiculada sem a clara e precisa informação do preço real do produto comercializado, induzindo o consumidor ao erro e fazendo com que o mesmo não tenha a consciência da quantidade de juros que está pagando ao efetuar a compra de forma parcelada.

O projeto apresentado encontra respaldo no art. 5º, inciso XXXII, da Constituição da República, que impõe ao Estado o dever de promover a defesa do consumidor. Além disso, em seu art. 24, inciso V, a Carta Magna estabelece a competência concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal para legislar sobre a produção e consumo.

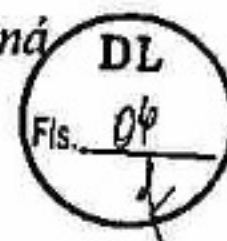
Diante do exposto, considerando o intuito de proteger o consumidor paranaense de práticas abusivas e até mesmo desleais por parte dos estabelecimentos comerciais e dos prestadores de serviço, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente Projeto.

CONFERE COM O ORIGINAL

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 027/12

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 027/12

AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 1439/12

SÚMULA: Veta o Projeto de Lei nº 661/2011, de autoria do Deputado Aníbelli Neto, que obriga a informação correta, clara e precisa dos preços dos produtos comercializados no Estado do Paraná.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

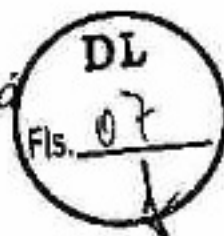
O projeto de lei nº 661/11, de autoria do Deputado Aníbelli Neto que, obriga a informação correta, clara e precisa dos preços dos produtos comercializados no Estado do Paraná, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considera-lo inconstitucional.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 661/11 foi enviado à sanção e recebido na data de 16 de maio de 2012, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 027/12, foi exarada e encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de 05 de junho de 2012, sendo desta maneira tempestiva.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




CONCLUSÃO

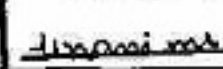
Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento da presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK
RELATOR

APROVADO


19.06

**PARANÁ**GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

OF/CTL/CC nº 1432/2012

Curitiba, 05 de junho de 2012

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 11 JUN 2012

1º Secretário

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências.

Em 06/06/2012

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 088/2012-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 385/2011, por considerar a parte vetada contrária ao interesse público, pelos motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 385/2011, de autoria da Deputada Estadual Luciana Rafagnin, possui duas finalidades: (I) retificar o art. 1º da Lei nº 16.341, de 18 de dezembro de 2009, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de Pranchita, com a justificativa de que a Lei teria cometido erro material na caracterização do lote e (II) ampliar a destinação do imóvel, que deixaria de prestar-se ao serviço público municipal para ser utilizado com o objetivo de incentivar o crescimento econômico e o desenvolvimento social do município (art. 2º).

Primeiramente, oportuno salientar que o Projeto de Lei 385/11 não possui vício de iniciativa, uma vez que a matéria por ele tratada não se encontra entre os assuntos reservados à iniciativa privativa do Governador do Estado. Desse modo, incide a regra geral constante do art. 65 da Constituição Estadual, cujo teor transcrevo a seguir:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, nas formas e nos casos previstos nesta Constituição.

Excelentíssimo Senhor
Deputado **VALDIR ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
A/B/Prot.º 11.473.203-2



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Nada obstante, enseja cautela a pretendida alteração do art. 2º da Lei 16.341/2009, na medida em que amplia demasiadamente a destinação do imóvel doado, possibilitando seu uso em atividades econômicas com finalidade lucrativa, o que viola o art. 10 da Constituição paranaense, que vincula a doação de imóvel estadual à persecução do interesse público.

Ante o exposto, veto parcialmente o Projeto de Lei nº 385/11, apenas quanto ao art. 1º, na parte em que altera o art. 2º da Lei nº 16.341/2009, ampliando a destinação do imóvel doado em desacordo com o art. 10 da Constituição do Estado.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto a elevada consideração dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

FLÁVIO ARNS
GOVERNADOR DO ESTADO, EM EXERCÍCIO



Lei nº. 17.175



Data 05 de junho de 2012

Súmula Altera a Lei nº 16.341, de 18 de dezembro de 2009.

A Assembleia Legislativa do Estado Do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica alterada a Lei nº 16.341, de 18 de dezembro de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Pranchita, de área com 1.000,00 m², constituída pelo Lote nº 04, da Quadra 47, sob a matrícula nº 11.505, do Registro de Imóveis da Comarca de Santo Antônio do Sudoeste.

Art. 2º Vetado...

Art. 3º (...)"

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 05 de junho de 2012.

Flávio Arns
Governador do Estado, em exercício

Jorge Sebastião do Bem
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Luiz Eduardo Sebastiani
Chefe da Casa Civil

Luciana Rafagnin
Deputada Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 385/11 **(Autoria da Deputada Luciana Rafagnin)**

Altera a Lei nº 16.341, de 18 de dezembro de 2009.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a Lei nº 16.341, de 18 de dezembro de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Pranchita, de área com 1.000,00 m², constituída pelo Lote nº 04, da Quadra 47, sob a matrícula nº 11.505, do Registro de Imóveis da Comarca de Santo Antônio do Sudoeste.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo anterior, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, poderá ser utilizado pelo Poder Público Municipal para fins de incentivo ao crescimento econômico e desenvolvimento social do município, sob pena de reverter ao patrimônio do Estado se comprovada utilização diversa.

Art. 3º (...)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

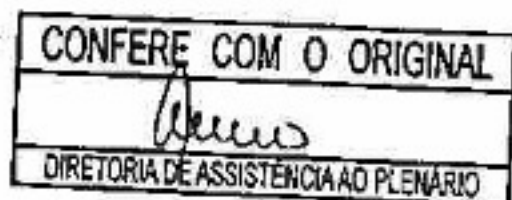
Palácio Dezenove de Dezembro, em 09 de maio de 2012.

Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente

Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário

Deputado RENI PEREIRA
2º Secretário

BCHPSTOCASMTSC





Projeto de Lei nº 385/11

fls.2.

JUSTIFICATIVA

A Lei nº 16.341, de 18 de dezembro de 2009, que doou imóvel ao Município de Pranchita, tem em seu texto dados equivocados. Segundo consta na matrícula, o imóvel mencionado é o Lote nº 04 (quatro), subdivisão do Lote nº 02 (dois), da Quadra 47 (quarenta e sete). Na verdade, no momento da transcrição pode ter havido engano por constar como uma subdivisão.

Outro aspecto que motiva a presente alteração é o fato de na matrícula, e também no lote, não constar os 304.96 m² de edificação que a Lei nº 16.341, menciona. Além disso, como o município não consegue utilizar o lote para edificações públicas como creches, escolas, postos de saúde, por se tratar de imóvel pequeno, sugere-se a ampliação do leque de possibilidades, dando poder de escolha para o governante.

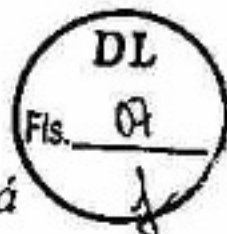
É pelo acima exposto que se solicita o apoio de todos os Parlamentares na aprovação do presente Projeto de Lei.

CONFERE COM O ORIGINAL

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 028/12

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 028/12

AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 1432/12

SÚMULA: Veta o Projeto de Lei nº 385/2011, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que altera a Lei nº 16.341, de 18 de dezembro de 2009 e dá outras providências.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

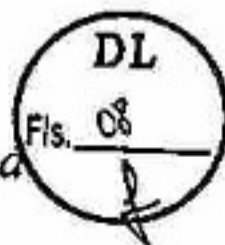
O projeto de lei nº 375/11, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin que, altera a Lei nº 16.341 de 18 de dezembro de 2009, objetivando alterar a finalidade do bem doado ao Município de Pranchita, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerá-lo contrário ao interesse público.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei Inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Arl. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

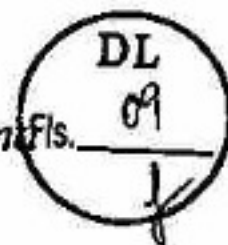
§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em toda ou em parte, Inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 375/11 foi enviado à sanção e recebido na data de 16 de maio de 2012, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 028/12, foi exarada e encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de 05 de junho de 2012, sendo desta maneira tempestiva.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento da presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK
RELATOR



APROVADO
Unanimemente
19.06